Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar

QUIBB
QUESTIONÁRIO DE INDICADORES BÁSICOS DE BEM-ESTAR

© 2001 Instituto Nacional de Estatística

PRESIDÊNCIA

João Dias Loureiro
Presidente
Manuel da Costa Gaspar
Vice-Presidente
Valeriano da Conceição Levene
Vice-Presidente

FICHA TÉCNICA

Título:
Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar
Relatório Final

Editor
Instituto Nacional de Estatística
Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais
9º Andar Flat 93
Av. Ahmed Sekou Touré, n° 2 l, Caixa Postal 493
Maputo
Telefones: + 258-1-49 2114
Fax: + 258-1-492114
E-Mail: info@ine.gov.mz
Homepage: www.ine.gov.mz

Análise de Qualidade:
Manuel da Costa Gaspar

Direcção:
Destina Uinge

Processamento de Dados:
Anastácia J. Honwane, Jim Otto, Arão Balate, Gunvor Iversen

Produção
Destina Uinge, Elísio Mazive, Fátima Zacarias, Gunvor Iversen, Xadreque Maunze

Design e Grafismo
A. Guimarães

Assistência Técnica e Financeira
Banco Mundial, Danida, Norad

Difusão
Instituto Nacional de Estatística
Departamento de Difusão da Direcção de Coordenação, Integração e Relações Externas do INE (DICRE)

Tiragem
50 Exemplares

Indice

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E INDICADORES DEMOGRÁFICOS DE MOÇAMBIQUE 1

1 INTRODUÇÃO 3

1.1 Objectivos do Inquérito 3
1.2 Antecedentes do Inquérito 3
1.3 Desenho e Implementação da Amostra 3
1.4 Recrutamento e Formação 5
1.5 Trabalho de Campo 5
1.6 Processamento dos Dados 5

2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES 6

3 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS 7

3.1 Estrutura da População 7
3.2 Índice de Masculinidade 8
3.3 Idade Mediana 8
3.4 Taxa de Dependência Demográfica 9
3.5 Orfandade Materna 11
3.6 Tamanho e Composição dos Agregados Familiares 11

4 ACTIVIDADE ECONÓMICA E FORÇA DE TRABALHO 14

4.1 Introdução 14
4.2 Força de Trabalho 14
4.3 Participação na Força de Trabalho 15
4.4 Utilização da Força de Trabalho 17

5 EDUCAÇÃO 21

5.1 Taxa de Analfabetismo 21
5.2 Nível de Ensino Concluído 22
5.3 Taxas de Escolarização 23
5.4 Atitude dos Alunos em relação às Condições Escolares 30
5.5 População em Idade Escolar (6-17 anos) Que Abandonou a Escola 32

6 SAÚDE 34

Introdução 34
6.1 Deficiência 34
6.2 Morbilidade 35
6.3 Necessidade, Uso e Satisfação em Relação aos Cuidados de Saúde 36
6.4 Principais Causas de Insatisfação nas Consultas 38

7 SAÚDE MATERNO-INFANTIL 40

Introdução 40
7.1 Fecundidade Actual 40
7.2 Atenção Pré-natal 40
7.3 Imunização das Mulheres que tiveram Filhos 42
7.4 Local do Parto 44
7.5 Assistência ao Parto 45
7.6 Nutrição de Crianças Menores de 5 anos 46
7.7 Imunização Infantil 49

8 PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA DOS AGREGADOS FAMILIARES E DAS RESPECTIVAS COMUNIDADES 51

Introdução 51
8.1 Percepção da Situação Económica dos Agregados Familiares 51
8.2 Percepção da Situação Económica da Comunidade 53
8.3 Satisfação das Necessidades Alimentares 53

8.4 Posse de Bens 55
8.5 Posse de Artigos Domésticos Seleccionados 56

9 HABITAÇÃO 57

Introdução 57
9.1 Regime de Propriedade 57
9.2 Material Predominante de Cobertura 59
9.3 Material Predominante na Construção das Paredes 61
9.4 Fonte Principal de Água 62
9.5 Saneamento 64
9.6 Fonte de Energia para Iluminação 66
9.7 Fonte de Energia para Cozinhar 68
9.8 Divisões da Habitação 69

10 ACESSO AOS SERVIÇOS 71

Introdução 71
10.1 Acesso à Água 71
10.2 Acesso à Unidade Sanitária Mais Próxima 71
10.3 Acesso à Escola 73
10.4 Acesso ao Mercado Alimentar e ao Transporte Público 75

11 IMPACTO DAS CHEIAS 77

ANEXO - QUESTIONÁRIO DO QUIBB 81

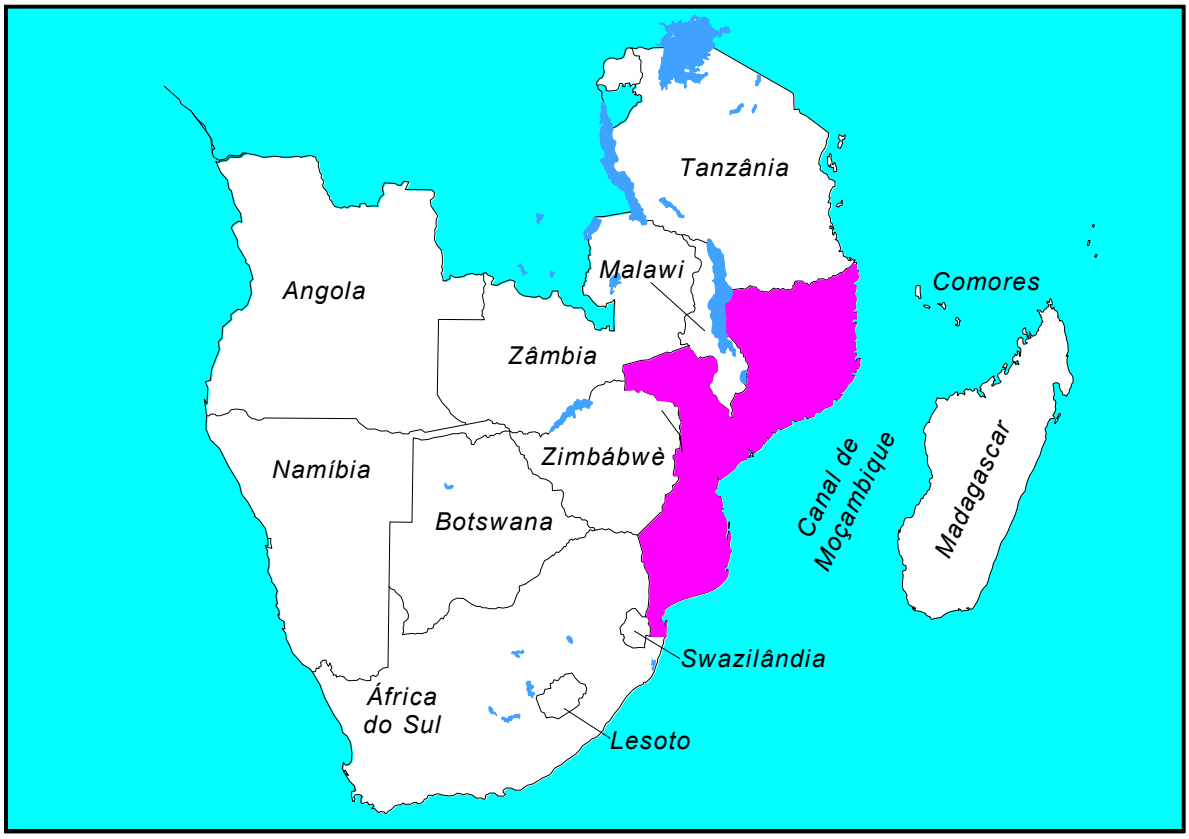
SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E INDICADORES DEMOGRÁFICOS DE MOÇAMBIQUE

Moçambique fica situado na costa sudeste do continente africano entre os paralelos 10º 27´ e 26º52´de latitude Sul e entre os meridianos 30º12´ e 40º51´ de longitude Este. Com uma superfície de 799.380 km^2, faz fronteiras com a Tanzânia ao Norte; ao Oeste limita com o Malawi, Zâmbia, Zimbábwè e Swazilândia; ao Sul com a África do Sul.

Toda a faixa Este, banhada pelo Oceano Índico, tem um significado vital tanto para Moçambique como para os países vizinhos situados no interior que só têm ligação com o oceano através dos portos moçambicanos.

Moçambique, como a maioria dos países em vias de desenvolvimento, tem uma população com uma estrutura etária jovem devido a elevadas taxas de fecundidade e um número considerável de mulheres em idade fértil. Esta estrutura reflecte-se no crescente número de nascimentos e que se traduz nos níveis elevados da Taxa Global de Fecundidade e consequentemente na população total.

De acordo com as estimativas feitas a partir dos dados do censo97, no ano 2000, a Taxa Global de Fecundidade era de 5.6 filhos por mulher, enquanto que a população do País totalizava os 17, 242 mil habitantes. No mesmo ano, a esperança de vida ao nascer foi estimada em 45.3 anos para ambos os sexos e a mortalidade infantil correspondia a 129.4 óbitos em cada mil crianças menores de 1 ano.



1 INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados do QUIBB (Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) entre Outubro de 2000 e Maio de 2001. A realização do QUIBB constitui o marco inicial da implementação do Sistema Integrado de Inquéritos aos Agregados Familiares recentemente introduzido no INE com vista, entre outros aspectos, ao aproveitamento mais racional dos recursos disponíveis.

1.1 Objectivos do Inquérito

O QUIBB tinha como objectivo principal, fornecer ao Governo, e às diversas instituições nacionais e internacionais, assim como as ONG´s e ao público em geral, dados estatísticos sobre as condições de vida da população moçambicana. Para o efeito, foram recolhidos dados sobre os seguintes temas:

- Características Demográficas da População;
- Saúde; Educação; Emprego; Situação Económica dos Agregados Familiares;
- Acesso aos Serviços Básicos; Habitação; Impacto das Cheias e Saúde Materno Infantil.

1.2 Antecedentes do Inquérito

Com objectivo de testar a operacionalidade do método de processamento através da leitura óptica, bem como a consistência do questionário, foi realizado entre Fevereiro e Março de 2000, um inquérito piloto com uma amostra de 1,000 agregados familiares distribuídos simetricamente pelas áreas urbana e rural na Província e Cidade de Maputo.

O Piloto foi precedido por uma formação dos inquiridores e supervisores através de aulas teóricas e de exercícios práticos para familiarizá-los com o questionário e os procedimentos.

1.3 Desenho e Implementação da Amostra

A amostra foi desenhada para ser representativa ao nível nacional, provincial e áreas de residência urbano-rural. A nível nacional foram seleccionados 14,500 agregados familiares (veja-se o Quadro 1.1).

A selecção dos agregados familiares foi feita com base no método probabilístico, num desenho estratificado, multi-etápico e por conglomerados. Os agregados foram seleccionados em 675 conglomerados com o tamanho de 25 agregados familiares nas áreas urbanas e 20 nas rurais.

A amostra foi seleccionada em quatro etapas, nomeadamente:

- As Unidades Primárias de Amostragem - UPAs foram seleccionadas a partir da amostra mãe, elaborada como base os dados do II Recenseamento Geral da População e Habitação.
- Na segunda etapa, com base na UPAs foi extraída uma sub-amostra de 675 UPAs, sendo 400 das áreas rurais e 275 das urbanas.
- Na terceira etapa, para cada uma das UPAs seleccionadas na segunda etapa foram seleccionadas as Áreas de Enumeração (AEs).

- A etapa final ocorreu durante a fase de trabalho de campo. Nesta etapa, os cartógrafos identificaram e actualizaram os limites das AEs seleccionadas, enquanto o supervisor seleccionava sistematicamente os agregados familiares com base nas listagens elaboradas.

O Quadro 1.1 mostra a distribuição das UPAs por províncias e pelos estratos urbano e rural.

QUADRO 1.1 TAMANHO DA AMOSTRA DO QUIBB (NÚMERO DE UPAS, TAMANHO DO CONGLOMERADO E NÚMERO DE AGREGADOS FAMILIARES) POR PROVÍNCIA, URBANO E RURAL

Província	Urbano			Rural			Total	
	UPAs	Tamanho do conglomerado	Agregados Familiares	UPAs	Tamanho do conglomerado	Agregados Familiares	UPAs	Agregados Familiares
Niassa	10	25	250	40	20	800	50	1050
Cabo Delgado	10	25	250	56	20	1120	66	1370
Nampula	14	25	350	51	20	1020	65	1370
Zambézia	8	25	200	59	20	1180	67	1380
Tete	8	25	200	58	20	1160	66	1360
Manica	13	25	325	40	20	800	53	1125
Sofala	22	25	550	41	20	820	63	1370
Inhambane	11	25	275	55	20	1100	66	1375
Gaza	14	25	350	50	20	1000	64	1350
Maputo Prov.	35	25	875	25	20	500	60	1375
Maputo Cid.	55	25	1375	0	-	0	55	1375
TOTAL	**200**	**25**	**5000**	**475**	**20**	**9500**	**675**	**14500**

Do total de 14,500 agregados familiares previamente seleccionados, foram inquiridos 13,790, o que corresponde a uma taxa de cobertura de 95.1%. As cheias que afectaram a zona Centro e parte das províncias do Sul tiveram em grande medida influência na implementação da amostra.

No Quadro 1.2 mostra-se o resultado da implementação da amostra por província.

QUADRO 1.2 RESULTADO DA IMPLEMENTAÇÃO DA AMOSTRA POR PROVÍNCIAS

	Agregados Familiares		Taxa de cobertura (%)
Província	Seleccionados	Inquiridos	
Total	14,500	13,790	95.1
Niassa	1,050	970	92.4
Cabo Delgado	1,370	1,355	98.9
Nampula	1,370	1,368	99.8
Zambézia	1,380	1,225	88.7
Tete	1,360	1,249	91.8
Manica	1,125	1,077	95.7
Sofala	1,370	1,304	95.1
Inhambane	1,375	1,348	98.0
Gaza	1,350	1,246	92.9
Maputo Província	1,375	1,303	99.7
Maputo Cidade	1,375	1,345	97.8

1.4 Recrutamento e Formação

Para a execução do trabalho de campo foram recrutados 66 candidatos a inquiridores, 11 supervisores, 11 coordenadores provinciais, 11 cartógrafos 1 programadora e três digitadores. Este pessoal foi submetido a um treinamento que decorreu de 2 a 13 de Outubro de 2000. No fim da formação foram seleccionados 5 inquiridores para cada província.

1.5 Trabalho de Campo

O trabalho de campo teve início no dia 30 de Outubro de 2000, com previsão do seu términos a 30 de Abril de 2001. Contudo, devido as cheias que assolaram certas províncias do país, prorrogou-se o fim do trabalho de campo para o fim do mês de Maio do mesmo ano.

O trabalho de campo foi executado por 11 equipas, uma por província, constituídas por 8 pessoas cada: 1 Supervisor, 1 Cartógrafo, 5 Inquiridores e 1 Motorista.
Durante a recolha de dados, o Supervisor fazia a revisão dos questionários no local da entrevista, o que permitiu a correcção imediata dos erros. Membros da equipa central foram várias vezes às províncias fazer a supervisão.

1.6 Processamento dos Dados

O processamento de dados teve início em Novembro de 2000, três dias depois do trabalho de campo ter iniciado. A equipe era composta por 1 Programadora, responsável pela equipe, 1 Supervisor e 3 Digitadoras. Esta equipe de trabalho teve assistência de 1 consultor do Banco Mundial, no início e no fim da recolha dos dados. O processamento de dados foi feito através da leitura óptica com auxílio de um scanner e foi realizado em simultâneo com a fase de recolha de dados.

Para o processamento de dados utilizou-se o Software TELEFORM como plataforma entre a leitura óptica e a conversão para o Access. As tabelas de output foram todas transferidas do Access para o Excel por ser um pacote informático de fácil uso para qualquer usuário. Os dados validados também se encontram disponíveis em SPSS para análise.

2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Agregado Familiar - É uma ou mais pessoas ligadas ou não por laços de parentesco que vivem na mesma casa, comem juntas e compartilham a maior parte das despesas da casa. Os inquilinos ou empregados que estejam a ocupar dependências ou quartos não foram considerados membros do agregados.

Chefe do Agregado Familiar - É a pessoa que é reconhecida como tal pelos restantes membros. Cada agregado familiar tem um chefe que podia estar presente ou não no momento do Inquérito.

Membro do Agregado Familiar - É o indivíduo que vive habitualmente no agregado familiar, presente ou ausente na altura do inquérito.

Idade - A idade da pessoa foi registada em anos completos. Isto é, a idade do último aniversário, mesmo que a data do seu aniversário seguinte estivesse próxima.

Estado Civil É a situação do indivíduo de acordo com as leis, usos e costumes, face ao casamento ou vivência marital. Esta informação foi recolhida para os membros do agregado familiar com 12 ou mais anos de idade. O estado civil compreende as seguintes categorias:

- *Solteiro (a)* - É a pessoa de qualquer sexo não seja e nunca tenha sido casado(a) pelo registo civil, igreja ou tradicionalmente.
- *Casado (a)* - É a pessoa que está unida pelo casamento civil e/ou religioso. Também inclui-se casamentos em poligamia
- *União marital* - É a pessoa que está unida segundo os usos e costumes locais.
- *Divorciado (a)/Separado(a)* - É a pessoa que está divorciada ou separada do seu cônjuge, quer seja por lei ou não. Não são consideradas as pessoas divorciadas ou separadas que se juntaram novamente, pois estas são consideradas casadas.
- *Viúvo(a)* - É a pessoa que foi casada e o seu cônjuge faleceu. Não são consideradas as pessoas viúvas que se juntaram novamente, pois estas, são consideradas casadas.

3 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

3.1 Estrutura da População

A estrutura da população é a sua distribuição de acordo com o número ou proporção de homens e mulheres e por grupos de idades. Ela constitui um dos componentes importantes da análise demográfica, pois dá-nos uma ideia das tendências passadas da fecundidade, mortalidade e das migrações. Não é intenção deste relatório proceder uma análise exaustiva de todas as características da população, senão realçar apenas as mais importantes.

Os dados do Quadro 3.1 mostram que no País há mais mulheres do que homens (51.9% contra 48.1%), cifras consistentes com as observadas no Censo de 1997 (52.1% e 47.9%, respectivamente). Analisando os dados por idades, observa-se que a população do País ainda é extremamente jovem, onde 43.2% são menores de 15 anos e apenas 2.9% são idosos com idades superiores a 64 anos. Esta situação é resultado da manutenção das taxas elevadas de fecundidade e da redução gradual da mortalidade.

QUADRO 3.1 POPULAÇÃO TOTAL POR SEXO, SEGUNDO IDADE E ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA, MOÇAMBIQUE, 2000-2001
(em percentagem)

	Homem	Mulher	Total	Índice de mascul.
Total	48.1	51.9	100.0	92.8
Idade				
0- 4	7.0	7.4	14.4	93.5
5- 9	8.2	8.4	16.6	98.5
10-14	6.3	6.0	12.3	105.5
15-19	5.0	5.4	10.4	93.2
20-24	4.0	5.4	9.4	74.4
25-29	3.8	4.6	8.4	83.0
30-34	2.8	3.3	6.1	86.1
35-39	2.7	2.7	5.4	97.4
40-44	2.2	2.2	4.4	100.8
45-49	1.7	1.6	3.3	103.7
50-54	1.3	1.6	2.9	83.4
55-59	0.9	0.9	1.8	95.6
60-64	0.8	0.9	1.7	81.1
65+	1.4	1.5	2.9	98.3
Área de residência				
Rural	32.6	35.6	68.2	91.6
Urbano	15.5	16.3	31.8	95.2
Província				
Niassa	2.2	2.3	4.5	95.0
Cabo Delgado	3.9	4.3	8.2	90.9
Nampula	9.7	9.9	19.7	97.8
Zambézia	7.2	7.8	15.0	93.2
Tete	3.4	3.8	7.2	90.5
Manica	2.3	2.3	4.6	99.4
Sofala	4.8	4.9	9.7	99.1
Inhambane	3.7	4.5	8.2	81.3
Gaza	4.0	4.6	8.7	86.8
Maputo Província	3.9	4.4	8.2	89.2
Maputo Cidade	2.9	3.0	5.9	95.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

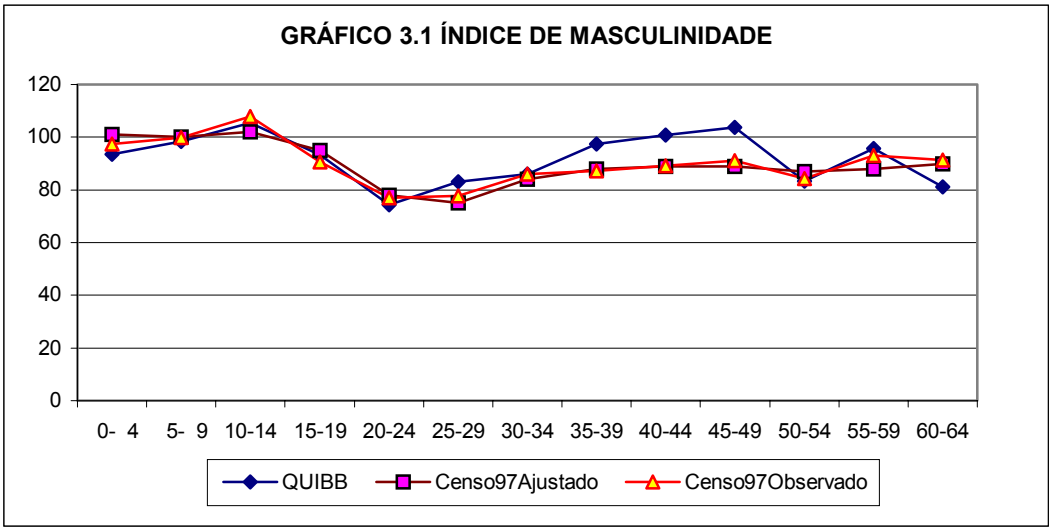
3.2 Índice de Masculinidade

Este indicador representa o número de homens por cada 100 mulheres. Como já foi mencionado, o Quadro 3.1 apresenta a distribuição percentual da população por sexo que mostra uma pequena diferença entre a proporção de homens e de mulheres: 48.1% dos habitantes são do sexo masculino e 51.9% do feminino. Isso traduz-se num índice de masculinidade de quase 93 homens para cada 100 mulheres.

Nalgumas províncias, como Inhambane, Gaza e Maputo, os índices são muito baixos (81, 87 e 89, respectivamente). Isto parece ter sido causado por uma significativa emigração masculina.

O índice de masculinidade por grupos de idade (Quadro 3.1 e Gráfico 1) mostra algumas oscilações que podem estar relacionadas com uma presumível emigração masculina selectiva por idade, combinada com os efeitos do HIV-Sida. Por isso, são encontrados valores baixos dos índices de masculinidade, especialmente entre os 20 e os 34 anos. É nesta faixa etária que também se observam as maiores taxas de prevalência do HIV-Sida, sobretudo na população feminina, contribuindo, conjuntamente com a emigração masculina, para a recuperação do índice de masculinidade.

Nas idades avançadas os índices têm uma tendência irregular, caracterizada por oscilações que podem ter três explicações: (i) o facto de se tratar de um inquérito por amostragem (onde se recolhe dados duma parte da população em representação de todo o universo); (ii) o facto dos dados não terem sido suavizados; e (iii) admite-se que haja erros na declaração ou estimação das idades nesta faixa etária.



3.3 Idade Mediana

A idade mediana da população moçambicana é de 17.2 anos, o que significa que metade da população tem idade inferior a esta cifra. A população urbana do País é ligeiramente mais jovem do que a rural, 17.1 anos contra 17.2.

De acordo com a idade mediana, a população masculina da área rural é mais jovem do que a urbana (15.7 anos contra 17.2), enquanto que a nível da população feminina acontece o inverso (17.0 contra 18.4).

A Província do Niassa é a que apresenta a população mais jovem (idade mediana igual a 14.6 anos), enquanto que Zambézia é a que apresenta a população mais velha (idade mediana igual a 18.4 anos).

QUADRO 3.2 IDADE MEDIANA POR SEXO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2000-2001

	Homem	Mulher	Total
Total	16.2	17.9	17.2
Área de residência			
Rural	15.7	18.4	17.2
Urbano	17.2	17.0	17.1
Província			
Niassa	14.5	14.7	14.6
Cabo Delgado	17.6	19.3	18.3
Nampula	15.9	17.6	16.8
Zambézia	17.9	18.6	18.4
Tete	14.6	15.4	14.9
Manica	15.8	16.3	16.0
Sofala	15.4	16.8	16.1
Inhambane	16.2	19.1	17.8
Gaza	15.2	18.4	16.9
Maputo Província	17.0	18.7	17.9
Maputo Cidade	18.3	18.3	18.3

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

3.4 Taxa de Dependência Demográfica

A taxa de dependência demográfica indica a relação entre a população potencialmente dependente (0 a 14 anos e 65 e mais) e a população em idade de trabalhar (15 a 64 anos). A população potencialmente dependente é considerada consumidora e, consequentemente, não é incluída no grupo de pessoas em idade de trabalhar. Quanto maior for a taxa, maior será o encargo sobre as pessoas produtivas e implicará também na necessidade de investimentos imediatos em infra-estruturas escolares, hospitalares, entre outros serviços básicos.

No Quadro 3.3 apresenta-se a taxa de dependência total, bem como o desagregado para jovens e velhos. Em Moçambique, para cada 100 pessoas potencialmente activas existem 86 potencialmente inactivas, valor aproximado ao observado no Censo 97. Esta cifra é elevada e reflecte uma maior proporção de menores de 15 anos devido as elevadas taxas de fecundidade. Se considerarmos em separado os jovens e os velhos, observa-se que a taxa de dependência é maior nos primeiros (81) do que nos segundos (5), como resultado do peso relativo daqueles na estrutura da população total e uma sobrevivência cada vez menor dos idosos.

Observa-se que existe uma considerável diferença entre as taxas de dependência das áreas urbanas e rurais; a proporção da população potencialmente inactiva é superior nestas últimas em 11 pontos percentuais (90% contra 79%).

QUADRO 3.3 TAXA DE DEPENDÊNCIA, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2000-2001

	Total	Jovens	Velhos
Total	85.9	80.6	5.4
Área de residência			
Rural	89.5	83.3	6.2
Urbano	78.8	75.0	3.7
Província			
Niassa	103.2	98.5	4.7
Cabo Delgado	83.1	76.9	6.2
Nampula	90.2	85.1	5.1
Zambézia	76.7	74.2	2.4
Tete	103.6	96.6	7.0
Manica	87.2	83.0	4.2
Sofala	92.4	87.5	4.9
Inhambane	86.3	77.3	9.0
Gaza	90.3	81.6	8.7
Maputo Província	78.0	72.1	5.8
Maputo Cidade	65.1	62.0	3.1
Tamanho do agregado			
1-2	23.8	9.8	14.0
3-4	70.7	66.2	4.5
5-6	111.2	107.4	3.8
7+	106.9	103.0	3.9
Posição no processo laboral do chefe do agregado			
Governo	81.0	78.8	2.3
Sector público	91.8	90.1	1.8
Sector privado	77.8	75.9	1.9
Conta própria	87.6	82.0	5.6
Pessoa/agregado privado	78.2	73.4	4.9
Patrão/empresário	83.5	81.7	1.9
Sector cooperativo	93.5	91.3	2.1
Sem emprego	86.5	74.0	12.6
Sectores de actividade do chefe do agregado			
Primário	88.4	82.5	5.9
Secundário	78.6	76.1	2.5
Terceário	81.0	78.8	2.2
Sem emprego	86.5	74.0	12.6
Sexo do chefe do agregado			
Homem	83.6	79.0	4.6
Mulher	97.2	88.0	9.2
Estado civil do chefe do agregado			
Solteiro	49.5	45.9	3.7
Casado	90.3	84.9	5.4
União marital	83.9	80.3	3.7
Viuvo/separado/divorciado	92.0	80.7	11.3
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado			
Nenhum	87.0	79.9	7.0
Primário do 1° grau	88.0	85.0	3.0
Primário do 2° grau	82.6	80.9	1.8
Secundário e mais	73.2	72.2	1.1
Outros	119.2	103.2	16.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

3.5 Orfandade Materna

Nesta secção faz-se análise da orfandade materna, isto é, pessoas cujas mães faleceram. Esta informação foi recolhida para todas as pessoas menores de 15 anos de idade.
No País, 2.5% da população menor de 15 anos são órfãos de mãe. Esta percentagem é maior na área urbana (2.8 %) em comparação com a rural (2.4 %).

A Província de Inhambane é a que apresenta maior percentagem de órfãos (4.0%), enquanto que a de Tete apresenta a percentagem mais baixa (1.5%).

QUADRO 3.4 CRIANÇAS MENORES DE 15 ANOS CUJA MÃE FALECEU, POR GRUPOS ETÁRIOS, SEGUNDO SEXO, ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2000-2001
(em percentagem)

	Total	0-4 anos	5-9 anos	10-14 anos
Total	2.5	0.7	2.5	4.7
Sexo				
Homem	2.6	0.8	2.3	4.9
Mulher	2.5	0.6	2.8	4.4
Área de residência				
Rural	2.4	0.7	2.4	4.5
Urbano	2.8	0.5	2.9	5.0
Província				
Niassa	2.3	0.8	2.5	4.0
Cabo Delgado	1.6	0.8	2.1	2.0
Nampula	2.2	0.9	1.8	4.4
Zambézia	2.5	0.6	2.7	4.6
Tete	1.5	1.2	1.5	2.1
Manica	3.7	0.6	3.1	7.5
Sofala	3.7	1.2	3.9	6.1
Inhambane	4.0	0.3	4.0	8.0
Gaza	2.1	0.3	1.9	4.4
Maputo Província	2.4	0.1	3.1	3.9
Maputo Cidade	2.4	0.2	2.2	4.6
Relação com o chefe do agregado				
Filho/a	0.9	0.1	0.9	1.7
Outros parentes	9.0	3.0	9.5	13.9
Sem parentesco	5.6	0.0	0.0	9.5

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

3.6 Tamanho e Composição dos Agregados Familiares

De acordo com os resultados do Quadro 3.5, em Moçambique cada agregado familiar tem em média 4.4 membros. Esta cifra não difere muito da que foi observada no Censo de 1997 (4.1 membros). Os agregados familiares da área urbana têm, em média, mais membros (5.2 pessoas) em relação aos da área rural (4.1). Esta situação pode, em parte, ser explicada pelo facto de ser extremamente difícil para os agregados familiares urbanos terem acesso à habitação, o que não acontece na área rural.

Maputo Cidade apresenta, em média, o maior número de pessoas nos agregados familiares (6.1), facto que está relacionado com a atracção demográfica que esta área exerce sobre as restantes províncias, assim como reflecte a carência habitacional.

Em geral, os agregados familiares das províncias do Sul têm mais membros nos agregados familiares que os de Centro e Norte do País.

QUADRO 3.5 NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR AGREGADO FAMILIAR, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001
(em percentagem)

	1 a 2	3 a 4	5 a 6	7+	Total	Média
Total	23.0	36.3	23.9	16.8	100.0	4.4
Área de residência						
Rural	25.2	39.0	22.8	13.0	100.0	4.1
Urbano	17.2	29.1	26.6	27.1	100.0	5.2
Província						
Niassa	21.2	37.6	26.5	14.6	100.0	4.3
Cabo Delgado	26.5	40.7	23.4	9.5	100.0	3.9
Nampula	25.3	40.5	23.1	11.1	100.0	4.0
Zambézia	28.1	46.4	18.8	6.7	100.0	3.6
Tete	23.6	38.0	25.3	13.1	100.0	4.1
Manica	20.6	33.3	25.5	20.5	100.0	4.6
Sofala	16.6	32.0	26.2	25.2	100.0	5.0
Inhambane	25.7	26.2	24.9	23.2	100.0	4.8
Gaza	16.7	22.6	25.7	35.0	100.0	5.9
Maputo Província	18.7	28.0	27.0	26.4	100.0	5.1
Maputo Cidade	10.3	22.6	28.7	38.4	100.0	6.1
Posição no processo laboral do chefe do agregado						
Governo	12.1	24.3	30.0	33.6	100.0	5.6
Sector público	7.3	18.9	35.5	38.4	100.0	6.0
Sector privado	12.1	29.5	28.1	30.3	100.0	5.5
Conta própria	24.9	39.2	22.9	13.0	100.0	4.1
Pessoa/agregado privado	24.1	31.8	26.3	17.7	100.0	4.4
Patrão/empresário	20.0	29.9	26.6	23.4	100.0	4.8
Sector cooperativo	10.8	26.4	12.4	50.4	100.0	5.8
Sem emprego	27.7	30.7	21.7	19.8	100.0	4.4
Sectores de actividade do chefe do agregado						
Primário	25.0	39.7	22.5	12.8	100.0	4.1
Secundário	17.0	30.2	25.6	27.3	100.0	5.1
Terceário	15.9	28.5	29.0	26.6	100.0	5.2
Sem emprego	27.7	30.7	21.7	19.8	100.0	4.4
Sexo do chefe do agregado						
Homem	17.9	37.2	25.8	19.1	100.0	4.7
Mulher	40.0	33.5	17.5	9.1	100.0	3.5
Estado civil do chefe do agregado						
Solteiro	63.9	23.3	7.3	5.5	100.0	2.5
Casado	11.4	33.8	27.6	27.2	100.0	5.3
União marital	15.5	41.1	26.8	16.6	100.0	4.6
Viuvo/separado/divorciado	44.7	30.9	16.4	8.0	100.0	3.3
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado						
Nenhum	26.8	38.5	21.8	13.0	100.0	4.1
Primário do 1° grau	15.4	32.4	27.7	24.5	100.0	5.1
Primário do 2° grau	14.1	29.3	28.8	27.8	100.0	5.2
Secundário e mais	11.0	29.6	32.4	26.9	100.0	5.3
Outros	7.8	46.4	28.8	17.1	100.0	4.6

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

De acordo com o Quadro 3.6, cerca de 23% dos agregados no País são chefiados por mulheres, sendo a maioria (76.8%) dirigidos por homens. Grande partes dos chefes de agregados familiares estão integrados no sector primário de actividade (67.4%).

QUADRO 3.6 AGREGADOS FAMILIARES, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DO AGREGADO. MOÇAMBIQUE, 2000-2001
(em percentagem)

Total	**100.0**
Sexo	
Homem	76.8
Mulher	23.2
Posição no processo laboral	
Governo	4.7
Sector público	1.6
Sector privado	8.1
Conta própria	72.7
Pessoa/agregado privado	1.4
Patrão/empresário	3.0
Sector cooperativo	0.3
Sem emprego	8.2
Sectores de actividade	
Primário	67.4
Secundário et mais	4.8
Terceário	19.7
Sem emprego	8.2
Estado civil	
Solteiro	4.5
Casado	24.1
União marital	49.7
Viuvo/ separado/divorciado	21.7
Nível mais elevado de educação	
Nenhum	69.9
Primário do 1º grau	17.9
Primário do 2º grau	7.1
Secundário e mais	5.0
Outros	0.1

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

4 ACTIVIDADE ECONÓMICA E FORÇA DE TRABALHO

4.1 Introdução

Este capítulo basicamente faz abordagem da situação do emprego no País. O QUIBB recolheu informações pertinentes, com base nas seguintes perguntas do questionário:

- *Fez algum tipo de trabalho nos últimos 7 dias?*
- *Quantas ocupações teve nos últimos 7 dias?*
- *Como foi pago na ocupação principal?*
- *Para quem trabalhou na ocupação principal?*
- *Qual é a actividade principal do local onde exerce a sua ocupação principal?,* e
- *Procurou aumentar os seus rendimentos nos últimos 7 dias?*

O objectivo principal destas perguntas é identificar o volume dos recursos humanos disponíveis para a produção de bens e serviços, assim como a sua composição, estrutura, qualificação, entre outros aspectos.

Embora o QUIBB tenha recolhido dados da população de 6 anos e mais, esta análise é baseada nos dados de pessoas de 15 anos e mais, de acordo com as recomendações internacionais.

4.2 Força de Trabalho

O volume dos recursos humanos disponíveis pode ser medida através do quadro conceptual da força de trabalho, ou seja, a partir da População Economicamente Activa (PEA). Esta é composta por todas as pessoas que constituem a mão de obra apta para a produção de bens e serviços. Compreende tanto as pessoas que estão ocupadas (as que estão empregadas), assim como aquelas que não têm trabalho mas que estão procurando emprego (desempregados). Inversamente, a População Não Economicamente Activa (PNEA), compreende todas as pessoas que não estão empregadas e desempregadas que não procuram uma ocupação.

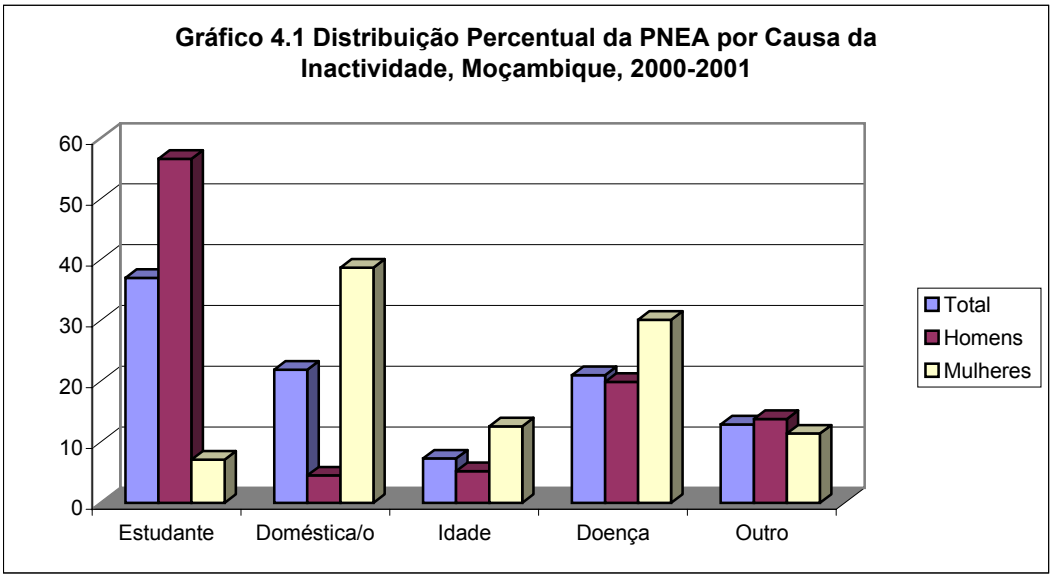
De acordo com o Quadro 4.1, no País a PEA é de 80.2%,dos quais a grande maioria (88.1%) tinha alguma ocupação no período de referência, tanto homens (84.4%) como mulheres (91.5%). Fazem parte desta categoria as pessoas que tinham ocupações remunerados, aqueles que se encontravam em actividades por conta própria, membros das cooperativas de produção e trabalhadores familiares não remunerados.

A PNEA representa apenas 19.8% na sua maioria são estudantes. O Gráfico 4.1 apresenta a distribuição percentual da PNEA por razão da inactividade. Observa-se que mais de um terço (37.2%) da população apontou como motivo principal para não trabalhar o facto de estar a estudar. No concernente ao sexo, nota-se que entre os homens, mais de metade (56.9%) são estudantes, enquanto que entre as mulheres somente 23.4% é que estão nessa condição. Esta constatação confirma a prevalecente discriminação que a mulher ainda enfrenta, pois em muitos dos casos é preterida em benefício do homem. Outras causas mencionadas da inactividade são "doméstica" (33.4%) e "doença" (22.1%).

QUADRO 4.1 POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS POR CONDIÇÃO DE ACTIVIDADE E INACTIVIDADE, POR PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE 2000-2001
(em percentagem)

	Total	PEA	PNEA
Total	100	80.2	19.8
Províncias			
Niassa	100	85.7	12.9
Cabo Delgado	100	87.1	12.9
Nampula	100	80.1	19.9
Zambézia	100	89.3	10.7
Tete	100	84.1	15.9
Manica	100	82.5	17.5
Sofala	100	75.2	24.8
Inhambane	100	76.8	23.2
Gaza	100	83.5	16.5
Maputo Província	100	71.9	28.1
Maputo Cidade	100	59.5	40.5

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001



4.3 Participação na Força de Trabalho

Como se pode observar no Quadro 4.2, a taxa de participação da força de trabalho é de 70.7%. Esta percentagem é relativamente elevada, explicável pela massiva participação na força de trabalho feminina (71.8%). Com efeito, a taxa de actividade feminina é ligeiramente superior a masculina (69.4%) devido a sua maior participação na agricultura (veja-se o Quadro 4.4). Por outro lado, e como já foi mencionado, a fraca frequência escolar das mulheres contribui para a elevada taxa de actividade feminina.

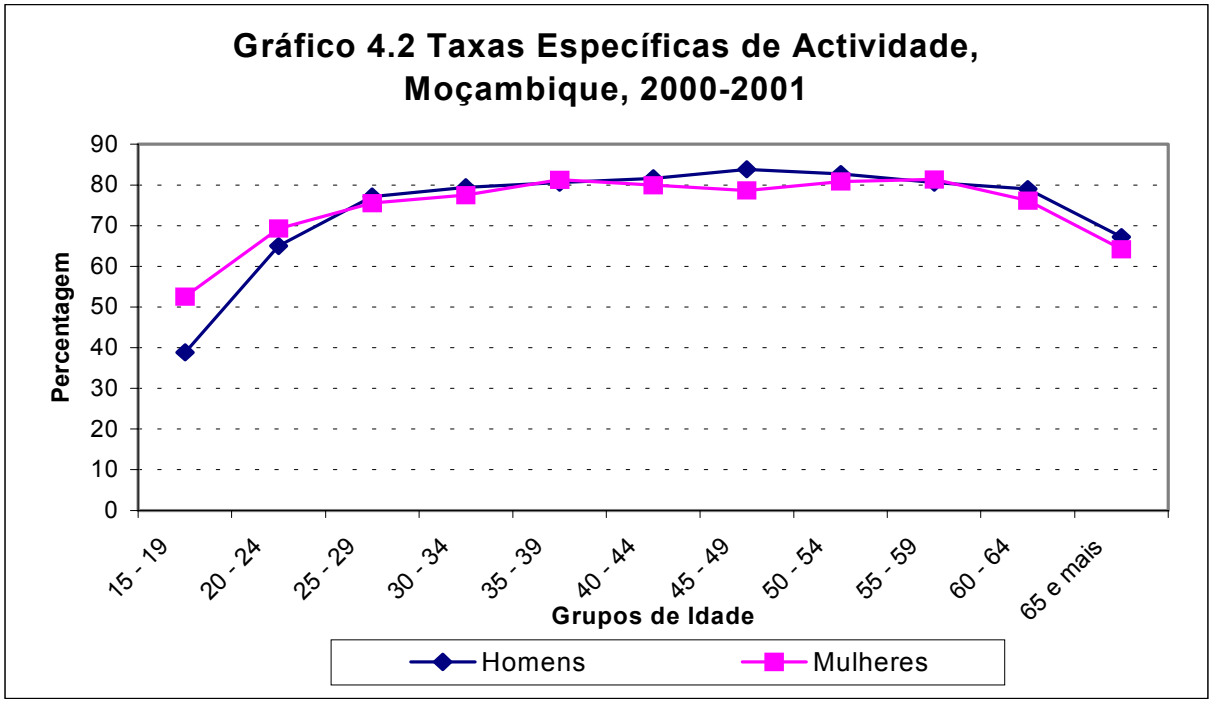
Quadro 4.2 TAXAS ESPECÍFICAS DE ACTIVIDADE POR SEXO

Total		70.7
Idade	**Homem**	**Mulher**
Total	69.4	71.8
15-19	38.7	52.9
20-24	65.1	69.7
25-29	77.1	76.0
30-34	78.9	77.7
35-39	80.3	81.7
40-44	82.0	80.0
45-49	83.9	78.5
50-54	82.7	81.4
55-59	80.8	81.8
60-64	79.3	76.5
65 e mais	67.9	64.3

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

O Gráfico 4.2 chama particular atenção as elevadas taxas de actividade feminina do grupo 15-24 anos. Neste grupo etário, as taxas são superiores às da população masculina o que estaria mostrando que as mulheres ao estarem fora do sistema de ensino, não só entram precocemente no mundo laboral como também com maior intensidade. A partir do grupo etário 25 - 29 as taxas tendem a ser superiores nos homens.

Outro aspecto que chama atenção são as elevadas taxas de participação praticamente em todas as idades incluindo as mais avançadas, tanto nos homens como nas mulheres. Isto estaria indicando que a população moçambicana retira-se muito tarde do mundo laboral, provavelmente como resultado da ausência do sistema de segurança social formal, o que leva a trabalhar até a velhice para a sobrevivência.



4.4 Utilização da Força de Trabalho

O inquérito recolheu também informação que permite examinar a utilização a força de trabalho.

4.4.1 Baixo Nível de Assalariados na Força de Trabalho

A análise dos dados do Quadro 4.3 mostra que a maioria da força de trabalho é constituída por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados (85.7%) e apenas 11.1% de assalariados. Os empregadores representam apenas 3%. Do total da força de trabalho ocupada, 3.1%, está absorvida pelo Governo e sector público e 6.9% pelo sector privado.

QUADRO 4.3 POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIAS OCUPACIONAIS SEGUNDO SEXO E PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001
(em percentagem)

	Governo	Sector publico	Sector privado	Conta própria	Pessoa/ Agreg. priv	Patrão Empresário	Sector Cooperativo	Total
Total	3.1	1.0	6.9	52.0	33.7	3.0	0.2	100.0
Sexo e idade								
Homem	5.3	1.9	12.3	62.6	12.3	5.3	0.3	100.0
15-19	0.3	0.3	6.6	22.5	62.7	7.6	0.0	100.0
20-24	2.7	0.5	13.9	54.7	20.5	7.5	0.2	100.0
25-29	3.3	1.5	14.2	66.4	8.1	6.0	0.4	100.0
30-34	6.5	2.7	13.1	68.8	3.4	4.8	0.6	100.0
35-39	9.0	3.5	14.4	65.4	2.3	4.8	0.5	100.0
40-44	10.2	2.8	15.4	64.5	1.8	5.2	0.1	100.0
45-49	8.7	2.9	14.4	66.6	2.3	4.2	0.9	100.0
50-54	5.3	2.9	10.6	74.0	2.5	4.4	0.3	100.0
55-59	6.7	1.7	10.4	74.5	2.9	3.3	0.5	100.0
60-64	4.2	0.8	7.6	81.4	3.0	2.9	0.0	100.0
65 e mais	2.6	0.5	2.5	90.5	3.5	0.4	0.0	100.0
Mulher	1.1	0.3	2.0	42.3	53.3	0.9	0.1	100.0
15-19	0.0	0.0	1.8	19.6	77.7	0.8	0.0	100.0
20-24	0.8	0.2	2.1	31.5	63.9	1.5	0.1	100.0
25-29	0.8	0.4	2.3	38.9	56.2	1.3	0.1	100.0
30-34	1.8	0.3	2.2	44.8	49.9	0.8	0.1	100.0
35-39	2.4	0.6	2.3	48.3	45.0	1.3	0.1	100.0
40-44	2.5	0.6	2.5	52.3	41.3	0.7	0.2	100.0
45-49	0.9	0.6	2.4	51.0	44.4	0.5	0.2	100.0
50-54	0.7	0.2	1.0	55.9	41.8	0.4	0.2	100.0
55-59	0.7	0.0	1.4	59.1	38.6	0.1	0.0	100.0
60-64	0.3	0.0	0.7	64.3	34.6	0.2	0.0	100.0
65 e mais	0.4	0.0	0.5	69.7	28.8	0.6	0.0	100.0
Província								
Niassa	3.9	0.1	1.7	48.5	44.3	1.3	0.2	100.0
Cabo Delgado	1.2	0.3	1.4	69.1	27.3	0.7	0.0	100.0
Nampula	2.0	0.9	2.1	52.8	40.1	2.1	0.1	100.0
Zambézia	1.6	0.3	1.2	56.5	39.3	1.0	0.2	100.0
Tete	2.1	1.8	2.5	52.6	38.8	2.0	0.0	100.0
Manica	4.1	0.5	8.1	51.5	34.2	1.6	0.1	100.0
Sofala	3.8	1.7	13.7	51.1	26.0	3.2	0.4	100.0
Inhambane	2.4	0.4	7.8	45.1	40.4	3.8	0.1	100.0
Gaza	3.0	0.7	12.3	42.9	35.7	5.3	0.0	100.0
Maputo Província	6.4	2.0	15.7	49.0	14.6	11.1	1.2	100.0
Maputo Cidade	13.2	6.0	33.1	35.8	6.2	5.5	0.2	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

A nível de províncias, Maputo Cidade e Maputo Província que concentram quase a totalidade do parque industrial do País, o comércio, a administração pública e serviços, apresentam as

percentagens mais elevadas de força de trabalho assalariada, 52.3% e 24.1%, respectivamente.

4.4.2 Força de Trabalho Segundo Ramos de Actividade Económica

O Quadro 4.4 mostra a distribuição da força de trabalho por ramos de actividade económica. A agricultura é o ramo de actividade que absorve a maioria da força de trabalho (76.7%). Grande parte desta força e trabalho encontra-se na área rural (89.8%) e apenas 36.8% está nas áreas urbanas. O comércio e os serviços ocupam o segundo e terceiro lugares, absorvendo 9% e 5.5% da força de trabalho, respectivamente. A nível provincial, estes dois ramos de actividades estão mais representados em Maputo Cidade e Maputo Província. A elevada percentagem da força de trabalho no comércio deve-se também a contribuição do sector informal.

QUADRO 4.4 POPULAÇÃO OCUPADA POR RAMOS DE ACTIVIDADE SEGUNDO SEXO E PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001
(em percentagem)

	Agric. silvic. pescas	Ind. extractiva	Ind. manuf.	Construção	Transportes	Comércio	Serviços	Educação	Saúde	Administração	Total
Total	76.7	1.8	1.3	2.6	1.0	9.0	5.5	1.1	0.4	0.7	100.0
Sexo											
Homem	63.2	3.4	2.4	5.3	2.0	11.0	9.0	1.9	0.5	1.2	100.0
Mulher	89.0	0.2	0.2	0.1	0.1	7.1	2.3	0.4	0.3	0.2	100.0
Área de residência											
Rural	89.8	1.5	0.6	1.3	0.2	3.6	1.7	0.8	0.1	0.2	100.0
Urbano	36.8	2.4	3.2	6.4	3.3	25.2	17.0	2.1	1.3	2.3	100.0
Província											
Niassa	88.5	0.7	0.2	1.2	0.5	4.3	1.9	1.7	0.4	0.6	100.0
Cabo Delgado	92.4	0.7	0.2	0.9	0.3	3.7	0.7	0.5	0.1	0.5	100.0
Nampula	82.6	0.6	1.1	1.2	0.5	9.3	3.0	1.1	0.2	0.2	100.0
Zambézia	91.4	0.5	0.6	0.6	0.4	4.2	0.7	1.0	0.2	0.4	100.0
Tete	85.0	0.7	0.6	1.8	0.2	6.3	2.8	1.3	0.4	0.7	100.0
Manica	74.7	0.8	1.6	1.7	0.9	11.8	5.6	1.5	0.7	0.7	100.0
Sofala	67.3	1.2	2.4	2.7	1.6	14.6	8.4	0.8	0.5	0.6	100.0
Inhambane	77.9	4.1	0.2	2.0	0.9	7.6	5.4	1.0	0.5	0.3	100.0
Gaza	75.0	6.3	1.1	5.1	0.9	4.5	5.6	0.5	0.3	0.7	100.0
Maputo Província	43.3	2.8	4.1	9.3	2.2	18.4	16.7	1.4	0.8	1.0	100.0
Maputo Cidade	8.3	3.9	4.0	8.0	6.7	29.4	29.9	2.9	1.9	4.8	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

4.4.3 Força de Trabalho e Número de Ocupações

Às pessoas que declararam ter realizado um trabalho na semana de referência foram indagadas sobre o número de ocupações, independentemente de serem formais ou informais, pagas ou não. No Quadro 4.5 apresenta-se a distribuição percentual da população ocupada por número de ocupações. Nota-se que a grande maioria da população tem apenas uma ocupação (93.5%). A disponibilidade das pessoas em ter mais do que uma ocupação, é um dos indicadores do subemprego e de baixos salários.

QUADRO 4.5 POPULAÇÃO OCUPADA POR NÚMERO DE OCUPAÇÕES, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001
(em percentagem)

	Número de ocupações			Total
	Uma	Duas	Mais de duas	
Total	93.5	6.3	0.2	100.0
Sexo				
Homem	89.8	9.9	0.3	100.0
Mulher	96.8	3.1	0.1	100.0
Área de residência				
Rural	93.7	6.3	0.1	100.0
Urbano	92.8	6.5	0.7	100.0
Província				
Niassa	96.6	3.4	0.0	100.0
Cabo Delgado	94.7	5.3	0.1	100.0
Nampula	95.2	4.7	0.1	100.0
Zambézia	94.8	4.9	0.3	100.0
Tete	93.9	5.9	0.2	100.0
Manica	88.3	10.9	0.8	100.0
Sofala	90.5	9.5	0.0	100.0
Inhambane	87.2	12.6	0.2	100.0
Gaza	95.8	4.1	0.1	100.0
Maputo Província	91.4	8.1	0.5	100.0
Maputo Cidade	96.0	3.5	0.6	100.0
Posição no processo				
Governo	88.2	11.2	0.6	100.0
Sector público	90.4	7.7	1.9	100.0
Sector privado	91.6	8.2	0.3	100.0
Conta própria	91.7	8.1	0.2	100.0
Pessoa/agregado privado	97.4	2.6	0.1	100.0
Patrão/empresário	91.6	8.0	0.4	100.0
Sector cooperativo	88.1	11.9	0.0	100.0
Nível mais elevado de educação				
Nenhum	94.6	5.3	0.1	100.0
Primário do 1º grau	90.0	9.8	0.2	100.0
Primário do 2º grau	90.9	8.8	0.4	100.0
Secundário e mais	88.8	9.9	1.3	100.0
Outros	93.2	5.1	1.7	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

De acordo com os dados em análise, 6.5% da população tem duas ou mais ocupações, principalmente os homens (10.2% contra 3.2% das mulheres). Esta situação é mais comum entre as pessoas absorvidas pelo Aparelho de Estado e pelo sector público, onde em conjunto têm 21.4% da sua força laboral com duas ou mais ocupações. Como é sabido, os baixos salários e fraco controle que se observa nestes dois sectores são os factores que contribuem para tal situação.

É importante notar também que independentemente do nível de escolarização da força de trabalho, todos têm uma propensão em ter mais do que uma ocupação. Isto, estaria indicado, por um lado, que grande parte da força laboral é absorvida em ocupações de baixa qualificação e, por outro, que a procura de proventos adicionais para a sobrevivência não é característica apenas de pessoas com baixo nível de escolarização.

4.4.4 Trabalho e Tipo de Remuneração

O Quadro 4.6 apresenta a modalidade usada para o pagamento das pessoas ocupadas na ocupação principal. Um pouco mais da metade da população ocupada (50.8%) está na categoria de conta própria, o que significa não trabalham para outrém. Cerca de 15% da força

de trabalho é compensada em dinheiro ou em espécie e uma percentagem quase insignificante (0.7%) tem uma remuneração ocasional, isto é, recebe por tarefa realizada.

Analisando por sexo, observa-se uma grande diferença entre as percentagens de homens e mulheres que receberam salários, 26.0% contra 4.2%. Isto estaria confirmando que as mulheres estão mais vinculadas as actividades de subsistência familiar devido às diferenças de oportunidades no mercado de trabalho e de escolarização.

QUADRO 4.6 POPULAÇÃO OCUPADA POR TIPO DE REMUNERAÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001
(em percentagem)

	Salário/espécie	Casual	Trabalhador familiar sem pagamento	Conta própria	Total
Total	14.6	0.7	34.0	50.8	100.0
Sexo					
Homem	26.0	1.2	10.9	61.9	100.0
Mulher	4.2	0.2	55.1	40.6	100.0
Área de residência					
Rural	7.0	0.3	39.5	53.3	100.0
Urbano	37.7	1.9	17.3	43.1	100.0
Província					
Niassa	6.8	0.6	43.9	48.7	100.0
Cabo Delgado	3.5	0.3	27.5	68.8	100.0
Nampula	7.6	0.7	39.1	52.6	100.0
Zambézia	4.6	0.3	38.7	56.4	100.0
Tete	9.7	0.2	39.6	50.6	100.0
Manica	15.6	0.5	32.3	51.6	100.0
Sofala	19.2	0.9	36.1	43.8	100.0
Inhambane	16.4	0.4	40.1	43.2	100.0
Gaza	21.7	0.5	35.6	42.3	100.0
Maputo Província	37.3	1.9	12.2	48.7	100.0
Maputo Cidade	60.5	2.4	5.2	31.9	100.0
Sectores de actividade					
Primário	3.6	0.2	42.3	53.8	100.0
Secundário	71.3	5.0	1.3	22.4	100.0
Terceário	50.7	1.6	4.3	43.4	100.0
Nível de educação mais elevado					
Nenhum	6.4	0.4	39.9	53.3	100.0
Primário do 1º grau	27.9	1.4	20.9	49.8	100.0
Primário do 2º grau	46.7	1.8	11.3	40.2	100.0
Secundário e mais	78.8	1.0	2.9	17.3	100.0
Outros	21.3	5.1	24.6	49.1	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

5 EDUCAÇÃO

Introdução

Neste capítulo serão abordadas algumas medidas de output educacional, tais como condição de alfabetismo da população de 15 anos e mais e nível educacional concluído por esse mesmo grupo populacional; far-se-á também um exame aos indicadores de cobertura do sistema educativo (taxas de escolarização) e, de forma indirecta, ao grau de abandono escolar no seio da população em idade escolar (6-17 anos). O grau de satisfação desta população em relação à escola, será também alvo de análise.

5.1 Taxa de Analfabetismo

São consideradas analfabetas todas as pessoas com idade igual ou superior a 15 anos que não possuem habilidade para ler e escrever, não só em português mas em qualquer língua. Inclui-se também o analfabetismo funcional, ou seja, o das pessoas que, tendo frequentado a escola e feito algumas classes do primeiro nível educacional, perderam, com o tempo essa habilidade.

QUADRO 5.1 TAXA DE ANALFABETISMO POR SEXO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001
(em percentagem)

	Total	Homem	Mulher
Total	56.7	40.2	71.2
Idade			
15-19	40.9	30.1	51.0
20-29	53.1	37.0	65.7
30-39	56.1	37.7	72.8
40-49	62.6	42.0	83.7
50-59	73.0	51.8	91.6
60+	81.5	67.0	94.9
Área de residência			
Rural	68.9	52.1	83.1
Urbano	31.4	17.4	44.9
Província			
Niassa	65.3	46.9	82.8
Cabo Delgado	77.3	61.0	91.6
Nampula	69.9	54.3	84.5
Zambézia	74.7	59.4	88.6
Tete	57.0	37.4	74.5
Manica	50.8	32.8	68.4
Sofala	53.5	31.2	74.7
Inhambane	47.1	25.1	63.2
Gaza	43.8	27.6	56.1
Maputo Província	32.9	17.6	45.6
Maputo Cidade	13.0	6.4	19.2

Fonte:INE-QUIBB 2000-2001

O Quadro 5.1 apresenta a proporção da população de 15 anos e mais que não sabe ler nem escrever. Como se pode ver, mais de metade da população deste grande grupo é analfabeta

(56.7%). Note-se que o grau de analfabetismo é maior entre as mulheres (71.2%) do que entre os homens (40.2%).

Observe-se também que a taxa de analfabetismo varia com a idade, aumentando à medida que cresce o escalão etário. Dentre os jovens, o grau de analfabetismo é menos acentuado (40.9% o grupo etário de 15 a 19 anos).

Disparidades manifestam-se também quando os dados são analisados por província. Dum modo geral, as províncias situadas a norte do país são as que denotam maior grau de analfabetismo. Do Norte ao Sul do País a taxa de analfabetismo vai reduzindo gradualmente. A Província de Cabo Delgado apresenta o maior índice de analfabetismo (77.3%), enquanto que a Cidade de Maputo aparece com a menor proporção de pessoas que não sabem ler nem escrever (13.0%). Diferenciais por sexo em cada província são igualmente notórios.

Importa referir que a taxa de analfabetismo tem vindo a reduzir consideravelmente, pois aquando do II Recenseamento Geral da População e Habitação, em 1997, era de 60.5%.

5.2 Nível de Ensino Concluído

O Quadro 5.2 mostra que a maior parte da população não tem nenhum nível concluído (70.6%). Portanto, apenas 29.4% da população de 15 anos e mais possui algum nível concluído. Consideram-se sem nenhum nível, por um lado, as pessoas que nunca frequentaram a escola e, por outro, as que tendo-o feito não concluíram o primeiro nível do Sistema Nacional de Educação (EP1 ou equivalente).

Entre os que terminaram algum nível, a maior parte completou somente o EP1 (17.7%). Importa mencionar que a percentagem de pessoas que concluíram os diferentes níveis vai reduzindo à medida que estes ascendem. Assim, a percentagem de pessoas que terminaram o EP2 (7.9%) é inferior à metade dos que concluíram o EP1. Do mesmo modo, os que completaram o Ensino Secundário ou mais (3.7%) correspondem a quase metade dos que concluíram o EP2.

Analisando os dados por sexo, nota-se que à medida que se sobe de nível, a disparidade entre homens e mulheres vai aumentado. A proporção de homens que concluíram o Ensino Primário corresponde aproximadamente ao dobro da de mulheres em igual situação. Todavia, nos níveis subsequentes esta diferença torna-se cada vez maior: a percentagem de homens que concluíram o EP2 corresponde ao dobro da de mulheres em condição similar e, no concernente aos que terminaram o Ensino Secundário ou mais, a proporção de homens é mais que o triplo da de mulheres.

Examinando os dados de acordo com a escala etária, nota-se que é entre os mais jovens que se verificam menores percentagens de pessoas sem nível concluído.

Diferenças se destacam também quando analisados os dados por área de residência. A percentagem de pessoas com o EP1 na área urbana é mais de duas vezes superior à da rural. Mas, quando se passa para o EP2, a proporção torna-se seis vezes maior e, no caso do Ensino Secundário e mais, afigura-se sete vezes superior. As condições económicas dos agregados familiares influem também na possibilidade de conclusão de níveis educacionais elevados, pois entre os pobres se denota uma redução quase drástica da percentagem quando se passa do EP2 para o nível seguinte.

Observando os dados por províncias, nota-se que, duma forma geral, as do Norte, Zambézia e Tete são as que possuem maior proporção de pessoas sem nível concluído em comparação

com as restantes, sendo as do Sul que, dum modo geral, exibem melhor situação, em particular a Província de Maputo e a Cidade do mesmo nome. Repare-se, no entanto, que as duas restantes províncias do Sul apresentam maior proporção de pessoas sem nenhum nível em comparação com algumas províncias do Centro do País, nomeadamente Manica e Sofala. A Província de Cabo Delgado ostenta a maior percentagem de pessoas sem nenhum nível concluído (87.8%). Em contrapartida, a Cidade de Maputo, apresenta a menor proporção de pessoas em tal situação (23.7%).

QUADRO 5.2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO MAIS ELEVADO CONCLUÍDO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001

	Nenhum	Primário 1º Grau	Primário 2º Grau	Secundário e mais
Total	70.6	17.7	7.9	3.7
Sexo				
Homem	59.0	24.2	10.8	5.9
Mulher	80.9	12.0	5.4	1.7
Idade				
15-19	63.3	25.5	10.2	1.0
20-29	66.0	19.2	10.3	4.6
30-39	68.3	17.5	8.6	5.5
40-49	74.1	14.5	5.8	5.5
50-59	85.3	10.8	2.2	1.7
60+	90.4	7.7	1.3	0.5
Área de residência				
Rural	82.9	12.9	3.0	1.2
Urbano	45.3	27.7	18.1	8.8
Província				
Niassa	75.0	16.1	6.0	2.6
Cabo Delgado	87.8	7.7	3.5	1.0
Nampula	81.6	11.6	4.0	2.8
Zambézia	82.6	12.1	3.7	1.6
Tete	76.1	15.6	5.3	3.1
Manica	64.0	23.5	9.6	2.9
Sofala	65.4	20.1	10.7	3.8
Inhambane	69.7	20.5	7.3	2.5
Gaza	69.4	22.2	6.2	2.1
Maputo Província	48.5	30.6	14.5	6.3
Maputo Cidade	23.7	31.1	28.6	16.5

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

5.3 Taxas de Escolarização

A taxa de escolarização é a medida mais comum para avaliar o grau de cobertura do sistema educativo. Esta taxa corresponde, em geral, à proporção de alunos que se encontram num determinado nível de ensino. As taxas mais utilizadas são a *Taxa bruta, e a Taxa líquida de escolarização*. Todavia, existe também a *Taxa específica de escolarização.*

a) *Taxa bruta de escolarização*: Esta taxa calcula-se dividindo o total de alunos de um determinado nível de ensino, independentemente da idade, pela população do grupo etário correspondente à idade oficial para frequentar o referido nível. Assim, por exemplo, a taxa bruta de escolarização do EP1 corresponde à proporção entre o total de alunos frequentando o EP1 e a população do grupo etário dos 6 aos 10 anos.

b) *Taxa líquida de escolarização*: Para calcular esta taxa, divide-se o total de alunos cuja idade coincide com a idade oficial para a frequência de um determinado nível pela população do grupo etário correspondente a esse nível. Por exemplo, a taxa líquida de escolarização do Ensino Secundário do 1º Ciclo equivale à proporção entre alunos com 13-15 anos que frequentam o ESG1 e a população do grupo etário dos 13 aos15 anos.

c) *Taxa específica de escolarização ou taxa de escolarização por idade específica*: Corresponde à proporção entre os alunos de uma determinada idade que frequentam a escola e a população com essa mesma idade.

Os Quadros 5.3a e 5.3b mostram as taxas de escolarização por nível de ensino segundo características seleccionadas. No primeiro estão representadas as taxas de escolarização do Ensino Primário (EP1 e EP2) e no segundo as do Ensino Secundário (ESG1 e ESG2). Uma das principais constatações no primeiro quadro é que, a taxa bruta de escolarização do EP1, apresenta valor superior a 100%, o que indica a existência de um elevado número de pessoas com idade superior à idade mínima para terminar este nível com sucesso, ou seja, com idade superior a 10 anos.

Outro aspecto importante a mencionar é que a taxa líquida de escolarização, por incluir apenas as crianças que têm idade para frequentar determinado nível, é inferior à bruta (64.9% contra 118.6% no EP1 e 9.2% contra 104.9% no EP2), o que entra em harmonia com a afirmação feita no parágrafo anterior.

Importa salientar ainda que quando se passa do Primeiro para o Segundo Grau do Ensino Primário, as taxas de escolarização baixam consideravelmente, em particular a taxa líquida.

Um exame aos dados por sexo comprova as disparidades existentes na escolarização, a desfavor das mulheres: em ambos os níveis os homens têm valores superiores, tanto para a taxa bruta como a líquida.

Comparando os dados por área de residência, constatam-se maiores taxas de escolarização na urbana. Todavia, o mesmo não se pode afirmar em relação ao EP2 (veja-se o Quadro 5.3a).

De uma forma geral, são as províncias do Sul que apresentam taxas mais elevadas de escolarização, tanto bruta como líquida. A Província da Zambézia apresenta a mais baixa taxa bruta de escolarização do EP1 (83.4%) e a de Nampula a mais baixa taxa líquida no mesmo nível (38.3%). Em relação ao EP2, é a Província de Cabo Delgado que apresenta as menores taxas bruta e líquida (29.7% e 1.7%, respectivamente).

As tendências verificadas no Ensino Primário são extensivas ao Secundário (veja-se o Quadro 5.3b): a taxa bruta é superior à líquida, particularmente no nível escolar mais elevado. De um modo geral, as taxas dos homens são superiores às das mulheres, exceptuando o caso da taxa líquida de escolarização do 1º Ciclo em que se nota uma similaridade(2.4%). As taxas de escolarização na área urbana são muito mais elevadas em relação às da rural.

De acordo com o Quadro 5.3b as províncias do Sul apresentam as mais elevadas taxas de escolarização. É a Província de Cabo Delgado que apresenta a menor taxa de escolarização do 1º Ciclo do Ensino Secundário. A mesma província e a de Nampula, são as que registam menor taxa de escolarização do 2º Ciclo.

QUADRO 5.3a TAXAS BRUTA E LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO POR NÍVEL DE ENSINO SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS.ENSINO PRIMÁRIO. MOÇAMBIQUE, 2000-2001
(em percentagem)

	Primário do 1º Grau				Primário do 2º Grau			
	acesso	**liquida**	**bruta**	**satisfação**	**acesso**	**liquida**	**bruta**	**satisfação**
Total	66.9	50.5	100.6	40.0	67.1	6.0	60.2	59.0
Sexo								
Homem	65.7	52.6	110.7	39.3	67.2	6.9	69.8	59.5
Mulher	68.0	48.6	90.9	40.8	67.1	5.0	50.0	58.2
Área de residência								
Rural	59.0	44.1	92.6	29.6	58.4	4.3	37.2	56.2
Urbano	84.2	64.9	118.6	58.1	84.1	9.2	104.9	60.9
Província								
Niassa	81.6	43.2	86.8	70.5	80.6	2.2	36.3	89.7
Cabo Delgado	85.9	40.2	86.1	26.1	87.7	1.7	29.7	55.3
Nampula	62.0	38.3	86.1	20.8	64.5	2.7	36.0	45.1
Zambézia	46.7	47.5	83.4	48.4	43.4	9.4	48.8	63.8
Tete	69.7	43.8	84.2	45.5	70.4	8.5	52.1	70.4
Manica	59.9	45.4	98.0	62.6	59.1	5.9	81.1	90.8
Sofala	62.5	44.0	88.3	46.2	63.4	3.3	58.5	77.4
Inhambane	53.7	60.2	133.2	9.2	48.1	5.1	54.4	13.3
Gaza	72.9	67.6	137.5	27.8	74.1	4.8	70.5	54.6
Maputo Província	87.3	76.9	145.6	67.1	87.5	8.0	88.3	77.7
Maputo Cidade	90.2	82.8	133.8	54.6	90.3	20.6	176.2	44.6
Posição no processo laboral do chefe do agregado								
Governo	78.2	70.6	124.8	52.1	80.7	13.4	140.9	65.7
Sector público	85.8	73.0	128.3	55.1	84.1	16.5	107.3	62.6
Sector privado	78.3	69.5	128.0	50.2	72.0	9.6	87.2	52.4
Conta própria	62.7	45.1	91.8	35.2	62.6	4.5	44.2	58.4
Pessoa/agregado privado	60.0	45.6	93.5	53.3	86.1	0.9	67.7	63.9
Patrão/empresário	77.0	54.7	113.9	48.6	78.7	5.4	55.1	63.4
Sector cooperativo	88.1	51.4	93.7	61.1	90.3	15.2	191.0	78.6
Sem emprego	71.1	51.6	116.0	37.8	70.4	4.4	66.4	57.2
Sectores de actividade do chefe do agregado								
Primário	61.2	43.2	90.8	33.8	60.6	4.0	38.8	59.9
Secundário	73.4	66.7	123.3	53.5	73.6	10.2	82.6	53.2
Terceário	80.0	67.1	118.5	50.9	80.4	10.4	105.1	59.7
Sem emprego	71.1	51.6	116.0	37.8	70.4	4.4	66.4	57.2
Sexo do chefe do agregado								
Homem	66.1	51.2	101.1	40.2	66.2	5.7	58.4	58.6
Mulher	69.8	48.0	98.8	39.3	70.6	7.1	67.0	60.4
Estado civil do chefe do agregado								
Solteiro	74.6	46.9	121.2	47.4	80.1	6.4	105.9	47.9
Casado	68.2	52.5	107.0	36.7	67.7	7.2	64.1	54.9
União marital	65.1	49.8	96.6	41.7	65.5	4.7	51.3	61.9
Viuvo/separado/divorciado	69.0	49.5	99.6	40.3	69.0	7.2	71.2	62.2
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado								
Nenhum	61.6	42.5	90.5	33.3	61.4	3.5	37.7	57.3
Primário do 1º grau	71.2	58.2	113.5	47.1	72.7	6.2	80.6	60.6
Primário do 2º grau	84.4	74.7	128.2	52.1	84.0	10.1	111.4	58.8
Secundário	82.8	76.5	124.9	51.6	79.8	23.3	137.1	60.2
Outros	78.2	48.4	73.8	25.8	100.0	24.4	103.4	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

QUADRO 5.3b TAXAS BRUTA E LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO POR NÍVEL DE ENSINO SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. ENSINO SECUNDÁRIO. MOÇAMBIQUE, 2000-2001
(em percentagem)

	Secundário do 1º ciclo				Secundário do 2º ciclo			
	acesso	**liquida**	**bruta**	**satisfação**	**acesso**	**liquida**	**bruta**	**satisfação**
Total	14.2	2.4	20.1	58.2	17.8	0.3	7.5	58.7
Sexo								
Homem	13.8	2.4	22.0	58.3	17.5	0.5	9.1	60.7
Mulher	14.7	2.4	18.1	57.9	18.1	0.2	5.9	55.7
Área de residência								
Rural	1.9	0.4	6.4	59.6	1.8	0.2	1.6	69.2
Urbano	35.6	5.9	43.9	57.8	42.3	0.6	16.6	57.2
Província								
Niassa	10.7	2.4	14.0	92.3	10.3	0.0	4.5	80.9
Cabo Delgado	5.3	0.0	6.7	52.3	4.8	0.0	2.2	13.4
Nampula	9.2	1.3	9.1	41.3	16.2	0.0	2.2	58.1
Zambézia	2.7	2.8	12.4	79.3	3.0	0.0	3.4	27.1
Tete	5.7	1.3	13.6	70.2	6.9	0.1	8.0	97.1
Manica	10.6	1.8	17.7	94.4	12.4	0.5	7.0	97.4
Sofala	13.3	1.9	20.1	68.8	17.2	0.0	5.0	74.4
Inhambane	8.6	2.8	23.2	13.0	10.9	1.2	9.5	23.3
Gaza	10.2	1.5	15.1	49.1	8.8	0.7	5.7	52.1
Maputo Província	38.4	2.9	34.3	82.7	43.5	0.2	12.2	80.7
Maputo Cidade	53.4	10.0	74.2	46.4	55.8	1.2	27.5	51.0
Posição no processo laboral do chefe do agregado								
Governo	27.1	8.4	51.8	64.8	42.3	1.4	20.9	67.9
Sector público	39.6	4.2	51.2	49.3	38.9	0.0	41.2	62.3
Sector privado	30.0	6.5	40.6	51.3	29.3	0.7	13.6	53.2
Conta própria	8.0	1.1	10.5	56.2	10.5	0.1	3.7	61.4
Pessoa/agregado privado	18.4	1.1	26.2	72.7	17.8	0.0	3.9	49.4
Patrão/empresário	18.7	2.1	23.3	68.3	27.5	0.0	2.7	48.7
Sector cooperativo	21.3	0.0	22.8	100.0	45.4	0.0	0.0	0.0
Sem emprego	19.0	1.5	26.2	64.1	21.9	0.5	9.6	42.8
Sectores de actividade do chefe do agregado								
Primário	5.5	0.9	8.3	55.9	6.2	0.1	2.7	69.3
Secundário	21.8	2.1	27.1	66.7	29.7	0.0	5.6	63.8
Terceário	30.9	6.4	43.6	56.8	37.6	0.8	17.5	57.9
Sem emprego	19.0	1.5	26.2	64.1	21.9	0.5	9.6	42.8
Sexo do chefe do agregado								
Homem	14.3	2.6	20.6	59.4	17.6	0.4	7.6	57.5
Mulher	13.9	1.9	18.6	53.9	18.3	0.2	7.2	63.1
Estado civil do chefe do agregado								
Solteiro	22.8	4.9	50.1	49.9	26.3	0.0	14.5	26.7
Casado	13.9	3.4	24.5	57.6	19.0	0.7	9.8	58.2
União marital	13.8	1.9	16.7	60.6	16.6	0.1	6.2	61.3
Viuvo/separado/divorciado	14.3	1.6	16.5	57.8	17.0	0.5	5.8	69.5
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado								
Nenhum	7.1	0.7	8.2	58.6	9.1	0.3	2.1	51.4
Primário do 1º grau	20.6	3.2	25.5	57.0	21.8	0.0	9.3	55.5
Primário do 2º grau	31.1	4.6	47.1	58.9	42.3	0.8	11.1	46.0
Secundário	38.7	13.7	78.7	57.5	45.3	1.3	41.2	67.8
Outros	7.7	0.0	80.2	100.0	0.0	0.0	45.8	50.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

Comparando os dados actuais com os do IIRGPH, pode-se inferir que as taxas bruta e líquida de escolarização beneficiaram de um aumento significativo nos últimos três anos, em particular a nível do EP2 e do Ensino Secundário do 1º Ciclo.

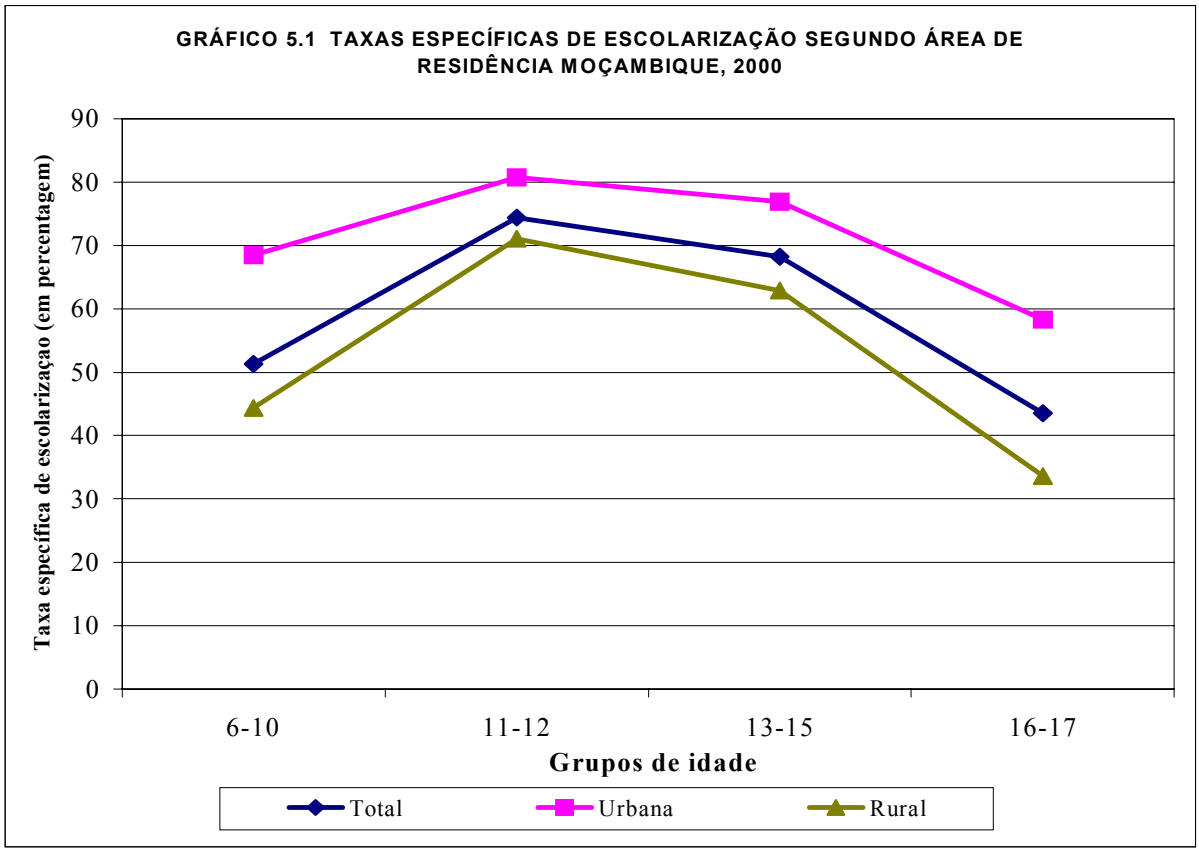
No Quadro 5.3c pode-se observar a taxa específica de escolarização para os grupos etários considerados oficiais para os níveis Primário (EP1 e EP2) e Secundário (ESG1 e ESG2).

Os dados deste quadro revelam que apenas 51.0% da população do grupo etário dos 6-10 anos frequenta a escola, permanecendo 49% fora da escola. Dentre os grupos de idades apresentados, maior frequência escolar se denota no de 11-12 anos (73.5%). O grupo etário dos 13-15 anos tem também uma frequência considerável (68.1%). O dos 16-17 anos é o que menor taxa específica apresenta. Contudo, é uma taxa razoável (43.3%). Note-se que esta faixa etária é que mais tende a desistir dos estudos.

Observe-se que as taxas específicas de escolarização a partir do grupo etário dos 11-12 anos são muito superiores às respectivas taxas líquidas de escolarização (73.5% e 6.0%, veja-se 5.3b e 5.3c respectivamente). Isto parece indicar que a maior parte dos estudantes se encontra em níveis inferiores ao que corresponde o seu grupo etário, devido, por um lado, à entrada tardia para a escola e, por outro, e fundamentalmente, às elevadas taxas de reprovação.

Um exame aos dados por área de residência mostra que a área urbana apresenta valores mais elevados (veja-se o Gráfico 5.1).

GRÁFICO 5.1 TAXAS ESPECÍFICAS DE ESCOLARIZAÇÃO SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA MOÇAMBIQUE, 2000



Desagregando os dados por província, constatam-se algumas particularidades em relação as taxas bruta e líquida de escolarização: as províncias do Sul tendem a exibir taxas mais elevadas que as das restantes regiões do país, sendo na do norte onde se registam as taxas mais baixas. A Cidade de Maputo apresenta as taxas mais elevadas em todos os grupos etários, seguida da Província de Maputo.

Na Província de Nampula observam-se as menores taxas nos grupos etários: No de 6-10 e 11-12 anos (38.4% e 60.5%, respectivamente); nos grupos etários de 13-15 e 16-17 anos, as taxas específicas mais baixas observam-se na Província de Tete (55.9% e 31.5%, respectivamente).

QUADRO 5.3c TAXA ESPECÍFICA DE ESCOLARIZAÇÃO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001
(em percentagem)

	Grupos de idade			
	6-10	**11-12**	**13-15**	**16-17**
Total	51.0	73.5	68.1	43.3
Sexo				
Homem	53.0	77.1	73.9	55.2
Mulher	49.1	69.7	61.6	31.4
Área de residência				
Rural	44.3	69.7	62.8	33.2
Urbano	65.8	80.9	77.1	58.8
Província				
Niassa	43.2	66.4	57.3	37.7
Cabo Delgado	40.4	68.1	59.5	34.0
Nampula	38.4	60.5	60.0	32.0
Zambézia	47.7	69.8	60.2	32.7
Tete	44.2	67.7	55.9	31.5
Manica	46.3	77.1	74.1	48.0
Sofala	44.3	66.7	60.4	40.0
Inhambane	61.0	80.8	78.8	47.7
Gaza	68.0	89.2	78.9	50.0
Maputo Província	77.2	92.5	84.3	58.4
Maputo Cidade	85.9	93.3	86.9	70.8
Posição no processo laboral do chefe do agregado				
Governo	72.1	89.7	85.4	76.0
Sector público	74.6	88.1	81.6	66.3
Sector privado	70.8	83.9	81.6	56.5
Conta própria	45.3	69.1	63.0	35.0
Pessoa/agregado privado	45.6	50.0	64.9	34.5
Patrão/empresário	55.5	83.2	70.3	48.3
Sector cooperativo	51.4	74.3	85.1	66.0
Sem emprego	52.2	74.5	67.7	48.1
Sectores de actividade do chefe do agregado				
Primário	43.4	68.7	62.8	35.5
Secundário	67.2	83.3	76.1	41.2
Terceário	68.2	82.4	78.3	58.5
Sem emprego	52.2	74.5	67.7	48.1
Sexo do chefe do agregado				
Homem	51.7	74.6	70.6	43.4
Mulher	48.2	69.3	60.1	42.7
Estado civil do chefe do agregado				
Solteiro	47.1	76.7	59.7	34.2
Casado	53.0	74.7	71.2	50.2
União marital	50.3	74.4	70.1	39.9
Viuvo/separado/divorciado	49.7	68.5	60.1	42.4
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado				
Nenhum	42.6	65.1	60.1	32.5
Primário do 1º grau	58.6	85.4	78.6	54.4
Primário do 2º grau	76.2	89.8	84.2	66.8
Secundário	79.2	91.8	88.0	70.0
Outros	48.4	54.3	48.6	100.0

Fonte: INE-QUIBB-2000-2001

5.4 Atitude dos Alunos em Relação às Condições Escolares

Os dados do Quadro 5.4a revelam que mais de metade dos alunos actualmente inscritos num Ensino Primário encontram-se insatisfeitos (56.8%). Através da análise dos dados do referido quadro pode-se inferir que para os alunos do Ensino Primário (ou equivalente), as principais causas da insatisfação são as instalações (64.0%) e os livros e materiais (52.5%). A falta de professores foi apresentada como causa de insatisfação por 14.7% dos alunos inscritos enquanto a causa qualidade de ensino é de 4.3%. Apesar das ligeiras diferenças entre as percentagens de homens e mulheres insatisfeitos, a relevância dada às causas por ambos é similar.

Quando analisados os dados por área de residência, verifica-se maior insatisfação na área rural que na urbana (67.4% contra 41.1%). No entanto, para a área urbana a primeira causa apresentada são os livros e materiais (54.5%), enquanto que para a rural são as instalações (70.4%).

Desagregando os dados por províncias constata-se que as de Niassa, Maputo e Manica são as que possuem menores percentagens de alunos inscritos insatisfeitos a nível do Ensino Primário (27.3%, 30.8% e 31.5%, respectivamente) e a de Inhambane a que maior percentagem apresenta (90.0%). Para as três províncias do Norte do País a primeira causa de insatisfação são as instalações. O mesmo acontece em relação às Províncias de Manica, Sofala, Inhambane e Maputo. As restantes Províncias (Zambézia, Tete, Gaza e Maputo Cidade) apontam os livros e materiais como a principal causa, seguindo as instalações em segundo plano. Contudo, estas duas causas são as que maior peso têm em todas as províncias.

QUADRO 5.4a PERCENTAGEM DE ALUNOS DO ENSINO PRIMÁRIO INSATISFEITOS POR CAUSAS DE INSATISFAÇÃO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001

	Percentagem insatisfeitos	Causas de insatisfação				
		Livros / materiais	Qualidade de ensino	Falta de professores	Instalações	Outros
Total	56.8	52.5	4.3	14.7	64.0	15.5
Sexo						
Homem	57.1	51.1	4.1	15.6	63.2	16.1
Mulher	56.4	54.2	4.6	13.6	65.0	14.9
Área de residência						
Rural	67.4	51.7	3.7	17.4	70.4	14.5
Urbano	41.1	54.5	6.0	8.2	48.4	18.1
Província de residência						
Niassa	27.3	50.8	0.5	3.7	60.8	4.3
Cabo Delgado	71.2	56.8	3.8	14.8	67.6	14.2
Nampula	75.9	43.3	1.8	13.1	73.3	5.3
Zambézia	49.5	77.7	6.7	25.6	38.3	1.1
Tete	50.6	58.2	12.2	9.5	51.5	29.5
Manica	31.5	42.2	10.8	9.5	74.0	11.6
Sofala	48.3	27.2	2.4	21.1	65.2	34.0
Inhambane	90.0	40.1	3.9	11.6	74.9	29.9
Gaza	68.0	77.6	1.8	18.6	69.7	10.5
Maputo Província	30.8	32.0	2.0	8.3	58.6	24.3
Maputo Cidade	48.4	61.8	10.7	9.7	49.5	15.1
Tipo de escola						
Governo	57.0	52.5	4.3	14.7	64.1	15.3
Privada	50.2	54.2	4.6	15.7	60.9	21.4
Outro	46.5	32.8	0.0	0.0	58.3	50.4

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

Em relação ao Ensino Secundário (veja-se o Quadro 5.4b), a percentagem de insatisfeitos é mais baixa (41.4%). De uma maneira geral e contrariamente ao que acontece em relação ao Ensino Primário, a falta de livros e materiais (56.6%) é a principal causa, seguida das instalações (32.6%). A falta de professores ocupa a terceira posição, com 21.3% de insatisfeitos e a qualidade de ensino tem um peso relativamente maior na insatisfação (17.4%), comparado ao do nível anterior. Esta tendência verifica-se mesmo quando os dados são examinados por sexo.

Desagregando os dados por províncias observa-se que nas Províncias de Niassa, Gaza e Inhambane , a principal causa de insatisfação são as instalações (60.5%, 55.0% e 43.2% respectivamente). Para as Províncias de Nampula e Maputo, a falta de professores é a causa com maior peso (34.9%). Nas restantes, são os livros e materiais que despertam maior insatisfação. Constatam-se ainda alguns casos peculiares, tais como: a percentagem de insatisfeitos na Província de Manica é de apenas 5.1%. Para esta província, as instalações, a falta de professores e a qualidade de ensino, não constituem causas de insatisfação, assim como para a de Niassa as duas últimas causas mencionadas também não são factores de insatisfação.

QUADRO 5.4b PERCENTAGEM DE ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO INSATISFEITOS POR CAUSAS DA INSATISFAÇÃO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001

	Percentagem insatisfeitos	Causas da insatisfação				
		Livros/ materiais	Qualidade de ensino	Falta de professores	Instalações	Outros
Total	41.4	56.6	17.4	21.3	32.6	19.3
Sexo						
Homem	41.0	57.6	15.5	22.5	29.2	20.3
Mulher	42.0	55.3	19.8	19.9	37.1	18.1
Área de residência						
Rural	38.7	54.6	5.8	38.6	25.5	23.9
Urbano	42.1	57.0	19.8	17.6	34.1	18.4
Província						
Niassa	9.4	39.5	0.0	0.0	60.5	0.0
Cabo Delgado	49.1	65.7	11.4	37.0	8.8	17.1
Nampula	56.6	29.2	4.3	34.9	28.8	21.3
Zambézia	27.6	87.1	12.9	12.9	12.9	0.0
Tete	23.3	84.0	49.1	27.8	4.1	8.5
Manica	5.1	89.2	0.0	0.0	0.0	10.8
Sofala	30.5	76.8	2.3	16.1	3.2	29.1
Inhambane	83.5	38.7	22.5	25.8	43.2	31.7
Gaza	50.3	45.6	18.2	18.1	55.0	3.5
Maputo Província	17.7	31.9	13.2	34.9	19.2	35.4
Maputo Cidade	52.5	72.5	21.0	13.8	37.1	14.4
Tipo de escola						
Governo	43.5	56.6	18.2	20.4	34.1	18.8
Privada	29.0	56.9	8.8	30.5	16.9	25.1
Outro	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

Fonte: INE-QUIIB 2000-2001

5.5 População em Idade Escolar (6-17 anos) Que Abandonou a Escola

O Quadro 5.5 mostra a percentagem de crianças e adolescentes que alguma vez frequentaram a escola, mas que na altura do inquérito a tinham já abandonado, assim como as causas da desistência. Constata-se que 10.7% dos que alguma vez frequentaram a escola não estavam a estudar aquando do inquérito. A maior parte dos desistentes é do sexo feminino (12.1% contra 9.5% do sexo masculino). O abandono escolar tende a ser maior entre o grupo etário dos 13 a 17 anos (21.5%). A diferença entre a área rural e urbana no que se refere à percentagem dos que deixaram de estudar é muito pequena (inferior a 1%). Contudo, é entre os pobres urbanos (15.3%) onde se verifica maior abandono.

As Províncias de Tete e Sofala são as que manifestam maior percentagem de crianças e jovens que renunciaram os estudos (14.1%) e Maputo Cidade apresenta a percentagem mais baixa (7.7%).

Examinando os dados segundo as características do chefe do agregado, nota-se uma maior desistência em agregados cujo chefe pertence à categoria pessoa/agregado privado (20.0%). A mais baixa é encontrada entre agregados cujo chefe pertence ao sector cooperativo(6.3%). Os agregados cujo chefe é mulher tendem a ter maior percentagem de crianças e jovens que abandonam a escola (13.6%) em comparação com aqueles cujo chefe é homem (10.0%). Existe uma relação inversa entre o nível de escolarização do chefe do agregado e a percentagem de crianças e jovens que abandonam a escola: quanto mais alto é o nível de escolarização, menor é a percentagens dos desistentes(6.4% contra 8.8%).

As três principais causas que levaram à abdicação dos estudos, são: escola é cara (28.8%), de nada serve (28.7%) e distância (11.2%).

Examinando os dados por sexo nota-se que, embora haja diferenças na ordem de importância, as três opções anteriormente indicadas continuam sendo as mais mencionadas. Todavia, há que salientar que enquanto para os homens o terceiro motivo mais importante é a distancia que separa a casa da escola, para as mulheres é o casamento.

Quando observados os dados por grupos específicos de idades, verifica-se que os motivos principais enumerados são os mesmos e que enquanto no grupo de 6 a 12 anos a terceira razão é a distância, entre os 13 e 17 anos é o casamento.

Outro aspecto a salientar é que embora nas áreas rural e urbana haja coincidência em ralação às três primeiras opções, que continuam sendo as inicialmente mencionadas, a distância constitui um problema apenas para a área rural, o que é óbvio, e a opção "de nada serve a escola" tem maior peso nesta área que na urbana. Esta última constatação tem que ver com o significado da escola para a população desta área, que a toma como garante de acesso ao mercado de trabalho.

QUADRO 5.5 PERCENTAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 E 17 ANOS QUE ALGUMA VEZ FREQUENTARAM A ESCOLA E CAUSAS PARA NÃO ESTUDAREM, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS MOÇAMBIQUE, 2000-2001

	Percentagem não inscritas	Causas para actualmente não serem inscritas							
		Conclui	Distancia	Caro	Trabalha	De nada serve	Reprovou	Casou-se	Gravidez
Total	10.7	0.3	11.2	28.8	5.8	28.7	4.2	8.4	2.7
Sexo									
Homem	9.5	0.6	16.6	34.9	6.9	28.7	4.1	0.3	0.0
Mulher	12.1	0.1	6.2	23.2	4.8	28.7	4.4	15.8	5.1
Idade									
6-12	3.3	0.0	18.9	37.9	1.7	22.0	3.2	0.0	0.0
13-17	21.5	0.4	9.5	26.7	6.8	30.2	4.5	10.3	3.3
Área de residência									
Rural	11.0	0.6	17.8	27.4	6.2	31.4	3.8	8.5	2.2
Urbano	10.3	0.0	1.1	30.9	5.2	24.5	5.0	8.3	3.5
Província									
Niassa	13.3	0.0	11.6	18.2	0.3	39.2	0.7	11.5	2.6
Cabo Delgado	9.4	0.0	5.3	19.4	4.8	56.0	3.4	5.8	2.6
Nampula	10.8	1.0	19.6	42.6	2.3	11.9	2.9	13.0	1.2
Zambézia	10.1	0.0	23.4	35.8	17.7	33.8	6.4	10.7	2.7
Tete	14.1	0.0	10.0	21.6	2.3	29.2	3.2	12.0	1.8
Manica	9.8	0.0	3.2	29.6	4.9	33.9	9.5	11.4	0.4
Sofala	14.1	0.7	13.0	38.2	5.3	18.2	2.7	2.6	3.8
Inhambane	9.8	1.1	9.0	16.0	5.4	22.6	5.2	4.8	5.7
Gaza	12.3	0.0	7.6	15.5	7.2	37.3	3.5	8.6	2.6
Maputo Província	8.4	0.0	1.3	28.1	1.6	28.9	3.8	7.3	1.2
Maputo Cidade	7.7	0.0	0.8	34.1	8.0	34.0	8.6	2.9	5.5
Posição no processo laboral do chefe do agregado									
Governo	7.6	0.0	1.1	24.0	4.0	30.5	6.4	2.1	2.6
Sector público	7.3	0.0	0.0	34.2	8.2	12.4	1.2	10.7	3.4
Sector privado	9.2	0.0	6.0	26.9	8.1	26.4	4.4	9.2	2.2
Conta própria	11.4	0.5	14.3	27.1	6.3	31.8	4.4	8.1	2.8
Pessoa/agregado	20.0	0.0	6.7	32.7	5.3	25.3	9.9	9.3	1.8
Patrão/empresário	11.8	0.0	6.8	35.0	4.2	24.1	0.0	2.7	4.7
Sector cooperativo	6.3	0.0	0.0	0.0	0.0	13.7	0.0	33.2	0.0
Sem emprego	11.7	0.3	9.2	41.1	1.4	15.7	2.4	14.7	2.2
Sectores de actividade do chefe do agregado									
Primário	11.1	0.6	16.7	28.5	6.9	30.3	3.5	7.8	1.8
Secundário	11.9	0.0	5.6	19.6	4.9	25.7	4.0	11.2	8.0
Terceário	9.5	0.0	2.0	27.6	5.4	30.6	6.5	6.7	3.2
Sem emprego	11.7	0.3	9.2	41.1	1.4	15.7	2.4	14.7	2.2
Sexo do chefe do agregado									
Homem	10.0	0.3	12.2	26.5	5.4	30.2	4.0	10.2	2.5
Mulher	13.6	0.5	8.3	35.3	7.0	24.3	4.9	3.2	3.3
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado									
Nenhum	13.0	0.2	14.8	30.8	5.1	29.9	4.3	7.8	2.3
Primário do 1º grau	8.8	0.8	4.6	23.1	6.7	25.7	4.3	10.3	3.2
Primário do 2º grau	7.3	0.8	3.4	25.8	7.2	32.8	3.9	8.2	5.2
Secundário	6.4	0.0	1.4	28.3	9.6	17.6	4.1	8.3	1.8
Outros	5.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	100.0	0.0

Fonte: INE-QUIIB 2000-2001

6 SAÚDE

Introdução

Neste capítulo faz-se análise da incidência da deficiência fisica e mental e de doenças, das necessidades, uso e satisfação em relação aos cuidados de saúde. Finalmente, são analisadas as principais causas de insatisfação em relação as consultas. O QUIBB recolheu informação referente às duas últimas semanas anteriores à data do inquérito.

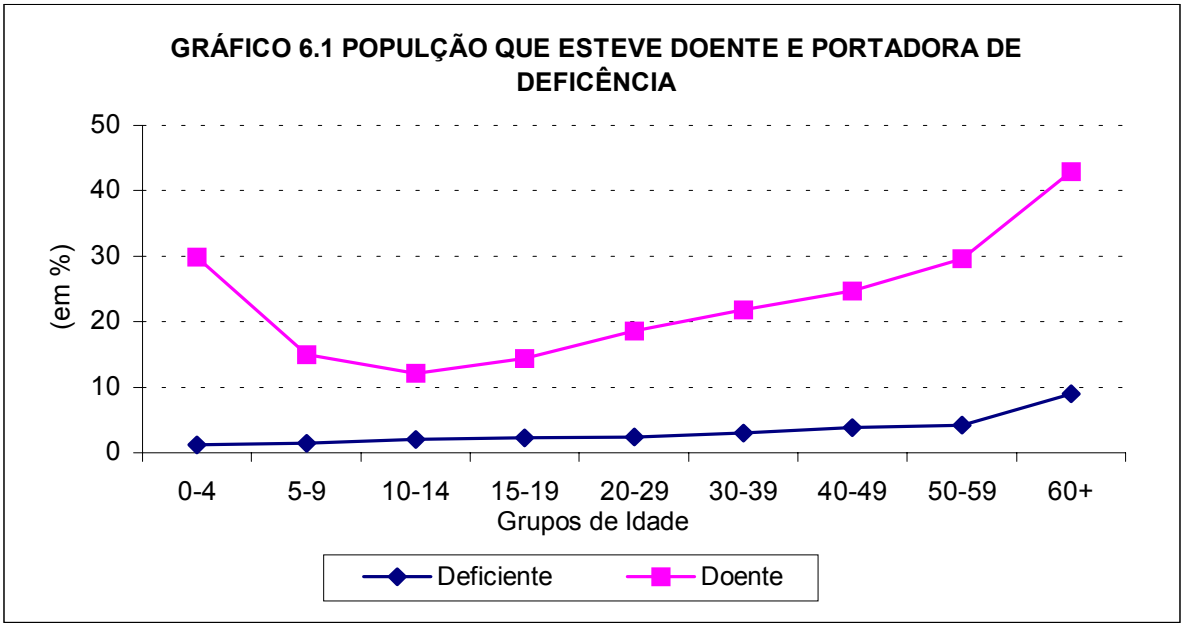
6.1 Deficiência

No QUIBB foram consideradas como portadores de deficiência as pessoas que apresentavam alguma incapacidade física ou mental permanentes. Por exemplo, uma pessoa que se encontrava temporariamente incapacitada porque deslocou um membro não foi considerada deficiente. No questionário foram incluídas os seguintes tipos de deficiência física e mental: cegueira, surdez e/ou mudez, paralisia dos membros, outros.

De acordo com o Quadro 6.1, em Moçambique, 2.6% da população é portadora de deficiência física ou mental. Esta percentagem é ligeiramente superior nos homens (2.9%) do que nas mulheres (2.3%). Os deficientes físicos ou mentais encontram-se igualmente distribuídos nas áreas urbanas e rurais (2.6%).

As Províncias de Sofala (5.6%), Inhambane (3.2%) e Gaza (3.2%) são as que apresentam as maiores percentagens de pessoas deficientes, enquanto que as menores registaram-se em Cabo Delgado (1.4%), Maputo (1.7%), Manica e Zambézia, ambas com 1.9% cada. As restantes têm percentagens que se situam abaixo dos 3%.

Como seria de esperar, as percentagens de deficientes incrementam com a idade, o que sugere que, no País, os factores exógenos (acidentes, violência, guerra, etc.) tem mais peso na incidência de deficiências que os factores endógenos (má formação congénita). Pode-se inferir que grande parte das deficiências são adquiridas e não de nascença (Gráfico 6.1).



6.2 Morbilidade

O Quadro 6.1 mostra também a percentagem de pessoas que adoeceram nas duas semanas anteriores à data do inquérito. Observa-se que 18.3% dos inquiridos adoeceram durante o período em questão por diversas causas. A maioria encontrava-se doente devido a malária e às diarreias, como é sabido são as enfermidades mais comuns em Moçambique (veja-se o Quadro 6.2).

A incidência da doença foi diferencial segundo o sexo, idade e província: houve mais mulheres (20.3%) doentes que os homens (16.1%); nos menores de 10 anos e nos idosos, assim como nas Províncias de Inhambane (25.7%), Tete (20.7%), seguidas de Nampula (19.8%) e Niassa (19.1%). A Província de Manica apresenta a menor percentagem (11.8 %) de pessoas doentes, seguida de Maputo Cidade (13.6%).

QUADRO 6.1 POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL E A QUE ESTEVE DOENTE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE 2000-2001
(em percentagem)

	Deficiente	Doente
Total	2.6	18.3
Sexo		
Homem	2.9	16.1
Mulher	2.3	20.3
Idade		
0-4	1.2	28.6
5-9	1.4	13.6
10-14	2.0	10.2
15-19	2.3	12.1
20-29	2.4	16.2
30-39	3.0	18.8
40-49	3.8	20.8
50-59	4.2	25.5
60+	9.1	33.8
Área de residência		
Rural	2.6	18.9
Urbano	2.6	16.9
Província		
Niassa	2.3	19.1
Cabo Delgado	1.4	17.4
Nampula	2.3	19.8
Zambézia	1.9	16.1
Tete	2.6	20.7
Manica	1.9	11.8
Sofala	5.6	17.9
Inhambane	3.2	25.7
Gaza	3.2	16.9
Maputo Província	1.7	18.3
Maputo Cidade	2.0	13.6

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

QUADRO 6.2 POPULAÇÃO DOENTE OU FERIDA NAS ÚLTIMAS 2 SEMANAS POR TIPO DE DOENÇA/FERIMENTO SEGUNDO SEXO E IDADE. MOÇAMBIQUE 2000-2001.
(em percentagem)

	Febre ou malária	Diarreia	Diarreia com sangue	Acidente	Dente	Problema de pele	Olho	Ouvido, nariz ou garganta	Presença de lombrigas	Tosse prol e emagrec.	Tosse pers com escarros	Outro
Total	45.9	12.8	1.4	1.8	3.7	4.4	5.5	2.6	2.0	3.4	4.5	24.5
0-4	50.1	19.6	2.0	0.6	0.6	6.9	9.8	2.1	2.8	3.9	5.6	13.0
5-9	48.0	14.5	0.6	0.9	3.8	7.1	6.2	5.0	4.6	3.7	4.7	13.5
10-14	53.8	8.6	1.9	1.9	3.8	4.3	3.3	2.5	1.1	2.7	5.1	20.3
15-29	49.2	10.9	1.5	2.1	5.4	2.1	3.8	3.0	1.3	2.4	3.2	24.9
30-49	41.8	10.5	1.1	3.0	4.9	3.0	3.0	1.6	1.4	3.1	3.7	32.0
50-64	35.7	9.8	0.7	2.3	4.7	3.3	4.9	2.5	0.6	4.5	5.2	39.6
65+	33.0	8.0	1.2	2.1	3.1	4.8	6.7	2.3	1.0	4.7	5.2	44.9
Homem total	45.2	13.2	1.2	2.8	3.0	5.0	6.0	2.5	2.1	3.7	4.7	22.3
0-4	49.3	21.4	1.1	0.7	0.7	6.9	9.8	1.8	3.1	4.2	4.6	12.4
5-9	48.2	14.2	0.6	1.0	3.4	8.0	6.2	5.6	4.7	2.5	4.0	13.9
10-14	51.3	9.3	2.1	3.0	2.5	3.2	2.3	1.9	1.1	2.6	6.3	23.1
15-29	51.6	8.7	1.3	4.1	4.5	2.2	4.1	2.0	0.8	2.6	4.1	22.6
30-49	39.5	10.9	1.4	5.3	3.7	3.2	4.1	1.9	1.7	4.3	3.5	28.4
50-64	34.5	7.6	0.2	4.1	4.6	4.3	3.6	2.8	0.2	5.8	6.7	38.6
65+	26.8	8.6	2.6	2.6	2.6	6.5	8.6	2.3	0.9	4.1	6.6	42.5
Mulher total	46.3	12.5	1.5	1.0	4.2	4.0	5.2	2.7	1.9	3.1	4.3	26.0
0-4	50.8	17.8	2.9	0.4	0.4	6.9	9.9	2.4	2.6	3.5	6.5	13.6
5-9	47.9	14.9	0.6	0.8	4.3	6.3	6.3	4.3	4.4	4.8	5.5	13.2
10-14	56.1	7.9	1.7	0.9	5.0	5.3	4.3	3.0	1.0	2.8	3.9	17.7
15-29	47.9	12.1	1.6	1.0	5.8	2.1	3.7	3.5	1.5	2.3	2.8	26.1
30-49	43.2	10.3	0.9	1.5	5.6	2.8	2.4	1.5	1.3	2.3	3.8	34.3
50-64	36.4	11.2	1.0	1.2	4.8	2.6	5.7	2.4	0.9	3.6	4.3	40.2
65+	38.4	7.4	0.1	1.6	3.5	3.4	5.1	2.4	1.1	5.2	3.9	46.9

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

6.3 Necessidade, Uso e Satisfação em Relação aos Cuidados de Saúde

Considerou-se que uma pessoa *necessita* de cuidados de saúde toda aquela que, no período de referência, esteve doente ou ferida. Quanto ao *uso*, foram consideradas as pessoas que consultaram um agente da saúde, uma unidade sanitária ou um curandeiro nas últimas duas semanas anteriores ao inquérito, independentemente se estiveram doentes ou não. Para a definição da *satisfação* de cuidados de saúde foram consideradas as pessoas que havendo consultado um agente da saúde, uma unidade sanitária ou um curandeiro, afirmaram que não tiveram nenhum problema (quer dizer, ficaram satisfeitas com serviço prestado).

De acordo com o exposto e com o Quadro 6.3, menos de um quinto da população (18.3%) teve necessidade de cuidados de saúde, isto é, estiveram doentes ou feridas no período de referência. Nem todas as pessoas que tiveram necessidade de cuidados de saúde procuraram esses cuidados; apenas 10.9% é que consultaram alguém. Destes, pouco mais da metade (52.1%) ficaram satisfeitos com a consulta.

Na área rural a percentagem dos que necessitaram cuidados de saúde é superior a da área urbana (18.9 %, contra 16.9 %); entretanto, a cifra dos que tiveram consulta é superior na área urbana (13.0%) do que na rural (10.0%). Esta situação observa-se também em relação à satisfação, quer dizer, na área urbana a percentagem dos que ficaram satisfeitos com a consulta é superior do que na área rural (58.6%, contra 48.1%).

A Província de Inhambane é a que tem a maior percentagem de pessoas que necessitaram de cuidados sanitários (25.7%) e ao mesmo tempo situa-se entre aquelas que tiveram uso mediano desse serviço (13.2%) e com maior grau de insatisfação (66.8%). O inverso é observado na Província de Manica onde 11.8% das pessoas necessitaram de cuidados de saúde e apenas 13.3% ficaram insatisfeitas. Outras províncias que manifestaram elevadas percentagens de insatisfação em relação aos serviços de saúde são as de Nampula (62.4%), Maputo Cidade (57.0%), Sofala (49.4%) e Zambézia (48.3%).

QUADRO 6.3 NECESSIDADE, USO E SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AOS CUIDADOS DE SAÚDE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE 2000-2001
(em percentagem)

	Necessidade	Uso	Satisfação
Total	18.3	10.9	52.1
Sexo			
Homem	16.1	9.8	49.6
Mulher	20.3	11.9	54.0
Idade			
0-4	28.6	19.3	50.0
5-9	13.6	7.6	51.5
10-14	10.2	5.5	57.6
15-19	12.1	7.1	52.5
20-29	16.2	9.8	54.8
30-39	18.8	11.7	56.9
40-49	20.8	12.0	49.6
50-59	25.5	14.8	48.7
60+	33.8	16.8	46.6
Área de residência			
Rural	18.9	10.0	48.1
Urbano	16.9	13.0	58.6
Província			
Niassa	19.1	12.6	68.8
Cabo Delgado	17.4	9.3	46.8
Nampula	19.8	10.7	37.6
Zambézia	16.1	8.3	51.7
Tete	20.7	12.6	61.2
Manica	11.8	8.3	86.7
Sofala	17.9	11.8	50.6
Inhambane	25.7	13.2	33.2
Gaza	16.9	11.3	60.1
Maputo Província	18.3	13.3	73.8
Maputo Cidade	13.6	10.6	43.0
Posição no processo laboral do chefe de agregado			
Governo	15.1	11.9	65.7
Sector público	14.5	11.2	58.8
Sector privado	15.8	11.7	57.2
Conta própria	17.7	9.9	50.1
Pessoa/agregado privado	16.7	11.6	67.9
Patrão/empresário	18.9	13.3	59.6
Sector cooperativo	20.8	8.3	54.9
Sem emprego	29.1	17.0	45.0
Sectores de actividade do chefe do agregado			
Primário	17.7	9.5	50.4
Secundário	17.6	12.4	62.8
Terceário	16.1	12.3	56.6
Sem emprego	29.1	17.0	45.0
Sexo do chefe do agregado			
Homem	17.7	10.8	52.7
Mulher	20.8	11.6	49.3
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado			
Nenhum	19.0	10.2	48.1
Primário do 1º grau	17.4	11.8	56.5
Primário do 2º grau	17.3	13.4	60.2
Secundário e mais	15.3	12.2	60.1
Outros	14.6	8.4	70.9

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

6.4 Principais Causas de Insatisfação nas Consultas

O Quadro 6.4 mostra as causas de insatisfação em relação as consultas efectuadas para tratamento das doenças. Da população que teve consulta nas duas semanas anteriores à data do inquérito, 47.9% manifestou-se insatisfeita, principalmente a da área rural (51.9%). As três principais razões da insatisfação são: muito tempo de espera (38.8%), falta de medicamentos (35.3%) e tratamento sem êxito (31.4 %).

As razões de insatisfação são diferenciadas por área de residência; enquanto que na área urbana as pessoas queixam-se mais do tempo de espera nas consultas (53.0%) na rural a falta de medicamentos (38.4%), tratamentos sem êxito (36.2%) e também tempo de espera (31.9%) constituem as principais preocupações. É de referir que tanto a falta de medicamentos como o tratamento sem êxitos também foram mencionados pela população da área urbana como sendo as suas maiores causas de insatisfação (28.9% e 21.6%, respectivamente).

Em relação ao local de consulta os que maior insatisfação causaram são os hospitais (57.5%), Postos e Centros de Saúde (49% cada) e curandeiros (34.9%), enquanto que as clínicas privadas (28.2%) e as farmácias (27.4%) são mencionadas como sendo as que melhor serviço prestam, mas apresentam como sendo os serviços mais caros.

As principais causas de insatisfação em relação aos hospitais, Postos e Centros de Saúde são o prolongado tempo de espera e a falta de medicamentos, enquanto que em relação aos curandeiros, embora se considere que o atendimento seja mais rápido, apresentam o inconveniente da ineficácia do tratamento e de ser caro.

QUADRO 6.4 PRINCIPAIS CAUSAS DE INSATISFAÇÃO COM AS CONSULTAS, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE 2000-2001
(em Percentagem)

	Percentagem insatisfeitas	Causas da insatisfação						
		Falta de higiene	Muito tempo de espera	Falta de pessoal	Muito caro	Falta de medicamentos	Tratamento sem êxitos	Outro
Total	47.9	5.2	38.8	5.2	18.5	35.3	31.4	9.2
Sexo								
Homem	50.4	5.1	40.6	4.4	18.9	33.8	31.1	9.5
Mulher	46.0	5.3	37.3	6.0	18.1	36.6	31.7	8.9
Área de residência								
Rural	51.9	5.4	31.9	5.1	17.2	38.4	36.2	9.3
Urbano	41.4	4.9	53.0	5.6	21.1	28.9	21.6	8.9
Província								
Niassa	31.2	1.2	8.8	1.5	18.7	30.5	50.7	0.0
Cabo Delgado	53.2	1.4	32.8	8.4	17.7	50.9	30.0	1.3
Nampula	62.4	2.6	38.3	4.3	28.6	35.4	22.3	6.7
Zambézia	48.3	2.7	26.8	0.0	16.2	39.6	49.9	2.5
Tete	38.8	2.4	29.1	9.2	7.9	30.7	35.6	18.2
Manica	13.3	10.6	52.7	11.6	8.5	35.1	9.4	20.5
Sofala	49.4	12.0	41.0	5.5	10.7	45.3	31.7	19.4
Inhambane	66.8	7.6	38.6	6.4	7.6	41.3	31.2	17.0
Gaza	39.9	5.6	57.9	7.8	15.6	21.2	28.0	1.0
Maputo Província	26.2	2.0	47.4	3.1	15.7	8.0	42.1	8.4
Maputo Cidade	57.0	14.4	59.4	6.9	37.7	26.5	19.9	10.1
Posição no processo laboral do chefe de agregado								
Governo	34.3	5.4	48.4	8.5	16.2	29.1	28.8	4.6
Sector público	41.2	17.2	83.0	0.0	5.8	7.0	13.0	2.1
Sector privado	42.8	6.0	53.2	5.7	19.9	29.6	20.7	10.7
Conta própria	49.9	5.5	35.5	5.3	17.5	37.6	33.8	9.5
Pessoa/agregado privado	32.1	1.1	35.1	3.5	7.9	48.9	17.5	2.5
Patrão/empresário	40.4	3.2	55.4	5.1	23.0	18.6	26.9	9.8
Sector cooperativo	45.1	18.7	68.5	0.0	0.0	70.8	23.6	5.0
Sem emprego	55.0	2.4	31.0	4.6	24.2	37.0	33.6	9.6
Sectores de actividade do chefe do agregado								
Primário	49.6	5.6	32.1	5.4	16.8	38.9	36.0	8.9
Secundário	37.2	4.8	58.1	6.2	17.6	29.1	24.0	8.9
Terceário	43.4	6.1	55.8	4.9	19.0	26.9	20.6	9.7
Sem emprego	55.0	2.4	31.0	4.6	24.2	37.0	33.6	9.6
Sexo do chefe do agregado								
Homem	47.3	5.1	39.5	5.5	17.8	35.5	30.9	9.2
Mulher	50.7	5.9	36.2	4.2	21.2	34.6	33.6	9.1
Nível de educação mais elevado do chefe								
Nenhum	51.9	3.9	33.8	4.9	18.7	37.4	33.3	9.4
Primário do 1º grau	43.5	8.5	44.5	4.9	17.4	34.4	30.9	9.1
Primário do 2º grau	39.8	4.7	49.5	8.0	19.0	30.9	24.1	9.4
Secundário e mais	39.9	9.6	60.3	6.4	18.0	21.4	22.7	6.7
Outros	29.1	0.0	0.0	0.0	100.0	0.0	0.0	0.0
Tipo de agente que consultou								
Posto de Saúde do Estado	49.0	6.3	35.8	5.0	13.7	47.8	27.8	9.6
Centro de Saúde do Estado	49.1	5.3	49.7	4.6	20.3	32.2	28.0	9.6
Hospital	57.5	3.6	47.1	7.5	20.7	27.2	27.1	8.7
Clínica Privada	28.2	2.9	20.4	4.2	38.9	22.7	36.7	14.9
Farmácia	27.4	9.9	2.0	1.4	51.0	8.9	29.1	24.2
Médico/Dent/Consult. Priv.	30.9	0.0	17.4	0.0	30.3	25.4	17.5	29.1
Médico tradicional	34.9	5.0	4.8	1.9	25.9	12.7	69.0	4.0
Outros	28.7	1.3	13.4	14.5	5.4	15.2	56.9	7.2

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

7 SAÚDE

Introdução

Neste capítulo faz-se análise da incidência da deficiência fisica e mental e de doenças, das necessidades, uso e satisfação em relação aos cuidados de saúde. Finalmente, são analisadas as principais causas de insatisfação em relação as consultas. O QUIBB recolheu informação referente às duas últimas semanas anteriores à data do inquérito.

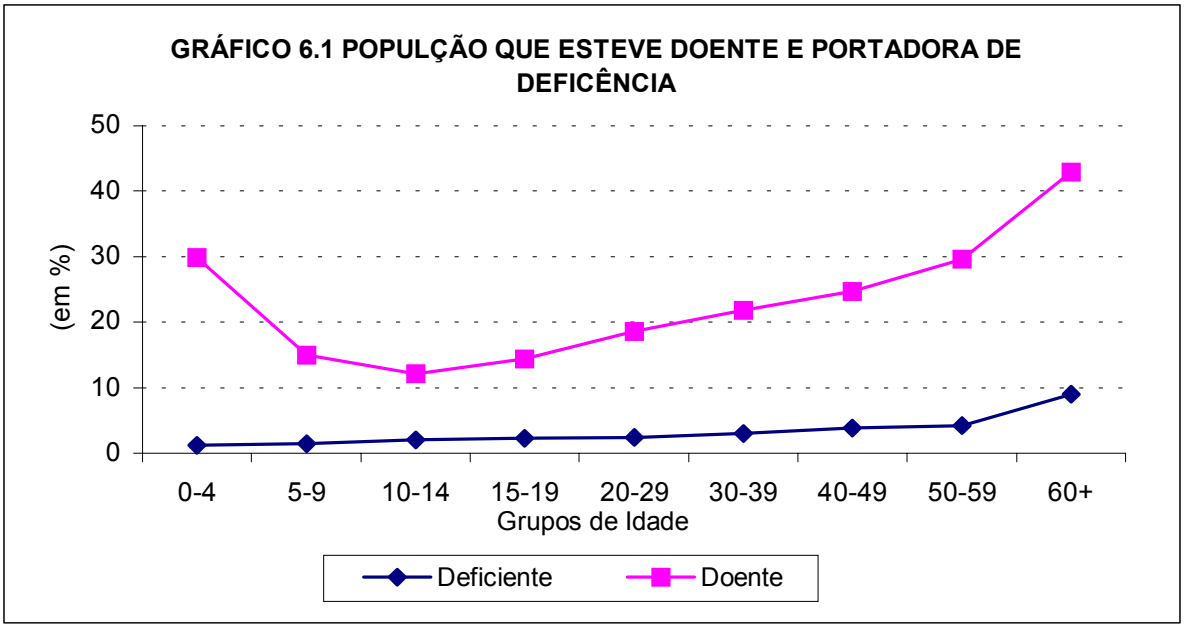
7.1 Deficiência

No QUIBB foram consideradas como portadores de deficiência as pessoas que apresentavam alguma incapacidade física ou mental permanentes. Por exemplo, uma pessoa que se encontrava temporariamente incapacitada porque deslocou um membro não foi considerada deficiente. No questionário foram incluídas os seguintes tipos de deficiência física e mental: cegueira, surdez e/ou mudez, paralisia dos membros, outros.

De acordo com o Quadro 6.1, em Moçambique, 2.6% da população é portadora de deficiência física ou mental. Esta percentagem é ligeiramente superior nos homens (2.9%) do que nas mulheres (2.3%). Os deficientes físicos ou mentais encontram-se igualmente distribuídos nas áreas urbanas e rurais (2.6%).

As Províncias de Sofala (5.6%), Inhambane (3.2%) e Gaza (3.2%) são as que apresentam as maiores percentagens de pessoas deficientes, enquanto que as menores registaram-se em Cabo Delgado (1.4%), Maputo (1.7%), Manica e Zambézia, ambas com 1.9% cada. As restantes têm percentagens que se situam abaixo dos 3%.

Como seria de esperar, as percentagens de deficientes incrementam com a idade, o que sugere que, no País, os factores exógenos (acidentes, violência, guerra, etc.) tem mais peso na incidência de deficiências que os factores endógenos (má formação congénita). Pode-se inferir que grande parte das deficiências são adquiridas e não de nascença (Gráfico 6.1).



7.2 Morbilidade

O Quadro 6.1 mostra também a percentagem de pessoas que adoeceram nas duas semanas anteriores à data do inquérito. Observa-se que 18.3% dos inquiridos adoeceram durante o período em questão por diversas causas. A maioria encontrava-se doente devido a malária e às diarreias, como é sabido são as enfermidades mais comuns em Moçambique (veja-se o Quadro 6.2).

A incidência da doença foi diferencial segundo o sexo, idade e província: houve mais mulheres (20.3%) doentes que os homens (16.1%); nos menores de 10 anos e nos idosos, assim como nas Províncias de Inhambane (25.7%), Tete (20.7%), seguidas de Nampula (19.8%) e Niassa (19.1%). A Província de Manica apresenta a menor percentagem (11.8 %) de pessoas doentes, seguida de Maputo Cidade (13.6%).

QUADRO 6.1 POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL E A QUE ESTEVE DOENTE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE 2000-2001
(em percentagem)

	Deficiente	Doente
Total	2.6	18.3
Sexo		
Homem	2.9	16.1
Mulher	2.3	20.3
Idade		
0-4	1.2	28.6
5-9	1.4	13.6
10-14	2.0	10.2
15-19	2.3	12.1
20-29	2.4	16.2
30-39	3.0	18.8
40-49	3.8	20.8
50-59	4.2	25.5
60+	9.1	33.8
Área de residência		
Rural	2.6	18.9
Urbano	2.6	16.9
Província		
Niassa	2.3	19.1
Cabo Delgado	1.4	17.4
Nampula	2.3	19.8
Zambézia	1.9	16.1
Tete	2.6	20.7
Manica	1.9	11.8
Sofala	5.6	17.9
Inhambane	3.2	25.7
Gaza	3.2	16.9
Maputo Província	1.7	18.3
Maputo Cidade	2.0	13.6

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

QUADRO 6.2 POPULAÇÃO DOENTE OU FERIDA NAS ÚLTIMAS 2 SEMANAS POR TIPO DE DOENÇA/FERIMENTO SEGUNDO SEXO E IDADE. MOÇAMBIQUE 2000-2001.
(em percentagem)

	Febre ou malária	Diarreia	Diarreia com sangue	Acidente	Dente	Problema de pele	Olho	Ouvido, nariz ou garganta	Presença de lombrigas	Tosse prol e emagrec.	Tosse pers com escarros	Outro
Total	45.9	12.8	1.4	1.8	3.7	4.4	5.5	2.6	2.0	3.4	4.5	24.5
0-4	50.1	19.6	2.0	0.6	0.6	6.9	9.8	2.1	2.8	3.9	5.6	13.0
5-9	48.0	14.5	0.6	0.9	3.8	7.1	6.2	5.0	4.6	3.7	4.7	13.5
10-14	53.8	8.6	1.9	1.9	3.8	4.3	3.3	2.5	1.1	2.7	5.1	20.3
15-29	49.2	10.9	1.5	2.1	5.4	2.1	3.8	3.0	1.3	2.4	3.2	24.9
30-49	41.8	10.5	1.1	3.0	4.9	3.0	3.0	1.6	1.4	3.1	3.7	32.0
50-64	35.7	9.8	0.7	2.3	4.7	3.3	4.9	2.5	0.6	4.5	5.2	39.6
65+	33.0	8.0	1.2	2.1	3.1	4.8	6.7	2.3	1.0	4.7	5.2	44.9
Homem total	45.2	13.2	1.2	2.8	3.0	5.0	6.0	2.5	2.1	3.7	4.7	22.3
0-4	49.3	21.4	1.1	0.7	0.7	6.9	9.8	1.8	3.1	4.2	4.6	12.4
5-9	48.2	14.2	0.6	1.0	3.4	8.0	6.2	5.6	4.7	2.5	4.0	13.9
10-14	51.3	9.3	2.1	3.0	2.5	3.2	2.3	1.9	1.1	2.6	6.3	23.1
15-29	51.6	8.7	1.3	4.1	4.5	2.2	4.1	2.0	0.8	2.6	4.1	22.6
30-49	39.5	10.9	1.4	5.3	3.7	3.2	4.1	1.9	1.7	4.3	3.5	28.4
50-64	34.5	7.6	0.2	4.1	4.6	4.3	3.6	2.8	0.2	5.8	6.7	38.6
65+	26.8	8.6	2.6	2.6	2.6	6.5	8.6	2.3	0.9	4.1	6.6	42.5
Mulher total	46.3	12.5	1.5	1.0	4.2	4.0	5.2	2.7	1.9	3.1	4.3	26.0
0-4	50.8	17.8	2.9	0.4	0.4	6.9	9.9	2.4	2.6	3.5	6.5	13.6
5-9	47.9	14.9	0.6	0.8	4.3	6.3	6.3	4.3	4.4	4.8	5.5	13.2
10-14	56.1	7.9	1.7	0.9	5.0	5.3	4.3	3.0	1.0	2.8	3.9	17.7
15-29	47.9	12.1	1.6	1.0	5.8	2.1	3.7	3.5	1.5	2.3	2.8	26.1
30-49	43.2	10.3	0.9	1.5	5.6	2.8	2.4	1.5	1.3	2.3	3.8	34.3
50-64	36.4	11.2	1.0	1.2	4.8	2.6	5.7	2.4	0.9	3.6	4.3	40.2
65+	38.4	7.4	0.1	1.6	3.5	3.4	5.1	2.4	1.1	5.2	3.9	46.9

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

7.3 Necessidade, Uso e Satisfação em Relação aos Cuidados de Saúde

Considerou-se que uma pessoa *necessita* de cuidados de saúde toda aquela que, no período de referência, esteve doente ou ferida. Quanto ao *uso*, foram consideradas as pessoas que consultaram um agente da saúde, uma unidade sanitária ou um curandeiro nas últimas duas semanas anteriores ao inquérito, independentemente se estiveram doentes ou não. Para a definição da *satisfação* de cuidados de saúde foram consideradas as pessoas que havendo consultado um agente da saúde, uma unidade sanitária ou um curandeiro, afirmaram que não tiveram nenhum problema (quer dizer, ficaram satisfeitas com serviço prestado).

De acordo com o exposto e com o Quadro 6.3, menos de um quinto da população (18.3%) teve necessidade de cuidados de saúde, isto é, estiveram doentes ou feridas no período de referência. Nem todas as pessoas que tiveram necessidade de cuidados de saúde procuraram esses cuidados; apenas 10.9% é que consultaram alguém. Destes, pouco mais da metade (52.1%) ficaram satisfeitos com a consulta.

Na área rural a percentagem dos que necessitaram cuidados de saúde é superior a da área urbana (18.9 %, contra 16.9 %); entretanto, a cifra dos que tiveram consulta é superior na área urbana (13.0%) do que na rural (10.0%). Esta situação observa-se também em relação à satisfação, quer dizer, na área urbana a percentagem dos que ficaram satisfeitos com a consulta é superior do que na área rural (58.6%, contra 48.1%).

A Província de Inhambane é a que tem a maior percentagem de pessoas que necessitaram de cuidados sanitários (25.7%) e ao mesmo tempo situa-se entre aquelas que tiveram uso mediano desse serviço (13.2%) e com maior grau de insatisfação (66.8%). O inverso é observado na Província de Manica onde 11.8% das pessoas necessitaram de cuidados de saúde e apenas 13.3% ficaram insatisfeitas. Outras províncias que manifestaram elevadas percentagens de insatisfação em relação aos serviços de saúde são as de Nampula (62.4%), Maputo Cidade (57.0%), Sofala (49.4%) e Zambézia (48.3%).

QUADRO 6.3 NECESSIDADE, USO E SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AOS CUIDADOS DE SAÚDE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE 2000-2001
(em percentagem)

	Necessidade	Uso	Satisfação
Total	18.3	10.9	52.1
Sexo			
Homem	16.1	9.8	49.6
Mulher	20.3	11.9	54.0
Idade			
0-4	28.6	19.3	50.0
5-9	13.6	7.6	51.5
10-14	10.2	5.5	57.6
15-19	12.1	7.1	52.5
20-29	16.2	9.8	54.8
30-39	18.8	11.7	56.9
40-49	20.8	12.0	49.6
50-59	25.5	14.8	48.7
60+	33.8	16.8	46.6
Área de residência			
Rural	18.9	10.0	48.1
Urbano	16.9	13.0	58.6
Província			
Niassa	19.1	12.6	68.8
Cabo Delgado	17.4	9.3	46.8
Nampula	19.8	10.7	37.6
Zambézia	16.1	8.3	51.7
Tete	20.7	12.6	61.2
Manica	11.8	8.3	86.7
Sofala	17.9	11.8	50.6
Inhambane	25.7	13.2	33.2
Gaza	16.9	11.3	60.1
Maputo Província	18.3	13.3	73.8
Maputo Cidade	13.6	10.6	43.0
Posição no processo laboral do chefe de agregado			
Governo	15.1	11.9	65.7
Sector público	14.5	11.2	58.8
Sector privado	15.8	11.7	57.2
Conta própria	17.7	9.9	50.1
Pessoa/agregado privado	16.7	11.6	67.9
Patrão/empresário	18.9	13.3	59.6
Sector cooperativo	20.8	8.3	54.9
Sem emprego	29.1	17.0	45.0
Sectores de actividade do chefe do agregado			
Primário	17.7	9.5	50.4
Secundário	17.6	12.4	62.8
Terceário	16.1	12.3	56.6
Sem emprego	29.1	17.0	45.0
Sexo do chefe do agregado			
Homem	17.7	10.8	52.7
Mulher	20.8	11.6	49.3
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado			
Nenhum	19.0	10.2	48.1
Primário do 1º grau	17.4	11.8	56.5
Primário do 2º grau	17.3	13.4	60.2
Secundário e mais	15.3	12.2	60.1
Outros	14.6	8.4	70.9

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

7.4 Principais Causas de Insatisfação nas Consultas

O Quadro 6.4 mostra as causas de insatisfação em relação as consultas efectuadas para tratamento das doenças. Da população que teve consulta nas duas semanas anteriores à data do inquérito, 47.9% manifestou-se insatisfeita, principalmente a da área rural (51.9%). As três principais razões da insatisfação são: muito tempo de espera (38.8%), falta de medicamentos (35.3%) e tratamento sem êxito (31.4 %).

As razões de insatisfação são diferenciadas por área de residência; enquanto que na área urbana as pessoas queixam-se mais do tempo de espera nas consultas (53.0%) na rural a falta de medicamentos (38.4%), tratamentos sem êxito (36.2%) e também tempo de espera (31.9%) constituem as principais preocupações. É de referir que tanto a falta de medicamentos como o tratamento sem êxitos também foram mencionados pela população da área urbana como sendo as suas maiores causas de insatisfação (28.9% e 21.6%, respectivamente).

Em relação ao local de consulta os que maior insatisfação causaram são os hospitais (57.5%), Postos e Centros de Saúde (49% cada) e curandeiros (34.9%), enquanto que as clínicas privadas (28.2%) e as farmácias (27.4%) são mencionadas como sendo as que melhor serviço prestam, mas apresentam como sendo os serviços mais caros.

As principais causas de insatisfação em relação aos hospitais, Postos e Centros de Saúde são o prolongado tempo de espera e a falta de medicamentos, enquanto que em relação aos curandeiros, embora se considere que o atendimento seja mais rápido, apresentam o inconveniente da ineficácia do tratamento e de ser caro.

QUADRO 6.4 PRINCIPAIS CAUSAS DE INSATISFAÇÃO COM AS CONSULTAS, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE 2000-2001
(em Percentagem)

	Percentagem insatisfeitas	Causas da insatisfação						
		Falta de higiene	Muito tempo de espera	Falta de pessoal	Muito caro	Falta de medicamentos	Tratamento sem êxitos	Outro
Total	47.9	5.2	38.8	5.2	18.5	35.3	31.4	9.2
Sexo								
Homem	50.4	5.1	40.6	4.4	18.9	33.8	31.1	9.5
Mulher	46.0	5.3	37.3	6.0	18.1	36.6	31.7	8.9
Área de residência								
Rural	51.9	5.4	31.9	5.1	17.2	38.4	36.2	9.3
Urbano	41.4	4.9	53.0	5.6	21.1	28.9	21.6	8.9
Província								
Niassa	31.2	1.2	8.8	1.5	18.7	30.5	50.7	0.0
Cabo Delgado	53.2	1.4	32.8	8.4	17.7	50.9	30.0	1.3
Nampula	62.4	2.6	38.3	4.3	28.6	35.4	22.3	6.7
Zambézia	48.3	2.7	26.8	0.0	16.2	39.6	49.9	2.5
Tete	38.8	2.4	29.1	9.2	7.9	30.7	35.6	18.2
Manica	13.3	10.6	52.7	11.6	8.5	35.1	9.4	20.5
Sofala	49.4	12.0	41.0	5.5	10.7	45.3	31.7	19.4
Inhambane	66.8	7.6	38.6	6.4	7.6	41.3	31.2	17.0
Gaza	39.9	5.6	57.9	7.8	15.6	21.2	28.0	1.0
Maputo Província	26.2	2.0	47.4	3.1	15.7	8.0	42.1	8.4
Maputo Cidade	57.0	14.4	59.4	6.9	37.7	26.5	19.9	10.1
Posição no processo laboral do chefe de agregado								
Governo	34.3	5.4	48.4	8.5	16.2	29.1	28.8	4.6
Sector público	41.2	17.2	83.0	0.0	5.8	7.0	13.0	2.1
Sector privado	42.8	6.0	53.2	5.7	19.9	29.6	20.7	10.7
Conta própria	49.9	5.5	35.5	5.3	17.5	37.6	33.8	9.5
Pessoa/agregado privado	32.1	1.1	35.1	3.5	7.9	48.9	17.5	2.5
Patrão/empresário	40.4	3.2	55.4	5.1	23.0	18.6	26.9	9.8
Sector cooperativo	45.1	18.7	68.5	0.0	0.0	70.8	23.6	5.0
Sem emprego	55.0	2.4	31.0	4.6	24.2	37.0	33.6	9.6
Sectores de actividade do chefe do agregado								
Primário	49.6	5.6	32.1	5.4	16.8	38.9	36.0	8.9
Secundário	37.2	4.8	58.1	6.2	17.6	29.1	24.0	8.9
Terceário	43.4	6.1	55.8	4.9	19.0	26.9	20.6	9.7
Sem emprego	55.0	2.4	31.0	4.6	24.2	37.0	33.6	9.6
Sexo do chefe do agregado								
Homem	47.3	5.1	39.5	5.5	17.8	35.5	30.9	9.2
Mulher	50.7	5.9	36.2	4.2	21.2	34.6	33.6	9.1
Nível de educação mais elevado do chefe								
Nenhum	51.9	3.9	33.8	4.9	18.7	37.4	33.3	9.4
Primário do 1º grau	43.5	8.5	44.5	4.9	17.4	34.4	30.9	9.1
Primário do 2º grau	39.8	4.7	49.5	8.0	19.0	30.9	24.1	9.4
Secundário e mais	39.9	9.6	60.3	6.4	18.0	21.4	22.7	6.7
Outros	29.1	0.0	0.0	0.0	100.0	0.0	0.0	0.0
Tipo de agente que consultou								
Posto de Saúde do Estado	49.0	6.3	35.8	5.0	13.7	47.8	27.8	9.6
Centro de Saúde do Estado	49.1	5.3	49.7	4.6	20.3	32.2	28.0	9.6
Hospital	57.5	3.6	47.1	7.5	20.7	27.2	27.1	8.7
Clínica Privada	28.2	2.9	20.4	4.2	38.9	22.7	36.7	14.9
Farmácia	27.4	9.9	2.0	1.4	51.0	8.9	29.1	24.2
Médico/Dent/Consult. Priv.	30.9	0.0	17.4	0.0	30.3	25.4	17.5	29.1
Médico tradicional	34.9	5.0	4.8	1.9	25.9	12.7	69.0	4.0
Outros	28.7	1.3	13.4	14.5	5.4	15.2	56.9	7.2

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

8 PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA DOS AGREGADOS FAMILIARES E DAS RESPECTIVAS COMUNIDADES

Introdução

Neste capítulo analisa-se a avaliação feita pelos entrevistados sobre as tendências das mudanças na situação económica dos agregados e das respectivas comunidades. A avaliação dos entrevistados foi feita a partir das seguintes perguntas do questionário:

- *Como compara a situação económica do AGREGADO em relação há um ano atrás?*
- *Como compara a situação económica da COMUNIDADE em relação há um ano atrás?*

8.1 Percepção da Situação Económica dos Agregados Familiares

De acordo com o Quadro 8.1, cerca de 38 % dos agregados familiares considera que a situação económica piorou em relação ao ano anterior, enquanto que um pouco mais de um terço (35.1%) julga que ela manteve-se estacionária. Contudo, para cerca de um quarto dos agregados familiares a situação económica melhorou.

Na área rural há uma maior percentagem de agregados familiares que opinaram que a sua situação económica piorou (cerca de 40%), enquanto na urbana esta percentagem é de cerca de 34%. A percentagem dos agregados familiares que considera que a sua situação económica melhorou é superior na área urbana comparativamente a rural (27.3% contra 26.0%).

Em geral, nota-se que é nas províncias assoladas pelas cheias do ano 2000 (Sul e Sofala) onde os agregados familiares apresentam as mais elevadas percentagens que consideram que a sua situação económica é pior ou é muito pior. Como é sabido as cheias tiveram um grande impacto na segurança alimentar e no meio ambiente, afectando a sobrevivência de milhares de cidadãos.

QUADRO 8.1 PERCEPÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES SOBRE A SUA SITUAÇÃO ECONÓMICA COMPARANDO COM O ANTERIOR AO INQUÉRITO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001 (em percentagem)

	Muito pior	Pior	Mesma	Melhor	Muito Melhor	Não sabe	Total
Total	13.5	24.5	35.1	24.9	1.4	0.6	100.0
Área de residência							
Rural	14.0	25.7	34.0	24.7	1.3	0.5	100.0
Urbano	12.4	21.4	38.1	25.5	1.6	0.9	100.0
Província							
Niassa	2.8	9.7	55.2	28.9	2.6	0.8	100.0
Cabo Delgado	11.5	26.5	36.1	24.3	0.9	0.5	100.0
Nampula	10.3	28.5	34.3	23.8	2.7	0.4	100.0
Zambézia	8.2	27.3	36.7	26.6	0.5	0.6	100.0
Tete	10.1	23.4	30.3	35.4	0.8	0.1	100.0
Manica	4.1	18.7	31.0	44.1	1.9	0.3	100.0
Sofala	45.6	13.6	22.3	18.2	0.3	0.1	100.0
Inhambane	15.9	25.2	36.1	20.8	0.6	1.4	100.0
Gaza	26.8	33.2	25.5	13.3	0.6	0.5	100.0
Maputo Província	5.4	25.5	47.0	19.6	1.2	1.3	100.0
Maputo Cidade	9.2	17.2	40.1	28.4	3.6	1.4	100.0
Tamanho do agregado							
1-2	14.4	25.5	36.6	20.6	2.1	0.8	100.0
3-4	12.3	24.4	35.7	26.3	1.0	0.3	100.0
5-6	12.2	24.2	35.3	26.2	1.3	0.9	100.0
7+	17.0	23.9	31.5	25.9	1.3	0.6	100.0
Posição no processo laboral do chefe do agregado							
Governo	8.9	14.3	39.0	34.2	3.1	0.6	100.0
Sector público	7.7	16.8	35.2	36.7	2.6	0.9	100.0
Sector privado	11.1	18.1	38.4	29.6	1.9	0.8	100.0
Conta própria	12.9	26.3	34.8	24.3	1.2	0.6	100.0
Pessoa/agregado privado	21.4	25.0	25.5	24.9	1.9	1.2	100.0
Patrão/empresário	12.1	21.2	37.6	25.9	2.6	0.6	100.0
Sector cooperativo	14.2	13.8	27.1	42.7	0.0	2.2	100.0
Sem emprego	24.1	24.2	33.4	17.1	0.7	0.5	100.0
Sectores de actividade do chefe do agregado							
Primário	13.3	26.5	34.8	23.8	1.2	0.5	100.0
Secundário	11.0	20.9	38.5	27.4	1.2	0.9	100.0
Terceário	10.8	18.8	36.0	31.3	2.4	0.8	100.0
Sem emprego	24.1	24.2	33.4	17.1	0.7	0.5	100.0
Sexo do chefe do agregado							
Homem	11.6	23.0	35.5	27.9	1.5	0.5	100.0
Mulher	20.0	29.4	33.9	14.9	1.0	0.8	100.0
Estado civil do chefe do agregado							
Solteiro	16.0	19.8	39.2	23.6	1.0	0.4	100.0
Casado	10.1	22.1	38.5	27.1	1.6	0.6	100.0
União marital	11.9	23.7	34.2	28.2	1.4	0.6	100.0
Viuvo/separado/divorciado	20.5	30.0	32.5	15.1	1.1	0.7	100.0
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado							
Nenhum	14.7	26.5	34.8	22.3	1.0	0.6	100.0
Primário do 1° grau	11.3	21.4	35.5	29.4	1.8	0.6	100.0
Primário do 2° grau	11.9	19.5	34.6	32.4	1.2	0.5	100.0
Secundário e mais	7.2	15.0	38.2	33.9	4.7	1.0	100.0
Outros	23.7	4.6	22.5	49.2	0.0	0.0	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

8.2 Percepção da Situação Económica da Comunidade

Como já foi mencionado, QUIBB recolheu também informação sobre a percepção do Agregado em relação a situação económica da COMUNIDADE.

Comparando com as respostas sobre a situação económica dos agregados familiares, a da comunidade parece ter sido menos optimista. Como se pode observar no Quadro 8.2, 23.5 % dos agregados familiares considera que a situação económica da comunidade piorou e 40.8% acha que ela manteve-se na mesma. Apenas 23.8% dos agregados julga que a situação económica da comunidade melhorou.

Na área rural há uma maior percentagem de agregados familiares que opinam que a situação económica da comunidade piorou (25.3%) do que na urbana (18.6%). A percentagem dos agregados que considera que a situação económica da sua comunidade melhorou é superior na área urbana (27.7%) comparativamente a rural (22.2%).

Analisando por províncias, constata-se que a situação é considerada pior nas afectadas pelas cheias do ano 2000.

QUADRO 8.2 PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA DA COMUNIDADE COMPARANDO COM O ANO ANTERIOR AO INQUÉRITO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS, MOÇAMBIQUE 2000-2001 (em percentagem)

	Muito pior	Pior	Mesma	Melhor	Muito Melhor	Não sabe	Total
Total	10.7	12.8	40.8	21.9	1.9	12.0	100.0
Área de residência							
Rural	11.8	13.5	41.3	20.5	1.7	11.1	100.0
Urbano	7.5	11.1	39.4	25.5	2.2	14.3	100.0
Província							
Niassa	5.0	3.3	43.7	25.0	7.9	15.1	100.0
Cabo Delgado	10.1	16.8	47.8	22.9	0.7	1.6	100.0
Nampula	13.7	13.0	32.4	28.8	3.8	8.3	100.0
Zambézia	1.0	8.0	54.9	10.0	0.7	25.3	100.0
Tete	10.9	18.4	33.8	32.4	0.4	4.2	100.0
Manica	1.8	7.6	44.7	43.3	1.8	0.8	100.0
Sofala	29.3	7.7	40.7	13.0	0.7	8.6	100.0
Inhambane	13.0	17.1	30.4	26.5	1.5	11.5	100.0
Gaza	17.6	25.7	39.7	13.8	0.5	2.7	100.0
Maputo Província	9.1	16.4	37.7	17.4	1.0	18.4	100.0
Maputo Cidade	2.7	6.3	39.2	19.4	2.2	30.3	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

8.3 Satisfação das Necessidades Alimentares

Observando o Quadro 8.3, nota-se que 33.2 % e 18.9% dos agregados familiares algumas vezes ou muitas vezes tiveram dificuldades de satisfazer as suas necessidades alimentares. Estas percentagens são maiores nas áreas rurais do que urbanas (35.0% e 19.8% contra 28.2% e 16.6%, respectivamente).

Analisando por províncias, Niassa apresenta-se com menores problemas de satisfação das suas necessidades de alimentação. Os agregados familiares da Província de Gaza muitas vezes tiveram problemas na satisfação das suas necessidades de alimentação (41.9%), seguida de Manica (34.4%) e Inhambane (28.2%).

QUADRO 8.3 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES PELAS VEZES QUE TIVERAM PROBLEMAS DE SATISFAZER AS SUAS NECESSIDADES DE ALIMENTAÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS, MOÇAMBIQUE 2000-2001

	Nunca	Raramente	Algumas	Muitas	Sempre
Total	23.5	22.5	33.2	18.9	1.9
Área de residência					
Rural	20.8	22.6	35.0	19.8	1.8
Urbano	30.6	22.2	28.2	16.6	2.4
Província					
Niassa	64.8	12.6	14.6	7.9	0.2
Cabo Delgado	43.5	11.9	34.8	9.6	0.2
Nampula	12.7	20.1	48.5	16.9	1.8
Zambézia	10.6	45.0	31.5	12.6	0.2
Tete	34.6	12.0	29.5	21.2	2.7
Manica	40.5	18.5	29.1	11.3	0.6
Sofala	24.1	15.1	21.1	34.4	5.3
Inhambane	14.8	18.5	36.8	28.2	1.7
Gaza	12.1	18.5	20.5	41.9	6.9
Maputo Província	20.3	22.8	36.9	17.6	2.5
Maputo Cidade	44.8	23.5	19.7	11.1	0.9
Tamanho do agregado					
1-2	20.6	21.9	33.4	21.5	2.5
3-4	22.4	24.9	34.8	16.6	1.5
5-6	25.7	20.4	33.6	18.2	2.1
7+	26.7	21.3	28.6	21.5	1.9
Posição no processo laboral do chefe do agregado					
Governo	41.9	24.6	22.5	9.7	1.3
Sector público	37.7	27.8	26.1	7.6	0.7
Sector privado	33.4	24.0	26.7	14.5	1.4
Conta própria	22.0	22.8	34.6	18.9	1.7
Pessoa/agregado privado	19.1	17.5	31.4	31.1	0.9
Patrão/empresário	23.6	20.9	28.4	23.2	3.9
Sector cooperativo	10.4	20.7	51.3	17.6	0.0
Sem emprego	14.8	17.9	35.9	26.7	4.8
Sectores de actividade do chefe do agregado					
Primário	21.0	22.7	34.8	19.8	1.6
Secundário	27.9	22.3	31.9	14.9	3.0
Terceário	34.4	23.9	26.7	13.4	1.5
Sem emprego	14.8	17.9	35.9	26.7	4.8
Sexo do chefe do agregado					
Homem	25.6	23.9	33.5	15.6	1.4
Mulher	16.4	18.1	31.8	30.0	3.7

Fonte:INE-QUIBB 2000-2001

8.4 Posse de Bens

Quase todos os agregados do País (93.4 %) possuem casa própria. Esta percentagem é maior na área rural (96.8 %) em comparação com a urbana (84.3 %). A maioria dos agregados familiares possui terra (85.0%). Nas áreas urbanas 52.5 % dos agregados também possuem terra.

No que concerne aos meios de transporte, 1.7% dos agregados familiares possui carro, 1.0% tem moto e 27.2 % possui bicicleta. Comparando agregados familiares nas áreas rurais e urbanas, observa-se que a percentagem de agregados com carro e moto é maior nas áreas urbanas que rurais, enquanto a percentagem de agregados familiares que tem bicicletas é maior nas áreas rurais.

Observando ainda o Quadro 8.4, nota-se que 20.5% dos agregados familiares possui animais de médio porte, 0.9 % possui os de grande porte e 2.2% tem ambos.

QUADRO 8.4 PERCENTAGEM DOS AGREGADOS FAMILIARES QUE POSSUEM BENS, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS, MOÇAMBIQUE 2000-2001

	Casa	Terra	Carro	Moto	Bicicleta	Animais		
						Médio Porte	Grande Porte	Ambos
Total	93.4	85.0	1.7	1.0	27.2	20.5	0.9	2.2
Área de residência								
Rural	96.8	97.0	0.5	0.5	30.7	25.1	0.9	2.5
Urbano	84.3	52.5	5.0	2.3	17.9	7.9	0.7	1.2
Província								
Niassa	96.0	92.0	0.5	0.0	47.0	13.4	0.3	0.9
Cabo Delgado	94.4	93.5	0.3	0.6	24.9	21.9	0.0	0.0
Nampula	94.3	89.6	0.5	0.8	23.3	18.2	0.3	0.1
Zambézia	97.9	93.7	0.0	0.3	46.8	16.6	0.0	0.0
Tete	93.5	88.9	0.8	0.6	37.1	27.7	2.2	7.8
Manica	95.8	87.7	1.1	1.0	25.9	31.5	1.7	5.0
Sofala	83.7	78.9	0.9	0.9	25.4	23.6	0.4	0.7
Inhambane	96.8	91.2	1.9	0.9	12.5	42.7	1.6	5.6
Gaza	96.4	95.1	3.6	3.4	15.3	19.0	4.9	8.4
Maputo Província	89.4	58.4	4.3	1.3	9.6	8.7	0.6	3.4
Maputo Cidade	76.8	17.3	16.1	3.3	9.1	3.8	0.6	0.3
Posição no processo laboral do chefe do agregado								
Governo	84.9	58.9	6.8	3.6	34.2	13.3	0.4	2.6
Sector público	77.7	52.6	8.3	5.9	32.3	13.2	0.5	1.9
Sector privado	84.3	58.5	5.1	2.6	24.3	15.3	2.0	2.3
Conta própria	96.1	93.0	0.9	0.5	28.9	22.5	0.7	2.2
Pessoa/agregado privado	83.1	72.1	0.7	2.9	16.7	10.3	1.7	1.2
Patrão/empresário	85.2	66.3	2.2	1.2	20.3	17.6	1.0	1.0
Sector cooperativo	89.1	56.7	6.1	0.0	36.7	2.3	1.2	0.9
Sem emprego	91.7	70.6	1.2	0.9	14.1	15.9	1.0	2.3
Sexo do chefe do agregado								
Homem	93.4	84.3	2.0	1.1	32.8	22.4	0.9	2.3
Mulher	93.5	87.2	0.7	0.4	8.9	14.1	0.7	1.7
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado								
Nenhum	96.0	92.9	0.5	0.5	25.3	21.6	0.8	2.1
Primário do 1° grau	91.4	77.9	2.0	1.2	33.2	20.6	1.4	2.7
Primário do 2° grau	85.4	54.4	4.2	2.1	26.2	13.4	0.7	1.8
Secundário e mais	75.9	43.4	14.7	5.3	33.7	13.4	0.6	1.3
Outros	70.2	69.5	10.3	0.0	47.3	12.9	0.0	0.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

8.5 Posse de Artigos Domésticos Seleccionados

Examinando a posse de artigos domésticos seleccionados, observa-se que a posse de rádio é a mais comum (49.5%), seguido pela cama (45.0%) e relógio (36.5%). Poucos agregados familiares possuem ferro (4.5%), máquina de costura (4.7%), congelador (4.0%) e televisor (5.1%). Nota-se também que apenas 5.8% dos agregados familiares tem energia eléctrica.

A percentagem dos agregados que possuem estes bens, é maior nas áreas urbanas do que rurais.

QUADRO 8.5 PERCENTAGEM DOS AGREGADOS FAMILIARES QUE POSSUEM ARTIGOS DOMÉSTICOS , SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS, MOÇAMBIQUE 2000-2001

	Ferro	Máquina de costura	Congelador	Televisor	Radio	Relógio ou relógio de parede	Fogão moderno
Total	4.5	4.7	4.0	5.1	49.5	36.5	6.6
Área de residência							
Rural	0.3	3.3	0.5	0.3	43.6	27.3	1.4
Urbano	15.7	8.4	13.6	18.0	65.3	61.2	20.6
Província							
Niassa	1.9	3.7	0.7	1.0	39.1	28.7	0.3
Cabo Delgado	0.9	2.4	0.6	0.9	42.3	24.3	0.4
Nampula	2.3	2.9	1.8	2.6	49.3	27.1	1.2
Zambézia	0.6	3.0	0.4	0.6	48.9	32.7	0.0
Tete	2.6	2.3	2.4	1.9	41.1	26.3	1.8
Manica	1.8	4.2	1.8	2.8	53.7	38.4	0.9
Sofala	2.1	4.3	2.1	3.3	54.2	35.4	2.7
Inhambane	1.3	9.0	1.7	1.7	41.6	39.1	4.1
Gaza	4.1	9.6	4.1	2.6	43.6	48.3	8.6
Maputo Província	12.6	4.8	11.4	16.9	64.1	65.8	35.6
Maputo Cidade	47.4	17.9	43.4	53.6	80.7	83.5	59.0
Posição no processo laboral do chefe do agregado							
Governo	21.0	9.5	19.0	22.6	83.6	79.7	23.3
Sector público	25.9	12.2	24.8	30.1	79.4	81.6	30.2
Sector privado	14.9	11.3	13.2	17.2	74.2	72.7	23.0
Conta própria	1.7	3.4	1.5	1.9	43.9	27.7	2.7
Pessoa/agregado privado	2.7	5.0	2.6	2.6	46.4	43.6	10.9
Patrão/empresário	5.8	4.8	4.7	7.7	64.1	58.6	11.6
Sector cooperativo	3.6	17.0	3.6	2.1	75.2	80.3	15.5
Sem emprego	5.5	4.8	4.7	6.1	44.1	34.1	8.3
Sexo do chefe do agregado							
Homem	4.9	5.3	4.4	5.7	56.6	41.4	7.0
Mulher	3.0	2.9	2.7	3.1	26.0	20.3	5.3

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

9 HABITAÇÃO

Introdução

A habitação é uma das necessidades básicas que toda a população procura satisfazer e é considerada como uma necessidade social elementar na maioria das sociedades. As características físicas das habitações, especialmente o material de construção e o acesso a serviços básicos, são indicadores importantes do nível de vida dos agregados familiares e dos seus membros. As características do parque habitacional duma sociedade constituem um indicador bastante relevante do nível de desenvolvimento sócio-económico.

Neste capítulo abordaremos basicamente os aspectos relacionados com o regime de propriedade, tipo de materiais usados (paredes e tecto), disponibilidade de serviços básicos (água, saneamento, electricidade) e número de divisões para dormir.

9.1 Regime de Propriedade

De acordo com o Quadro 9.1, a maior parte dos agregados familiares vivem em habitações de sua pertença (93.4%), cifra que é muito consistente com a observada no censo 97 (91.7%).

QUADRO 9.1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR REGIME DE PROPRIEDADE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001

	Própria	Arrendada	Cedida	Outro	Total
Total	93.4	3.1	3.0	0.5	100.0
Área de residência					
Rural	96.8	0.4	2.4	0.4	100.0
Urbano	84.3	10.2	4.6	0.8	100.0
Província					
Niassa	96.0	0.4	2.8	0.8	100.0
Cabo Delgado	94.4	0.2	5.0	0.4	100.0
Nampula	94.3	1.4	3.9	0.4	100.0
Zambézia	97.9	0.8	1.2	0.1	100.0
Tete	93.5	2.8	2.5	1.1	100.0
Manica	95.8	1.7	2.1	0.4	100.0
Sofala	83.7	12.6	3.3	0.4	100.0
Inhambane	96.8	0.5	2.0	0.6	100.0
Gaza	96.4	1.1	1.6	1.0	100.0
Maputo Província	89.4	4.6	5.3	0.7	100.0
Maputo Cidade	76.8	18.5	3.6	1.1	100.0
Tamanho do agregado					
1-2	91.3	3.0	4.9	0.8	100.0
3-4	93.7	2.9	3.0	0.5	100.0
5-6	94.2	3.0	2.4	0.4	100.0
7+	94.5	3.6	1.4	0.4	100.0
Posição no processo laboral do chefe do agregado					
Governo	84.9	7.5	6.4	1.2	100.0
Sector público	77.7	12.3	9.1	0.9	100.0
Sector privado	84.3	10.7	4.7	0.4	100.0
Conta própria	96.1	1.5	2.0	0.4	100.0
Pessoa/agregado privado	83.1	6.0	7.9	2.9	100.0
Patrão/empresário	85.2	5.5	8.3	1.0	100.0
Sector cooperativo	89.1	4.8	4.6	1.5	100.0
Sem emprego	91.7	4.1	3.9	0.3	100.0
Sectores de actividade do chefe do agregado					
Primário	97.1	0.5	2.0	0.4	100.0
Secundário	87.9	6.4	4.6	1.1	100.0
Terceário	82.6	10.7	5.8	0.9	100.0
Sem emprego	91.7	4.1	3.9	0.3	100.0
Sexo do chefe do agregado					
Homem	93.4	3.1	3.0	0.6	100.0
Mulher	93.5	2.9	3.2	0.4	100.0
Estado civil do chefe do agregado					
Solteiro	80.8	8.0	9.5	1.6	100.0
Casado	94.9	2.7	2.0	0.4	100.0
União marital	93.7	2.9	2.9	0.5	100.0
Viuvo/separado/divorciado	93.7	2.7	3.2	0.5	100.0
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado					
Nenhum	96.0	1.2	2.4	0.4	100.0
Primário do 1° grau	91.4	4.8	3.1	0.7	100.0
Primário do 2° grau	85.4	9.1	4.7	0.8	100.0
Secundário e mais	75.9	14.5	8.4	1.2	100.0
Outros	70.2	9.7	0.0	20.2	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

9.2 Material Predominante de Cobertura

O material usado na cobertura das casas (veja-se o Quadro 9.2) da maior parte dos agregados familiares é o capim, (76.0%), enquanto que apenas 1.7% têm laje de betão. Embora se reconheça o capim como material predominantemente rural, é importante destacar que também está fortemente presente no meio urbano (40.1%), particularmente nos tectos das habitações dos pobres urbanos (64.2%).

Ainda no concernente a cobertura das habitações, no Quadro 9.2 pode-se identificar que o tecto de capim é maioritariamente usado entre os chefes dos agregados familiares que realizam actividades económicas por conta própria e desempregados (86.6% e 66.1%, respectivamente).

Finalmente, é notório que o nível de escolaridade do chefe do agregado familiar é uma condição para se passar de uma habitação com cobertura com material não convencional para a convencional. Dos agregados familiares cujos chefes não têm nenhum nível de escolaridade, 85.7% tem suas casas cobertas com tecto de capim, enquanto que os que têm o nível secundário e mais a cobertura convencional predominante é de zinco (38.1%) e laje de betão (15.8%).

QUADRO 9.2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE MATERIAL PREDOMINANTE NO TECTO DA CASA, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS, MOÇAMBIQUE, 2000-2001

	Laje de betão	Telha	Lusalite	Zinco	Capim	Outros	Total
Total	1.7	0.2	2.6	18.8	76.0	0.7	100.0
Área de residência							
Rural	0.2	0.1	0.7	9.1	89.3	0.4	100.0
Urbano	5.5	0.5	7.7	44.7	40.1	1.5	100.0
Província							
Niassa	0.3	0.1	0.9	2.3	96.2	0.2	100.0
Cabo Delgado	0.5	0.0	0.4	1.5	97.5	0.0	100.0
Nampula	0.5	0.1	2.0	4.3	92.9	0.2	100.0
Zambézia	0.4	0.0	0.3	1.7	97.6	0.0	100.0
Tete	0.0	0.0	2.4	6.4	89.6	1.7	100.0
Manica	0.3	0.0	5.0	11.9	82.7	0.2	100.0
Sofala	0.4	0.1	11.2	20.1	64.2	3.9	100.0
Inhambane	0.8	0.0	1.9	29.2	67.6	0.3	100.0
Gaza	0.7	1.1	2.0	53.3	41.4	1.5	100.0
Maputo Província	4.7	0.4	3.8	81.9	8.3	1.0	100.0
Maputo Cidade	22.0	1.7	3.2	72.4	0.3	0.3	100.0
Tamanho do agregado							
1-2	1.1	0.1	1.8	11.3	85.0	0.7	100.0
3-4	1.1	0.2	1.5	12.3	84.2	0.6	100.0
5-6	1.9	0.2	3.4	22.1	71.2	1.1	100.0
7+	3.2	0.3	5.0	38.2	52.7	0.6	100.0
Posicão no processo laboral do chefe do agregado							
Governo	6.7	0.7	8.8	43.7	39.3	0.8	100.0
Sector público	7.0	1.0	11.8	42.8	35.1	2.3	100.0
Sector privado	5.7	0.6	8.0	51.2	33.7	0.9	100.0
Conta própria	0.7	0.1	1.1	10.9	86.6	0.6	100.0
Pessoa/agregado privado	2.4	0.0	4.9	30.5	57.6	4.6	100.0
Patrão/empresário	1.5	0.3	4.6	41.8	50.6	1.3	100.0
Sector cooperativo	0.0	0.0	5.5	50.5	42.5	1.5	100.0
Sem emprego	2.7	0.5	4.2	25.7	66.1	0.9	100.0
Sectores de actividade do chefe do agregado							
Primário	0.3	0.0	0.9	9.8	88.4	0.6	100.0
Secundário	2.9	0.5	6.1	45.7	43.2	1.6	100.0
Terceário	5.5	0.6	7.0	40.1	45.8	1.0	100.0
Sem emprego	2.7	0.5	4.2	25.7	66.1	0.9	100.0
Sexo do chefe do agregado							
Homem	1.6	0.2	2.9	18.6	76.0	0.7	100.0
Mulher	1.8	0.2	1.7	19.4	76.0	0.9	100.0
Estado civil do chefe do agregado							
Solteiro	4.1	0.3	3.6	21.9	69.2	0.9	100.0
Casado	2.6	0.3	3.5	17.0	76.3	0.4	100.0
União marital	1.1	0.1	2.5	18.7	76.8	0.8	100.0
Viuvo/separado/divorciado	1.5	0.2	1.8	20.2	75.3	1.0	100.0
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado							
Nenhum	0.5	0.1	1.1	12.0	85.7	0.6	100.0
Primário do 1° grau	1.5	0.3	4.7	29.8	62.8	0.8	100.0
Primário do 2° grau	3.4	0.4	6.6	43.4	44.8	1.4	100.0
Secundário e mais	15.8	1.2	11.2	38.1	32.7	1.0	100.0
Outros	10.3	0.0	9.7	18.2	61.9	0.0	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

9.3 Material Predominante na Construção das Paredes

O Quadro 9.3 mostra a distribuição percentual dos Agregados familiares segundo materiais usados na construção das paredes das casas. Os dados apresentados indicam que mais de um terço dos agregados (41.7%) usam paus maticados nas paredes de suas habitações. Tanto na área rural, como na urbana, o recurso a material de construção não convencional é um facto. Na primeira área, o material paus maticados é mais predominante (50.4%), seguido-se o adobe com 29.9%. Na área urbana, o material mais predominante nas paredes são os blocos (36.6%) seguindo-se o adobe e caniço (21.2% e 19.9%, respectivamente).

QUADRO 9.3 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE MATERIAL PREDOMINANTE NAS PAREDES DA CASA, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001

	Blocos	Adobe	Madeira e zinco	Paus maticados	Caniço	Outros	Total
Total	13.0	27.5	1.8	41.7	15.0	0.9	100.0
Área de residência							
Rural	4.2	29.9	1.6	50.4	13.2	0.7	100.0
Urbano	36.6	21.2	2.6	18.3	19.9	1.4	100.0
Província							
Niassa	3.0	55.5	0.3	35.2	4.2	1.8	100.0
Cabo Delgado	1.4	8.4	0.1	89.3	0.7	0.1	100.0
Nampula	5.5	59.0	0.8	33.4	1.3	0.1	100.0
Zambézia	1.4	39.5	1.2	54.5	3.3	0.1	100.0
Tete	15.0	18.6	1.1	61.1	2.2	2.0	100.0
Manica	17.1	40.1	3.7	34.7	4.1	0.1	100.0
Sofala	12.4	0.7	2.3	57.2	24.3	3.2	100.0
Inhambane	9.7	1.2	4.5	25.5	57.9	1.3	100.0
Gaza	16.1	10.4	2.1	14.2	54.9	2.3	100.0
Maputo Província	44.9	1.0	2.6	7.6	42.5	1.5	100.0
Maputo Cidade	79.0	0.9	7.9	0.0	11.9	0.3	100.0
Tamanho do agregado							
1-2	7.4	28.7	2.1	45.6	15.2	1.0	100.0
3-4	8.1	32.2	1.6	45.3	12.1	0.6	100.0
5-6	15.4	26.1	1.8	38.9	16.6	1.3	100.0
7+	27.7	17.7	2.1	32.7	19.0	0.9	100.0
Posição no processo laboral do chefe do agregado							
Governo	36.3	22.8	1.8	22.2	15.9	0.9	100.0
Sector público	43.4	18.0	3.1	20.5	12.9	2.0	100.0
Sector privado	36.5	12.9	3.1	19.9	26.5	1.1	100.0
Conta própria	6.8	30.7	1.7	47.6	12.5	0.7	100.0
Pessoa/agregado privado	20.4	15.3	1.2	34.0	24.2	4.8	100.0
Patrão/empresário	23.4	20.9	1.9	21.5	31.0	1.4	100.0
Sector cooperativo	19.8	11.6	2.3	37.3	25.4	3.6	100.0
Sem emprego	19.7	23.2	1.9	35.2	18.8	1.2	100.0
Sectores de actividade do chefe do agregado							
Primário	5.0	30.5	1.7	49.0	13.0	0.8	100.0
Secundário	31.7	17.6	2.4	22.6	24.7	0.9	100.0
Terceário	32.8	21.4	2.2	24.2	18.1	1.2	100.0
Sem emprego	19.7	23.2	1.9	35.2	18.8	1.2	100.0
Sexo do chefe do agregado							
Homem	13.6	29.1	1.8	41.3	13.5	0.8	100.0
Mulher	11.0	22.1	2.0	43.2	20.3	1.3	100.0
Estado civil do chefe do agregado							
Solteiro	15.6	19.7	2.9	43.1	17.6	1.1	100.0
Casado	14.9	32.0	1.3	41.5	9.6	0.7	100.0
União marital	12.6	28.1	1.8	41.9	14.8	0.8	100.0
Viuvo/separado/divorciado	11.2	22.9	2.2	41.2	21.2	1.3	100.0
Nível de educação mais elevado do chefe do							
Nenhum	6.4	28.9	1.8	48.0	14.0	0.9	100.0
Primário do 1° grau	19.6	26.9	1.8	31.5	19.6	0.7	100.0
Primário do 2° grau	35.1	20.0	2.3	23.3	18.1	1.2	100.0
Secundário e mais	49.5	21.2	1.8	16.7	9.1	1.6	100.0
Outros	28.4	40.6	5.5	16.7	0.0	8.7	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

9.4 Fonte Principal de Água

O acesso à fonte de água potável que no caso vertente é a água canalizada, furo e poço protegido, é um dos indicadores muito importantes do nível de saúde. A maior percentagem dos agregados familiares, têm como sua fonte principal de água, o poço não protegido (41.8%), o que significa que uma proporção significativa está exposta ao risco de contrair doenças resultantes do consumo da água contaminada. Não obstante, uma parte considerável dos agregados (23.8%) usa água canalizada (veja-se o Quadro 9.4). Quanto a área de residência, existe uma acentuada diferenciação do tipo de fonte predominantemente usada. No meio rural, mais de metade dos agregados familiares (51.3%) têm o poço não protegido como sua principal fonte de água. Por ordem de importância percentual a fonte rio, lago e lagoa ocupa a segunda posição com 21.9%. No meio urbano, a fonte de água predominante é água canalizada (51.4%). É importante também observar que 16.4% dos agregados familiares urbanos usam poço não protegido como sua fonte de água.

QUADRO 9.4 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE FONTE DE ÁGUA, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001

	Água canalizada	Poço protegido	Poço não protegido	Rio, lago, lagoa	Outra	Total
Total	23.8	13.3	41.8	17.0	4.1	100.0
Área de residência						
Rural	13.6	12.5	51.3	21.9	0.8	100.0
Urbano	51.4	15.4	16.4	3.6	13.2	100.0
Província						
Niassa	7.1	25.3	53.8	13.8	0.0	100.0
Cabo Delgado	28.4	6.8	39.9	24.6	0.3	100.0
Nampula	19.4	3.2	50.3	23.5	3.6	100.0
Zambézia	4.3	12.8	79.2	3.7	0.0	100.0
Tete	13.9	25.7	19.8	39.4	1.2	100.0
Manica	30.2	17.8	24.1	27.6	0.3	100.0
Sofala	33.0	14.1	22.8	24.6	5.5	100.0
Inhambane	6.9	27.4	49.7	10.0	6.1	100.0
Gaza	46.0	26.4	13.7	7.8	6.0	100.0
Maputo Província	45.0	5.6	14.6	8.5	26.3	100.0
Maputo Cidade	91.7	6.2	1.4	0.0	0.7	100.0
Tamanho do agregado						
1-2	18.1	13.0	47.9	18.6	2.5	100.0
3-4	19.2	12.2	47.9	17.3	3.3	100.0
5-6	26.6	13.7	38.5	16.3	5.0	100.0
7+	37.7	15.3	25.3	14.9	6.9	100.0
Posição no processo laboral do chefe do agregado						
Governo	51.1	12.6	21.0	6.9	8.4	100.0
Sector público	54.2	10.2	14.2	4.9	16.5	100.0
Sector privado	46.4	16.3	18.9	7.2	11.1	100.0
Conta própria	17.4	12.8	48.3	19.5	2.1	100.0
Pessoa/agregado privado	36.2	13.1	33.3	10.4	7.0	100.0
Patrão/empresário	36.4	18.1	20.5	12.2	12.8	100.0
Sector cooperativo	32.0	27.9	17.8	1.1	21.2	100.0
Sem emprego	30.2	13.0	34.7	15.8	6.2	100.0
Sectores de actividade do chefe do agregado						
Primário	15.1	12.6	50.6	20.1	1.6	100.0
Secundário	43.4	13.9	21.2	9.0	12.6	100.0
Terceário	46.3	15.5	19.8	8.5	10.0	100.0
Sem emprego	30.2	13.0	34.7	15.8	6.2	100.0
Sexo do chefe do agregado						
Homem	23.1	13.0	42.9	16.9	4.1	100.0
Mulher	26.0	14.0	38.4	17.3	4.4	100.0
Estado civil do chefe do agregado						
Solteiro	31.3	17.1	32.0	13.9	5.7	100.0
Casado	23.3	13.9	42.7	16.7	3.5	100.0
União marital	22.5	12.5	43.0	17.8	4.2	100.0
Viuvo/separado/divorciado	25.7	13.6	40.3	16.0	4.4	100.0
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado						
Nenhum	17.5	12.4	47.7	20.0	2.4	100.0
Primário do 1° grau	29.7	17.0	34.3	12.3	6.7	100.0
Primário do 2° grau	46.6	14.5	20.5	6.8	11.5	100.0
Secundário e mais	57.9	10.0	18.1	6.2	7.9	100.0
Outros	36.4	15.6	14.4	15.5	18.2	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

9.5 Saneamento

O Quadro 9.5 mostra a distribuição percentual dos agregados familiares por tipo de saneamento. De acordo com os dados, quase um terço dos agregados familiares (31.4%) usam latrina não melhorada. Mais de metade (57.5%) dos agregados que recorrem ao mato para a satisfazer as suas necessidades, com todas as consequências nefastas que daí advém para a saúde pública. As condições de saneamento, tanto na área rural como na urbana são deploráveis. Na área rural, praticamente todos os agregados familiares (97.9%) o tipo de saneamento que usam é o não recomendável para uma vida sã (mato e latrina não melhorada). Este fenómeno repete-se na área urbana, embora em dimensões relativamente menores, pois aqui abrange 64.6% dos agregados familiares.

QUADRO 9.5 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE SANEAMENTO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001

	Casa de banho com rede esgotos	fossa séptica	Latrina melhorada	Latrina não melhorada	Outros	Nenhum (mato)	Total
Total	1.5	1.6	6.6	31.4	1.4	57.5	100.0
Área de residência							
Rural	0.1	0.2	1.4	27.0	0.4	70.9	100.0
Urbano	5.3	5.4	20.7	43.3	4.0	21.3	100.0
Província							
Niassa	0.5	0.3	2.4	63.2	0.0	33.6	100.0
Cabo Delgado	0.1	0.4	2.0	43.1	0.5	53.7	100.0
Nampula	0.6	0.6	3.8	20.1	1.7	73.2	100.0
Zambézia	0.3	0.0	3.0	3.3	0.5	93.0	100.0
Tete	1.6	0.4	3.8	30.7	0.1	63.4	100.0
Manica	0.1	0.3	11.3	37.3	0.2	50.7	100.0
Sofala	1.2	2.0	6.8	14.4	8.6	67.0	100.0
Inhambane	0.2	0.1	5.1	60.1	1.4	33.1	100.0
Gaza	0.6	0.2	9.6	59.1	0.4	30.1	100.0
Maputo Província	0.2	6.9	14.9	68.5	0.1	9.4	100.0
Maputo Cidade	24.0	15.2	36.0	23.8	0.3	0.7	100.0
Tamanho do agregado							
1-2	1.1	0.5	3.5	25.1	1.1	68.6	100.0
3-4	1.2	0.8	4.1	27.3	1.0	65.6	100.0
5-6	1.9	1.8	7.4	35.9	2.0	51.1	100.0
7+	2.5	4.4	15.4	42.4	1.7	33.7	100.0
Posição no processo laboral do chefe do agregado							
Governo	7.1	6.0	23.2	43.3	1.3	19.1	100.0
Sector público	7.7	10.9	24.8	40.8	4.8	11.0	100.0
Sector privado	6.0	4.6	19.1	46.7	2.8	20.8	100.0
Conta própria	0.5	0.6	3.2	27.0	1.0	67.6	100.0
Pessoa/agregado privado	0.7	1.7	11.0	40.4	8.0	38.3	100.0
Patrão/empresário	1.7	1.8	12.0	51.4	2.4	30.8	100.0
Sector cooperativo	0.0	0.9	30.1	55.9	0.0	13.0	100.0
Sem emprego	2.4	2.3	8.2	36.6	1.5	48.9	100.0
Sectores de actividade do chefe doagregado							
Primário	0.3	0.2	2.3	27.0	0.8	69.4	100.0
Secundário	1.9	5.1	14.5	44.4	3.2	31.0	100.0
Terceário	5.3	5.0	19.0	41.2	3.1	26.4	100.0
Sem emprego	2.4	2.3	8.2	36.6	1.5	48.9	100.0
Sexo do chefe do agregado							
Homem	1.5	1.7	6.9	32.1	1.4	56.4	100.0
Mulher	1.7	1.1	5.7	29.0	1.6	61.0	100.0
Estado civil do chefe do agregado							
Solteiro	4.6	1.8	10.2	31.3	2.6	49.5	100.0
Casado	2.5	2.3	8.0	32.9	1.2	53.2	100.0
União marital	1.0	1.4	6.3	31.8	1.3	58.3	100.0
Viuvo/separado/divorciado	1.2	1.0	5.2	28.8	1.7	62.1	100.0
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado							
Nenhum	0.3	0.3	2.8	27.6	1.2	67.8	100.0
Primário do 1° grau	1.6	1.9	10.4	42.0	1.7	42.4	100.0
Primário do 2° grau	3.5	5.6	23.8	41.9	2.3	22.9	100.0
Secundário e mais	15.7	12.5	21.7	32.2	1.7	16.2	100.0
Outros	12.4	2.0	18.2	46.8	0.0	20.6	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

9.6 Fonte de Energia para Iluminação

O Quadro 9.6 mostra a distribuição percentual dos agregados familiares de acordo com o tipo de energia usado para iluminação. Constata-se que o petróleo/gás é o tipo de energia usado por mais de metade dos agregados familiares (52.2%). A lenha é a outra fonte bastante importante, usada por cerca de um terço dos agregados (35.1%). Os restantes tipos de energia como são os casos de electricidade, vela, são usados por apenas 5.7% e 2.2% agregados familiares, respectivamente.

A tendência do uso de um determinado tipo de energia para a iluminação difere da área urbana para a rural. Nesta última, o petróleo/gás e lenha, são as fontes de energia mais predominantes (46.4% e 46.2%, respectivamente). Por seu turno, os agregados urbanos usam mais o petróleo/gás (68.0%). A electricidade é a segunda fonte de energia, usada por 20.1% dos agregados familiares contra apenas 0.4% do meio rural.

QUADRO 9.6 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE ENERGIA USADO PARA ILUMINAÇÃO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS, MOÇAMBIQUE, 2000-2001

	Electr.	Petrol/gas	Vela	Bateria	Lenha	Outro	Total
Total	5.7	52.2	2.2	0.0	35.1	4.7	100.0
Área de residência							
Rural	0.4	46.4	1.2	0.0	46.2	5.7	100.0
Urbano	20.1	68.0	4.7	0.1	5.1	2.0	100.0
Província							
Niassa	3.6	49.4	0.8	0.1	32.6	13.5	100.0
Cabo Delgado	1.4	48.7	0.3	0.0	49.6	0.0	100.0
Nampula	4.0	59.6	0.0	0.0	32.6	3.7	100.0
Zambézia	1.0	17.4	0.5	0.0	63.9	17.1	100.0
Tete	3.1	46.7	0.9	0.3	48.4	0.6	100.0
Manica	2.6	66.5	0.5	0.0	30.5	0.0	100.0
Sofala	4.4	62.5	0.9	0.0	32.1	0.1	100.0
Inhambane	1.6	75.7	5.4	0.1	17.0	0.1	100.0
Gaza	3.7	73.8	7.9	0.0	13.9	0.7	100.0
Maputo Província	16.3	75.0	5.7	0.0	3.0	0.1	100.0
Maputo Cidade	51.0	35.5	12.6	0.3	0.3	0.3	100.0
Tamanho do agregado							
1-2	2.2	46.6	2.1	0.0	44.4	4.7	100.0
3-4	2.9	49.0	1.7	0.1	40.2	6.0	100.0
5-6	7.1	56.1	2.2	0.1	30.5	4.1	100.0
7+	14.8	61.3	3.3	0.0	17.9	2.6	100.0
Posição no processo laboral do chefe do agregado							
Governo	24.8	62.4	2.8	0.1	7.1	2.8	100.0
Sector público	33.1	58.9	2.4	0.2	4.8	0.6	100.0
Sector privado	17.6	73.8	4.1	0.1	3.1	1.4	100.0
Conta própria	2.2	47.2	1.6	0.0	43.3	5.7	100.0
Pessoa/agregado privado	4.6	72.4	6.2	0.0	14.6	2.2	100.0
Patrão/empresário	7.9	75.6	7.0	0.1	7.6	1.8	100.0
Sector cooperativo	3.6	78.6	0.0	0.0	2.7	15.1	100.0
Sem emprego	8.4	55.9	3.2	0.0	30.6	2.0	100.0
Sectores de actividade do chefe do agregado							
Primário	0.9	45.8	1.3	0.0	46.0	5.9	100.0
Secundário	12.2	73.4	4.2	0.2	7.6	2.4	100.0
Terceário	19.5	67.7	4.3	0.0	6.5	2.0	100.0
Sem emprego	8.4	55.9	3.2	0.0	30.6	2.0	100.0
Sexo do chefe do agregado							
Homem	6.3	53.5	2.0	0.1	33.4	4.7	100.0
Mulher	3.9	48.2	2.7	0.0	40.7	4.4	100.0
Estado civil do chefe do agregado							
Solteiro	8.9	58.5	5.2	0.2	23.6	3.6	100.0
Casado	9.1	52.2	1.4	0.1	31.3	5.9	100.0
União marital	4.9	53.9	2.0	0.1	35.1	4.1	100.0
Viuvo/separado/divorciado	3.4	47.1	2.9	0.0	41.8	4.8	100.0
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado							
Nenhum	1.4	47.7	1.7	0.0	44.0	5.2	100.0
Primário do 1° grau	7.7	65.5	3.3	0.1	19.1	4.3	100.0
Primário do 2° grau	18.8	67.6	3.5	0.0	8.5	1.6	100.0
Secundário e mais	41.2	46.9	2.6	0.2	6.0	3.2	100.0
Outros	14.4	34.6	5.5	0.0	28.4	17.1	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

9.7 Fonte de Energia para Cozinhar

Segundo o Quadro 9.7, quase a totalidade dos agregados familiares (95.9%) usam a lenha/carvão como tipo de energia principal na confecção dos seus alimentos. Na área rural praticamente todos os agregados (99.7%) recorrem à lenha/carvão para cozinhar. Esta preferência é também registada na área urbana (85.6%). Contudo, no meio urbano, o petróleo/gás (11.6%) e electricidade (2.6%) constituem uma opção significativa no seio dos agregados familiares. Quase a totalidade das províncias (com excepção da Província de Maputo e Maputo Cidade, onde o petróleo/gás e electricidade são os mais utilizados), a principal fonte de energia usada nos agregados familiares para a confecção dos alimentos é a lenha/carvão, com valores percentuais que oscilam entre 98.8% e 100.0%.

QUADRO 9.7 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE ENERGIA USADO PARA COZINHAR, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS, MOÇAMBIQUE. 2000-2001

	Electricidade	Petrol/gás	Lenha/ carvão	Outro	Total
Total	0.8	3.2	95.9	0.1	100.0
Área de residência					
Rural	0.1	0.1	99.7	0.1	100.0
Urbano	2.6	11.6	85.6	0.1	100.0
Província					
Niassa	0.0	0.0	100.0	0.0	100.0
Cabo Delgado	0.0	0.0	100.0	0.0	100.0
Nampula	0.3	0.0	99.7	0.0	100.0
Zambézia	0.0	0.0	99.6	0.4	100.0
Tete	1.0	0.0	98.9	0.1	100.0
Manica	0.1	0.0	99.9	0.0	100.0
Sofala	0.9	0.1	98.8	0.2	100.0
Inhambane	0.1	0.0	99.9	0.0	100.0
Gaza	0.0	0.1	99.9	0.0	100.0
Maputo Província	1.8	21.7	76.3	0.1	100.0
Maputo Cidade	9.7	38.9	51.2	0.2	100.0
Tamanho do agregado					
1-2	0.3	1.8	97.7	0.2	100.0
3-4	0.6	2.7	96.7	0.1	100.0
5-6	1.0	4.0	94.8	0.2	100.0
7+	1.4	5.1	93.5	0.0	100.0
Posição no processo laboral do chefe do agregado					
Governo	4.1	10.6	85.2	0.0	100.0
Sector público	6.2	13.6	79.9	0.3	100.0
Sector privado	2.7	12.9	84.3	0.0	100.0
Conta própria	0.2	1.1	98.6	0.1	100.0
Pessoa/agregado privado	0.3	6.1	93.3	0.3	100.0
Patrão/empresário	0.7	7.7	91.6	0.0	100.0
Sector cooperativo	0.0	9.0	88.4	2.6	100.0
Sem emprego	0.9	4.0	94.9	0.2	100.0
Sectores de actividade do chefe do agregado					
Primário	0.1	0.5	99.3	0.1	100.0
Secundário	1.9	10.9	87.2	0.0	100.0
Terceário	2.6	10.4	86.8	0.2	100.0
Sem emprego	0.9	4.0	94.9	0.2	100.0
Sexo do chefe do agregado					
Homem	0.8	3.4	95.7	0.1	100.0
Mulher	0.6	2.6	96.5	0.3	100.0
Estado civil do chefe do agregado					
Solteiro	1.9	6.3	91.8	0.0	100.0
Casado	1.5	2.9	95.6	0.1	100.0
União marital	0.5	3.3	96.1	0.1	100.0
Viuvo/separado/divorciado	0.4	2.6	96.7	0.3	100.0
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado					
Nenhum	0.1	0.7	99.1	0.1	100.0
Primário do 1° grau	0.5	4.8	94.4	0.3	100.0
Primário do 2° grau	1.7	13.7	84.5	0.1	100.0
Secundário e mais	9.7	17.7	72.5	0.0	100.0
Outros	10.3	0.0	89.7	0.0	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

9.8 Divisões da Habitação

O Quadro 9.8 mostra a distribuição percentual dos agregados familiares por número de divisões da habitação. De acordo com o referido Quadro, um terço dos agregados (33.0%) vivem em habitações de duas divisões. Aquelas que têm uma e três divisões representam 21.7% e 24.4%, respectivamente.

QUADRO 9.8 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR NÚMERO DE DIVISÕES DA HABITAÇÃO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2000-2001

	1	2	3	4	5 e mais	Total
Total	21.7	33.0	24.4	14.8	6.0	100.0
Área de residência						
Rural	24.4	35.6	23.6	12.2	4.1	100.0
Urbano	14.4	26.0	26.6	21.8	11.2	100.0
Província						
Niassa	37.2	35.6	17.3	7.0	2.9	100.0
Cabo Delgado	6.8	35.0	36.8	18.4	2.9	100.0
Nampula	8.6	33.8	22.6	27.5	7.5	100.0
Zambézia	17.3	39.4	34.7	6.8	1.7	100.0
Tete	47.6	33.4	12.6	5.1	1.2	100.0
Manica	38.3	32.2	20.4	5.6	3.5	100.0
Sofala	38.5	26.9	20.3	9.8	4.4	100.0
Inhambane	29.8	32.3	17.8	10.5	9.5	100.0
Gaza	26.4	25.6	20.5	13.0	14.4	100.0
Maputo Província	18.3	32.5	23.3	17.2	8.7	100.0
Maputo Cidade	9.2	20.8	23.4	28.0	18.5	100.0
Tamanho do agregado						
1-2	35.9	39.3	16.6	6.9	1.2	100.0
3-4	22.5	37.1	25.8	12.3	2.3	100.0
5-6	16.7	30.8	28.1	19.2	5.2	100.0
7+	7.6	18.9	27.0	24.8	21.8	100.0
Posição no processo laboral do chefe do agregado						
Governo	10.8	24.3	29.6	23.9	11.4	100.0
Sector público	9.5	18.7	31.7	25.6	14.5	100.0
Sector privado	15.6	25.6	26.2	20.0	12.6	100.0
Conta própria	23.0	35.2	24.2	13.1	4.4	100.0
Pessoa/agregado privado	20.3	34.0	22.7	15.3	7.7	100.0
Patrão/empresário	23.4	30.5	19.4	19.4	7.2	100.0
Sector cooperativo	7.5	36.3	37.9	14.8	3.4	100.0
Sem emprego	24.4	29.7	21.9	15.2	8.8	100.0
Sectores de actividade do chefe do agregado						
Primário	23.8	35.3	24.4	12.4	4.0	100.0
Secundário	16.6	27.9	26.1	20.3	9.1	100.0
Terceário	14.4	27.8	25.1	21.6	11.0	100.0
Sem emprego	24.4	29.7	21.9	15.2	8.8	100.0
Sexo do chefe do agregado						
Homem	18.4	32.5	26.1	16.4	6.6	100.0
Mulher	32.6	34.8	18.7	9.6	4.3	100.0
Estado civil do chefe do agregado						
Solteiro	26.5	36.1	21.5	11.3	4.6	100.0
Casado	13.1	28.7	26.5	20.7	11.1	100.0
União marital	20.3	34.3	26.1	14.6	4.7	100.0
Viuvo/separado/divorcido	33.4	34.3	18.9	9.5	3.9	100.0
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado						
Nenhum	24.8	35.0	23.2	12.7	4.3	100.0
Primário do 1° grau	16.8	30.8	26.6	16.6	9.1	100.0
Primário do 2° grau	12.8	29.7	25.4	21.8	10.3	100.0
Secundário e mais	8.9	17.6	31.6	28.2	13.7	100.0
Outros	4.6	31.3	53.9	2.0	8.3	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

10 ACESSO AOS SERVIÇOS

Introdução

O acesso aos serviços é definido pelo tempo, em minutos, que o agregado familiar leva a chegar ao serviço mais próximo, independentemente de fazer uso ou não. Consideramos que têm acesso à um serviço básico todos aqueles que levam menos de 30 minutos para alcançá-lo, independentemente do meio usado.

10.1 Acesso à Água

De acordo com o Quadro 10.1 podemos afirmar que a maior parte dos agregados familiares tem acesso à água (86.9%). Em contrapartida, muito menos de um sexto dos agregados familiares (13.1%) não têm acesso. O acesso é melhor nas áreas urbanas do que nas rurais (94.5% contra 84.1%).

Por províncias, constatam-se disparidades, embora em todas a maior parte dos agregados tenha acesso a água. Inhambane, comparada com as restantes províncias, apresenta a proporção mais baixa de agregados com acesso à água (73.4%). Se excluirmos Maputo Cidade, tendo em conta que, pela sua especificidade, tende sempre a apresentar o melhor indicador (neste caso, aproximadamente 99%), a província com maior acesso à água é a de Maputo (96.2%), seguida pela Província de Niassa (94.9%).

10.2 Acesso à Unidade Sanitária Mais Próxima

No que respeita ao acesso à Unidade Sanitária mais próxima (observe-se o Quadro 10.1), a situação não aparenta ser tão favorável, pois mais de metade dos agregados (56.7%) declararam levar uma hora ou mais a chegar à esse serviço básico. Mesmo na área urbana, onde se presume haver maior acesso, apenas 48.5% dos agregados consegue chegar à unidade sanitária mais próxima em menos de 30 minutos. Na área rural, esta percentagem é aproximadamente três vezes menor (16.1%) do que na urbana.

Algumas províncias apresentam melhor condição de acesso que outras. Por exemplo, na de Maputo e de Niassa mais de metade dos agregados familiares têm facilidade de acesso a uma unidade sanitária (51.9% e 51.1%, respectivamente). Todavia, é a Cidade de Maputo que apresenta a percentagem mais elevada de agregados com acesso (66.9%) a uma infra-estrutura de saúde. Ainda de acordo com o Quadro 10.1, a província mais desfavorecida neste contexto é a de Zambézia, onde apenas 5.5% dos agregados se localiza a menos de 30 minutos de uma unidade sanitária.

QUADRO 10.1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR TEMPO QUE LEVAM A CHEGAR À FONTE DE ÁGUA E À UNIDADE SANITÁRIA MAIS PRÓXIMA, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS, MOÇAMBIQUE, 2000-2001 (em minutos)

	Fonte de água					Unidade Sanitária				
	< 15	**15 a 29**	**30 a 59**	**60+**	**Total**	**< 15**	**15 a 29**	**30 a 59**	**60+**	**Total**
Total	66.4	20.5	8.9	4.2	100.0	12.4	12.4	18.4	56.7	100.0
Área de residência										
Rural	60.3	23.8	10.8	5.1	100.0	10.7	5.4	11.6	72.2	100.0
Urbano	83.1	11.4	3.8	1.7	100.0	17.1	31.4	36.8	14.7	100.0
Província de residência										
Niassa	77.8	17.1	4.8	0.3	100.0	33.7	17.4	21.1	27.8	100.0
Cabo Delgado	60.7	21.7	10.2	7.4	100.0	17.7	7.0	10.9	64.4	100.0
Nampula	69.7	16.6	9.4	4.3	100.0	10.1	9.0	11.2	69.7	100.0
Zambézia	55.3	36.4	7.6	0.7	100.0	1.5	4.0	19.8	74.6	100.0
Tete	57.2	20.2	14.2	8.4	100.0	15.5	7.9	8.2	68.4	100.0
Manica	77.3	13.3	5.3	4.1	100.0	11.6	10.2	22.0	56.2	100.0
Sofala	76.5	13.3	5.9	4.3	100.0	16.1	16.2	30.2	37.4	100.0
Inhambane	51.8	21.6	17.9	8.8	100.0	9.6	7.4	15.9	67.0	100.0
Gaza	56.3	23.0	13.8	7.0	100.0	12.7	13.9	19.3	54.1	100.0
Maputo Província	85.2	11.0	2.8	1.0	100.0	16.7	35.2	35.2	12.9	100.0
Maputo Cidade	93.7	5.2	1.0	0.1	100.0	22.0	44.9	29.2	3.8	100.0
Tamanho do agregado										
1-2	63.5	23.5	8.5	4.5	100.0	10.4	9.1	16.2	64.3	100.0
3-4	64.8	21.3	9.3	4.6	100.0	11.0	10.5	16.5	62.0	100.0
5-6	68.5	19.6	8.2	3.6	100.0	13.0	13.6	20.6	52.8	100.0
7+	71.2	15.6	9.4	3.7	100.0	17.6	19.4	22.6	40.4	100.0
Posicão no processo laboral do chefe do agregado										
Governo	77.8	12.5	6.8	3.0	100.0	23.0	25.2	29.1	22.7	100.0
Sector público	81.2	10.7	5.9	2.2	100.0	17.3	25.9	36.4	20.4	100.0
Sector privado	80.0	12.5	5.2	2.4	100.0	16.3	27.5	30.9	25.2	100.0
Conta própria	63.3	22.5	9.6	4.6	100.0	11.3	8.7	14.7	65.3	100.0
Pessoa/agregado privado	67.5	16.6	10.2	5.7	100.0	11.4	17.0	30.5	41.1	100.0
Patrão/empresário	74.9	14.0	7.4	3.6	100.0	10.7	24.5	28.1	36.8	100.0
Sector cooperativo	70.1	24.7	0.0	5.2	100.0	11.3	12.0	40.4	36.3	100.0
Sem emprego	68.3	19.7	8.9	3.1	100.0	13.2	15.2	23.0	48.6	100.0
Sectores de actividade do chefe do agregado										
Primário	61.5	23.6	9.9	4.9	100.0	10.3	7.5	13.5	68.7	100.0
Secundário	78.6	13.3	5.2	2.9	100.0	16.2	25.7	29.5	28.6	100.0
Terceário	79.6	11.7	6.3	2.4	100.0	18.4	25.0	30.7	25.9	100.0
Sem emprego	68.3	19.7	8.9	3.1	100.0	13.2	15.2	23.0	48.6	100.0
Sexo do chefe do agregado										
Homem	67.1	20.1	9.1	3.7	100.0	12.2	12.4	18.5	56.9	100.0
Mulher	64.3	21.7	8.2	5.9	100.0	13.3	12.5	18.3	55.9	100.0
Estado civil do chefe do chefe do agregado										
Solteiro	68.6	18.7	8.1	4.7	100.0	16.9	17.9	19.7	45.5	100.0
Casado	69.2	18.6	8.5	3.7	100.0	14.1	13.3	17.6	55.0	100.0
União marital	65.5	21.0	9.5	3.9	100.0	11.2	11.7	18.0	59.1	100.0
Viuvo/separado/divorcia	65.0	21.6	8.1	5.2	100.0	12.6	12.2	19.9	55.3	100.0
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado										
Nenhum	62.7	22.8	9.6	4.9	100.0	10.4	8.7	14.9	66.0	100.0
Primário do 1° grau	71.7	17.7	8.2	2.5	100.0	14.3	17.2	25.4	43.1	100.0
Primário do 2° grau	79.7	12.7	5.7	1.8	100.0	19.4	26.3	29.0	25.3	100.0
Secundário e mais	80.5	9.4	6.7	3.4	100.0	24.1	27.7	28.6	19.7	100.0
Outros	95.4	4.6	0.0	0.0	100.0	39.9	12.9	16.1	31.0	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001~

10.3 Acesso à Escola

De acordo com o Quadro 10.2, a escola primária é relativamente mais acessível que a secundária: 63.4% de agregados familiares declaram ter acesso à primária, enquanto para a secundária, apenas 10.5%, ou seja, aproximadamente a sexta parte é que tem facilidade de alcançá-la em menos de 30 minutos.

Na área rural, a proporção de agregados familiares com acesso a uma escola primária é de 57.1%, enquanto a percentagem de acesso a escola secundária é inferior a 2%. Os agregados familiares urbanos têm o melhor acesso tanto as escolas primárias como secundárias (81.6% e 34.1% respectivamente).

Examinando o acesso as escolas primárias por províncias nota-se que, excluindo Maputo Cidade, a de Cabo Delgado tem o melhor acesso (88.7%), seguindo-se Maputo Província (83.5%), Niassa (77.9%), Tete (70.4%), Gaza (69.1%), Manica (65.4%), Sofala (61.4%), Nampula (58.5%) e Inhambane (47.4%). A Província da Zambézia é a menos favorecida (42.3%).

No respeitante ao acesso às escolas secundárias, algumas províncias exibem cifras inferiores e outras superiores à média nacional. Estão na primeira situação as Províncias da Zambézia (onde se regista a menor percentagem (1.1%), Niassa (6.7%), Cabo Delgado (4.2%), Nampula (7.9%), Tete (4.3%), Manica (7.8%), Inhambane (7.5%) e Gaza (9.8%). No segundo grupo figuram as províncias de Sofala (12.7%), Maputo (35.0%) e Maputo Cidade (55.8%).

QUADRO 10.2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR TEMPO QUE LEVAM ÀS ESCOLAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS MAIS PRÓXIMAS, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS,. MOÇAMBIQUE, 2000-2001 (em minutos)

	Escola Primária					Escola Secundária				
	< 15	15 a 29	30 a 59	60+	Total	< 15	15 a 29	30 a 59	60+	Total
Total	39.2	24.5	22.1	14.3	100.0	3.5	7.0	13.1	76.4	100.0
Área de residência										
Rural	35.5	21.6	24.1	18.8	100.0	0.6	1.0	3.7	94.7	100.0
Urbano	49.0	32.6	16.5	1.9	100.0	11.1	23.0	38.7	27.3	100.0
Província										
Niassa	47.9	30.0	18.1	4.0	100.0	2.1	4.6	14.7	78.6	100.0
Cabo Delgado	72.0	16.7	9.2	2.1	100.0	2.2	2.0	3.3	92.6	100.0
Nampula	38.7	19.8	18.1	23.5	100.0	1.9	6.0	8.8	83.3	100.0
Zambézia	15.0	27.3	37.9	19.8	100.0	0.0	1.1	6.0	92.9	100.0
Tete	51.9	18.5	12.8	16.9	100.0	2.3	2.0	4.6	91.0	100.0
Manica	38.2	27.2	24.1	10.5	100.0	3.0	4.8	18.8	73.4	100.0
Sofala	35.0	26.7	24.3	14.0	100.0	3.6	9.1	25.9	61.4	100.0
Inhambane	25.1	22.3	34.8	17.7	100.0	3.9	3.6	8.3	84.2	100.0
Gaza	40.7	28.4	20.0	10.9	100.0	2.2	7.6	14.1	76.0	100.0
Maputo Província	44.9	38.6	15.0	1.5	100.0	8.3	26.7	37.1	27.8	100.0
Maputo Cidade	62.6	27.5	9.1	0.7	100.0	25.9	29.9	36.7	7.5	100.0
Tamanho do agregado										
1-2	36.6	23.0	24.7	15.7	100.0	1.8	4.4	10.0	83.8	100.0
3-4	35.8	25.1	22.9	16.2	100.0	2.5	5.3	10.3	81.9	100.0
5-6	42.1	24.5	21.5	11.9	100.0	4.4	8.2	14.8	72.7	100.0
7+	45.8	25.7	17.3	11.2	100.0	6.5	12.4	21.2	59.9	100.0
Posicão no processo laboral do chefe do agregado										
Governo	56.2	25.2	15.9	2.7	100.0	10.9	17.2	28.2	43.6	100.0
Sector público	59.9	24.9	9.2	6.0	100.0	15.2	21.4	32.6	30.8	100.0
Sector privado	46.6	29.0	17.7	6.7	100.0	8.5	18.3	29.9	43.4	100.0
Conta própria	37.0	23.3	23.4	16.4	100.0	1.8	3.7	8.0	86.5	100.0
Pessoa/agregado privado	32.9	29.0	26.2	11.8	100.0	3.8	9.4	29.2	57.6	100.0
Patrão/empresário	41.0	35.8	14.5	8.7	100.0	8.0	15.1	29.6	47.2	100.0
Sector cooperativo	35.1	45.1	18.3	1.5	100.0	3.6	16.6	30.9	48.9	100.0
Sem emprego	37.8	25.3	22.9	14.1	100.0	5.0	12.1	20.7	62.3	100.0
Sectores de actividade do chefe do agregado										
Primário	35.5	23.1	24.2	17.2	100.0	1.2	2.5	6.1	90.1	100.0
Secundário	46.4	30.1	16.0	7.5	100.0	7.2	17.4	28.9	46.5	100.0
Terceário	50.6	28.0	15.7	5.7	100.0	9.5	17.5	30.3	42.6	100.0
Sem emprego	37.8	25.3	22.9	14.1	100.0	5.0	12.1	20.7	62.3	100.0
Sexo do chefe do agregado										
Homem	39.0	24.4	22.2	14.3	100.0	3.5	6.8	13.2	76.6	100.0
Mulher	39.6	24.9	21.4	14.1	100.0	3.4	7.7	12.9	76.0	100.0
Estado civil do chefe do agregado										
Solteiro	47.7	24.6	17.3	10.4	100.0	6.3	11.4	14.3	68.0	100.0
Casado	40.7	24.0	21.9	13.3	100.0	4.0	7.2	12.5	76.3	100.0
União marital	38.2	24.5	22.1	15.2	100.0	2.9	6.3	13.0	77.7	100.0
Viuvo/separado/divorciado	37.9	25.2	23.0	13.9	100.0	3.5	7.3	13.9	75.3	100.0
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado										
Nenhum	35.8	23.4	23.5	17.2	100.0	1.6	4.0	8.2	86.2	100.0
Primário do 1° grau	41.6	26.9	21.9	9.6	100.0	4.8	10.4	21.3	63.5	100.0
Primário do 2° grau	48.8	31.9	14.4	4.8	100.0	9.4	17.1	31.4	42.1	100.0
Secundário e mais	62.9	21.2	13.0	2.8	100.0	16.0	21.7	27.4	34.9	100.0
Outros	54.0	30.5	0.0	15.5	100.0	4.2	20.9	5.5	69.5	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

10.4 Acesso ao Mercado Alimentar e ao Transporte Público

O Quadro 10.3 mostra a distribuição percentual dos agregados familiares por tempo que levam a chegar ao mercado alimentar mais próximo e ao transporte público. Constata-se que pouco menos de metade dos agregados familiares (40.6%) é que tem acesso ao mercado alimentar. Na área rural, a percentagem dos que têm acesso ao mercado é muito baixa (38.4%) comparativamente a área urbana (83.9%) . Esta diferença explica-se pelo facto de que a população rural produz a maioria dos produtos que fazem parte da sua dieta alimentar. Por outro lado, na área rural os mercados localizam-se a uma distância muito longa do local de residência dos agregados familiares.

Nalgumas províncias, a percentagem de agregados que levam menos de 30 minutos a chegar ao mercado alimentar mais próximo é inferior a 50%. Encontram-se nesta condição as províncias de Niassa (32.0%), Zambézia (33.6%), Tete (30.2%) e Inhambane (44.1%). Excluindo Maputo Cidade, que tem maior acesso (93.0%), a província que apresenta maior percentagem de agregados familiares com acesso ao mercado alimentar é a de Maputo (78.2%).

Pelo Quadro 10.3 é possível analisar também o acesso ao transporte público. Nota-se que menos de metade dos agregados familiares tem facilidade de acesso ao transporte público (46.0%). Na área rural, esta percentagem é ainda menor (34.2%).

Desagregando os dados por províncias, verificam-se disparidades: Maputo Cidade e a Província de Maputo são casos particulares, pois o acesso na primeira é de 92.2% e na segunda de 80.7%. A Província de Zambézia é a que apresenta menor percentagem de agregados com acesso a transporte público (15.1%), ou seja, onde na maior parte dos casos se leva mais do que 30 minutos para alcançar o local onde se pode utilizar um transporte público.

QUADRO 10.3 AGREGADOS FAMILIARES POR TEMPO QUE LEVAM A CHEGAR AO MERCADO ALIMENTAR MAIS PRÓXIMO E AO TRANSPORTE PÚBLICO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECCIONADAS,. MOÇAMBIQUE, 2000-2001 (em minutos)

	Mercado alimentar					Transporte Público				
	< 15	15 a 29	30 a 59	60+	Total	< 15	15 a 29	30 a 59	60+	Total
Total	33.5	17.1	13.3	36.0	100.0	31.2	14.8	12.9	41.2	100.0
Área de residência										
Rural	24.1	14.3	14.4	47.3	100.0	24.8	9.4	11.7	54.2	100.0
Urbano	59.1	24.8	10.4	5.7	100.0	48.4	29.5	16.1	6.0	100.0
Província										
Niassa	21.3	10.7	11.2	56.8	100.0	37.9	11.7	15.4	35.0	100.0
Cabo Delgado	40.9	16.0	5.3	37.9	100.0	40.2	8.9	6.6	44.3	100.0
Nampula	42.1	11.6	10.0	36.3	100.0	34.7	8.3	8.2	48.8	100.0
Zambézia	15.6	18.0	20.9	45.6	100.0	5.8	9.3	19.3	65.6	100.0
Tete	20.8	9.4	8.5	61.3	100.0	26.0	9.1	8.6	56.3	100.0
Manica	37.1	23.0	13.5	26.4	100.0	28.0	23.5	17.9	30.7	100.0
Sofala	30.2	19.5	14.4	35.8	100.0	31.2	22.9	11.5	34.4	100.0
Inhambane	24.8	19.3	23.6	32.3	100.0	33.0	18.3	23.5	25.1	100.0
Gaza	37.0	24.6	15.1	23.4	100.0	35.2	24.0	13.5	27.3	100.0
Maputo Província	52.1	26.7	11.1	10.1	100.0	49.8	30.9	11.6	7.7	100.0
Maputo Cidade	69.3	23.7	6.4	0.6	100.0	66.7	25.5	7.3	0.5	100.0
Tamanho do agregado										
1-2	28.5	17.6	15.5	38.5	100.0	27.5	12.4	13.2	46.8	100.0
3-4	29.6	15.7	13.8	40.9	100.0	27.9	12.8	13.0	46.3	100.0
5-6	36.9	17.6	11.9	33.6	100.0	33.7	16.2	12.6	37.4	100.0
7+	44.3	19.0	11.1	25.6	100.0	39.4	20.5	12.4	27.7	100.0
Posição no processo laboral do chefe do agregado										
Governo	55.9	23.3	8.0	12.9	100.0	45.5	25.9	13.0	15.6	100.0
Sector público	58.2	21.8	10.3	9.8	100.0	48.3	28.7	9.8	13.2	100.0
Sector privado	52.2	23.2	11.0	13.7	100.0	48.8	25.3	13.2	12.7	100.0
Conta própria	28.3	15.1	14.1	42.5	100.0	26.9	11.4	12.5	49.2	100.0
Pessoa/agregado privado	46.7	18.2	15.1	20.0	100.0	39.2	22.2	16.9	21.7	100.0
Patrão/empresário	43.5	24.5	12.5	19.4	100.0	37.7	28.3	16.2	17.8	100.0
Sector cooperativo	39.2	35.5	14.2	11.1	100.0	30.6	33.2	8.4	27.9	100.0
Sem emprego	38.3	21.0	12.2	28.5	100.0	36.0	19.1	14.3	30.6	100.0
Sectores de actividade do chefe do agregado										
Primário	25.1	14.9	14.6	45.4	100.0	24.9	10.4	12.5	52.2	100.0
Secundário	50.3	24.2	8.4	17.1	100.0	45.3	25.8	13.2	15.8	100.0
Terceário	56.3	21.7	10.4	11.6	100.0	47.0	25.5	13.4	14.0	100.0
Sem emprego	38.3	21.0	12.2	28.5	100.0	36.0	19.1	14.3	30.6	100.0
Sexo do chefe do agregado										
Homem	33.4	16.7	13.2	36.7	100.0	30.7	14.6	12.7	42.0	100.0
Mulher	33.9	18.7	13.5	33.8	100.0	32.6	15.4	13.5	38.5	100.0
Estado civil do chefe do agregado										
Solteiro	43.9	21.1	10.5	24.5	100.0	37.1	21.5	11.0	30.4	100.0
Casado	34.0	17.0	12.6	36.5	100.0	32.9	13.8	13.1	40.3	100.0
União marital	32.4	16.3	13.4	37.9	100.0	29.1	14.4	12.2	44.3	100.0
Viuvo/separado/divorciado	33.6	18.5	14.4	33.5	100.0	32.6	15.4	14.6	37.4	100.0
Nível de educação mais elevado do chefe do agregado										
Nenhum	27.7	15.7	13.9	42.7	100.0	26.6	11.6	12.8	49.0	100.0
Primário do 1° grau	41.5	19.7	13.3	25.5	100.0	37.5	19.9	14.3	28.3	100.0
Primário do 2° grau	52.3	23.0	10.2	14.5	100.0	45.5	27.5	11.4	15.6	100.0
Secundário e mais	60.0	20.2	8.7	11.1	100.0	52.4	22.6	10.9	14.1	100.0
Outros	50.4	4.2	0.0	45.5	100.0	37.8	15.5	10.6	36.1	100.0

Fonte: INE – QUIBB 2000-2001

11 IMPACTO DAS CHEIAS

O QUIBB incluiu um módulo para avaliar o impacto das calamidades naturais sobre a população nos últimos 12 meses anteriores à data do inquérito (ciclones, cheias, secas, pragas e erosão). De acordo com os resultados, no País cerca de um terço dos agregados familiares (32.6%) já foram afectados por uma das calamidades mencionadas. O efeito dessas calamidades fez-se sentir tanto no meio urbano como no rural, com 36.0% e 23.4% agregados afectados, respectivamente. As pragas (49.6%) e as cheias (34.4%) foram as calamidades que mais afectaram a população no período em referência; as primeiras com maior incidência nas províncias do Norte, enquanto que as segundas nas do Sul e na Província de Sofala.

No geral, a Província de Gaza é a área mais fustigada pelas calamidades com 70.5% dos agregados afectados, enquanto que a de Niassa apresenta a menor percentagem (4.3%).

QUADRO 11.1 AGREGADOS FAMILIARES AFECTADOS POR ALGUMA CALAMIDADE NOS ÚLTIMOS 12 MESES POR TIPO DE CALAMIDADE, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE 2000-2001 (em %)

	Total afectado	Tipo de calamidade				
		Cheias	Ciclones	Secas	Pragas	Erosão
Total	32.6	34.4	19.5	8.0	49.6	11.6
Área de residência						
Urbana	36.0	31.4	19.7	8.1	53.8	10.3
Rural	23.4	46.7	18.4	7.7	32.1	17.1
Província						
Niassa	4.3	0.0	0.0	0.0	90.9	6.6
Cabo Delgado	12.8	6.4	0.8	14.9	74.5	5.8
Nampula	52.5	0.0	1.2	4.6	92.9	10.6
Zambézia	6.7	0.0	99.1	0.0	0.0	0.9
Tete	38.0	33.7	1.2	4.6	45.1	30.5
Manica	21.5	0.0	86.5	8.4	5.1	17.1
Sofala	46.8	50.8	51.5	4.9	1.3	4.6
Inhambane	41.7	51.1	56.2	13.0	44.4	5.6
Gaza	70.5	84.3	5.8	21.1	35.7	9.5
Maputo Província	33.3	89.2	0.3	4.7	0.0	23.0
Maputo Cidade	12.4	97.4	0.8	0.0	2.3	14.3

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

Dos agregados que foram afectados por cheias, 12.0% mudaram de residência. A Província de Gaza é a que apresenta maior percentagem de agregados que mudaram de residência (23.6%) e Maputo Cidade a menor (4.8%). Dos agregados que mudaram de residência, 30.3% foram para centros de acomodação, 29.9% para a casa de familiares ou outras pessoas e 39.7% para outro tipo de casa temporária. Os dados do Quadro 11.2 mostram que enquanto na área urbana a maior parte dos agregados (44.0%) mudou para outro tipo de casa temporária, na rural mudaram para casa de familiares ou outras pessoas (46.9%).

QUADRO 11.2 AGREGADOS FAMILIARES QUE MUDARAM TEMPORARIAMENTE DE RESIDÊNCIA POR CAUSA DAS CHEIAS POR LUGAR DE DESTINO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA AFECTADA, MOÇAMBIQUE, 2000-2001
(em %)

	Mudou de Residência	(Para onde foi)			Total
		Centro de acomodação	Casa de fam.ou outras pess.	Outro tipo de casa temp	
Total	12.0	30.3	29.9	39.7	100.0
Área de residência					
Urbana	15.6	33.2	22.8	44.0	100.0
Rural	7.8	23.6	46.9	29.5	100.0
Província					
Sofala	12.5	30.2	12.5	57.3	100.0
Inhambane	5.9	5.2	60.1	34.7	100.0
Gaza	23.6	31.4	26.5	42.2	100.0
Maputo Província	11.7	41.3	36.0	22.7	100.0
Maputo Cidade	4.8	34.3	54.3	11.5	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

O Quadro 11.3 mostra a distribuição percentual dos agregados familiares que mudaram temporariamente de residência por causa das cheias por duração de permanência no lugar de acomodação. Mais de metade (59.7%) permaneceram um mês ou mais fora das suas residências habituais. A tendência atrás identificada é similar em ambas áreas de residência e mesmo entre as províncias afectadas.

QUADRO 11.3 AGREGADOS FAMILIARES QUE MUDARAM DE RESIDÊNCIA POR DURAÇÃO DE PERMANÊNCIA NO LUGAR DE ACOMODAÇÃO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2000-2001 (em %)

	Duração			Total
	Menos de 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Mais de 2 meses	
Total	40.3	31.5	28.2	100.0
Área de residência				
Urbana	44.0	33.6	22.4	100.0
Rural	31.5	26.5	42.0	100.0
Província				
Sofala	30.4	53.8	15.9	100.0
Inhambane	37.2	33.9	29.0	100.0
Gaza	45.5	20.6	33.9	100.0
Maputo Província	42.9	22.5	34.6	100.0
Maputo Cidade	48.3	30.8	20.8	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

Indagados sobre o seu futuro, a maioria dos agregados familiares afectados pelas cheias (64.1%) manifestou desejo de reassentar-se no mesmo lugar. Este desejo é diferenciado por área de residência, pois mais de metade dos agregados da área rural (56.5%) declararam o desejo de reassentar-se noutro lugar, enquanto que 72.9% dos da zona urbana manifestaram o contrário.

QUADRO 11.4 AGREGADOS FAMILIARES POR PRETENSÃO DE REASSENTAR-SE NOUTRO LUGAR, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA, MOÇAMBIQUE, 2000-2001 (em %)

	Pretende reassentar-se	Não pretende reassentar-se	Total
Total	35.9	64.1	100.0
Área de residência			
Urbana	27.1	72.9	100.0
Rural	56.5	43.5	100.0
Província			
Sofala	15.4	84.6	100.0
Inhambane	45.6	54.4	100.0
Gaza	23.4	76.6	100.0
Maputo Província	71.4	28.6	100.0
Maputo Cidade	68.6	31.4	100.0

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

O Quadro 11.5 mostra a percentagem dos agregados familiares que perderam bens duráveis por causa das cheias, segundo área de residência e província. Nota-se que as maiores perdas foram em roupa (38.8%), utensílios de cozinha (38.7%), casa (35.4%) e mobília (15.3%). Embora haja diferença no ordenamento percentual das perdas, o tipo de bens perdidos em ambas as áreas e nas províncias afectadas, é similar.

QUADRO 11.5 AGREGADOS FAMILIARES QUE PERDERAM BENS DURÁVEIS, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2000-2001 (em %)

	Casa	Roupa	Utensílios de cozinha	Televisor	Aparelhagem sonora	Mobília	Máquina de Costura	Outros
Total	35.4	38.8	38.7	1.5	8.0	15.3	1.9	29.2
Área de residência								
Urbana	35.2	36.2	37.2	0.4	7.0	13.2	2.0	26.5
Rural	35.9	45.3	42.6	4.1	10.6	20.3	1.9	35.8
Província								
Sofala	32.2	29.2	35.0	0.0	2.8	6.0	0.3	27.3
Inhambane	38.3	37.8	33.2	0.0	2.2	5.0	0.5	49.6
Gaza	36.8	40.4	41.6	2.0	15.1	25.1	4.4	10.5
Maputo Província	33.9	41.2	38.0	1.8	3.1	10.1	0.4	39.0
Maputo Cidade	34.3	59.4	52.2	6.8	13.2	31.6	0.7	72.6

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

O Quadro 11.6 mostra a percentagem dos agregados familiares afectados que pelo menos um membro ficou doente ou perdeu a vida devido as cheias. De acordo com os dados em 28.8% dos agregados afectados, houve pelo menos um membro doente enquanto em 2.6% um membro perdeu a vida.

QUADRO 11.6 AGREGADOS FAMILIARES ONDE ALGUM MEMBRO FICOU DOENTE E/OU PERDEU A VIDA, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA, MOÇAMBIQUE, 2000-2001

	Agregados familiares com algum membro doente	Agregados familiares com algum membro que perdeu a vida
Total	28.8	2.6
Área de residência		
Urbana	26.3	3.1
Rural	35.0	1.5
Província		
Sofala	25.0	4.1
Inhambane	35.7	2.9
Gaza	24.7	2.7
Maputo Província	28.5	1.4
Maputo Cidade	54.1	0.3

Fonte: INE-QUIBB 2000-2001

De acordo com o quadro 11.7 a maior parte dos agregados familiares recebeu apoio do Governo (47.0%) e das ONG´s (44.3%), tanto na área rural como na urbana.

QUADRO 11.7 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE AGREGADOS QUE RECEBERAM APOIO POR QUEM APOIOU SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA

	Quem apoiou					Total
	Familiares	Governo	ONG´S	Organizações religiosas	Outros	
Total	1.4	47.0	44.3	7.0	0.4	100.0
Área de residência						
Urbana	0.5	47.5	46.9	4.9	0.1	100.0
Rural	5.2	44.8	32.6	16.0	1.4	100.0
Província						
Sofala	0.0	31.3	66.3	2.5	0.0	100.0
Inhambane	5.9	27.3	43.2	23.6	0.0	100.0
Gaza	0.4	37.4	53.7	8.5	0.0	100.0
Maputo Província	1.8	83.2	12.9	1.0	1.1	100.0
Maputo Cidade	13.8	45.4	29.0	7.6	4.2	100.0

ANEXO

Questionário do QUIBB